

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A SUSTENTABILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO:

Processos deliberativos sobre a questão ambiental do Protocolo de Kyoto na mídia nacional e internacional

SUELEN D'ARC DE OLIVEIRA FERREIRA

SÃO PAULO
FEVEREIRO 2012

SUELEN D'ARC DE OLIVEIRA FERREIRA

A SUSTENTABILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO:

Processos deliberativos sobre a questão ambiental do Protocolo de Kyoto na mídia nacional e internacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Comunicação, da linha de pesquisa “Processos Midiáticos: Tecnologia e Mercado”, da Faculdade Cásper Líbero, para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Dimas A. Künsch.

São Paulo

2012

Suelen D'arc de Oliveira Ferreira

Ferreira, Suelen D'Arc de Oliveira

A Sustentabilidade no Espaço Público: Processos deliberativos sobre a questão ambiental do Protocolo de Kyoto na mídia nacional e internacional / Suelen D'Arc de Oliveira Ferreira. -- São Paulo, 2013.

123 f. : il. ; 30 cm.

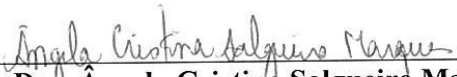
Orientador: Prof. Dr. Dimas A. Künsch.

Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de

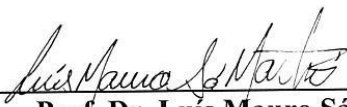
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: SUELEN D'ARC DE OLIVEIRA FERREIRA

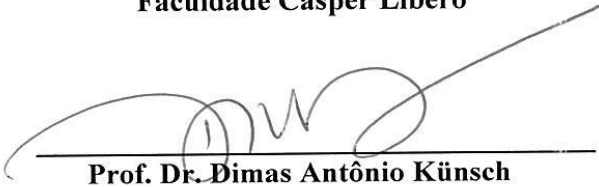
**“A SUSTENTABILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO: PROCESSOS
DELIBERATIVOS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL DO
PROTOCOLO DE KYOTO NA MÍDIA NACIONAL E
INTERNACIONAL”,**



Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG



Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino
Faculdade Cásper Líbero



Prof. Dr. Dimas Antônio Künsch
Faculdade Cásper Líbero

Data da Defesa: - 29 de março de 2012.

Dedico este trabalho aos meus pais, aos meus irmãos, aos meus queridos sobrinhos e a todos aqueles que contribuíram para sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

... aos que partiram sem ver o final,

aos que chegaram sem conhecer o início,

aos poucos que acompanharam todo o caminho,

aos muitos que compartilharam alegrias e agonias,

à todos que colaboram com suas experiências, e muito especialmente com seu carinho.

“Pela primeira vez, o homem compreendeu realmente que é um habitante do planeta e, talvez, deva pensar ou agir sob novo aspecto, não somente sob o indivíduo, família ou gênero, Estado ou grupo de Estados, mas também sob o aspecto planetário.”

Vernadski

Resumo

O Protocolo de Kyoto configura-se como símbolo de preocupação coletiva com a sustentabilidade, envolvendo e chamando todas as nações para uma reflexão acerca dos efeitos provocados pela poluição. O presente trabalho busca abordar, a partir do debate que se desenvolveu (e continua se desenvolvendo) em torno do Protocolo de Kyoto, a questão da ética do discurso, sua importância na discussão de questões morais que necessitam do envolvimento de todos. O objetivo geral desta pesquisa acadêmica é oferecer subsídios para o estudo do processo de deliberação em torno do problema político-ambiental, que articula o debate público mediado a partir do entrecruzamento entre discussões nacionais e internacionais e a constituição de esferas públicas acerca de questões da sustentabilidade a partir do momento de assinatura do Protocolo de Kyoto até o ano de 2010. Para tanto, observa o debate público desencadeado pelo Protocolo de Kyoto no espaço de visibilidade midiática nacional e internacional, por meio de metodologia aplicada à análise de conteúdo de notícias veiculadas pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *The New York Times*. O quadro teórico utilizado se apoia nas noções de esfera pública, opinião pública e democracia deliberativa propostas por Jürgen Habermas e autores que partilham da abordagem habermasiana: Wilson Gomes, Rousiley Maia, Hartmut Wessler e Ângela Marques. A metodologia adotada é a do enquadramento, adaptada de Wessler por Marques. Mais importante do que o resultado das análises realizadas ao longo da pesquisa do mestrado acadêmico, será apontar as possibilidades existentes de construção de uma metodologia apropriada para estudar a configuração e o desdobramento de um debate mediado. Verificou-se a não formação de uma esfera pública midiática, pois nem todas as vozes concernidas se fazem presentes.

Palavras-chave: Comunicação. Sustentabilidade. Mídia. Esfera Pública. Deliberação.

Abstract

The Kyoto Protocol is configured as a symbol of collective concern with sustainability, involving all nations and calling for an understanding about the effects caused by pollution. This paper seeks to address, from the debate that has developed (and continues to develop) around the Kyoto Protocol, the question of discourse ethics, its importance in the discussion of moral issues that require the involvement of all. The objective of this research is to provide academic support to study the process of deliberation about the political and environmental issue, which combines the public debate mediated from the interweaving of national and international discussions and the formation of public sphere on issues of sustainability from the time of signature of Kyoto Protocol by the year 2010. To do so, says the public debate triggered by Kyoto Protocol within national and international media visibility through the methodology applied to analyze the content of news reported by newspapers Folha de S.Paulo and The New York Times. The theoretical framework used is based on the notions of public sphere, public opinion and deliberative democracy proposed by Jürgen Habermas and authors who share the Habermasian approach: Wilson Gomes, Rousiley Maia, Hartmut Wessler and Angela Marques. The methodology is a framework, adapted by Marques from Wessler. More important than the result of the analyzes performed during the research of the academic master, will point out the possibilities of building an appropriate methodology for studying the configuration and deployment of a media debate. There is no formation of a mediated public sphere because not all concerned voices are present.

Keywords: Communication. Sustainability. Media. Public Sphere. Deliberation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mídia quantitativa	56
Tabela 2: Enquadramento por Marques	58
Tabela 3: Os principais enquadramentos	59
Tabela 4: Mapa das fontes jornalísticas	60
Tabela 5: Análise do discurso jornalístico	61
Tabela 6: Critérios e princípios da ética do discurso	62
Tabela 7: Critérios normativos da ética do discurso	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIEA	Agencia Internacional de Energia Atômica
AIC	Atividades Implementadas Conjuntamente
Anexo 1	Lista de 33 países ricos da Convenção do Clima, assinada na Eco-92
BP	British Petroleum
CCS	Tecnologia de Captura e Armazenamento de Carbono
CNUMAD	Conf. das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COP 13	Convenção do Clima da ONU em Bali, 2007
COP 15	Convenção do Clima da ONU em Copenhagen, 2009
COP 16	Convenção do Clima da ONU em Cancún, 2010
COP 17	Convenção do Clima da ONU em Durban, 2011
COP/MOP1	Primeira Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
ERT	European Round Table of Industrialists
FSP	Jornal Folha de S.Paulo
G20	Grupo dos 20
G77	Grupo que reúne cerca de 130 países do Terceiro Mundo -inclusive Brasil.
GCC	Coalizão do Clima Global, associação que reúne 230 mil empresas
GEE	Gases de Efeito Estufa
ICA	Consulta Internacional e Análise
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
LCA	Grupo de Ações de Longo Prazo dos Países não integrantes do PK
LCA	Life-cycle assessment
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MIT	Instituto de Tecnologia de Massashusetts
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration
NYT	Jornal New York Times
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PK	Protocolo de Kyoto (KP Kyoto Protocol, em Ingl
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDD	Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation
RIO+10	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
UFRJ	Universidade Federal de Rio Grande do Sul
UNFCCC	Conferência das Partes das Nações Unidas em Mudança Global do Clima
UPI	United Press International
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	17
ÉTICA DO DISCURSO	17
1.1.1. DEMOCRACIA DELIBERATIVA	18
1.2. DELIBERAÇÃO PÚBLICA	20
1.3. DELIBERAÇÃO MEDIADA	24
1.4. AGENDA SETTING E ESPIRAL DO SILÊNCIO	27
1.5. ENQUADRAMENTO	30
1.6.	36
CAPÍTULO 2	40
2.1. A QUESTÃO AMBIENTAL	40
2.2. O HISTÓRICO DAS COPs	42
2.3. PROTOCOLO DE KYOTO	47
2.4. GLOBALIZAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	51
CAPÍTULO 3	54
3.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE DISCURSIVA	54
3.1.1. PRIMEIRO MOMENTO	57
3.1.2. SEGUNDO MOMENTO	60
3.1.3. TERCEIRO MOMENTO	64
3.2. DINÂMICAS ARGUMENTATIVAS	65
3.2.1. ENQUADRAMENTO DA SUSTENTABILIDADE	70
3.2.2. ENQUADRAMENTO DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS	75
3.2.3. ENQUADRAMENTO DA RESPONSABILIDADE MORAL	82

3.2.4.	ENQUADRAMENTO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL	89
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108
	ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

A palavra sustentabilidade tem adquirido destaque em variados discursos ambientais, empresariais, políticos e midiáticos. Objetos e ações sustentáveis constituem tema central do marketing e da publicidade da atualidade, salientando a extrema necessidade de medidas urgentes a serem tomadas de maneira coletiva. Problemas ligados a questões ambientais requerem o envolvimento e a *responsabilidade* de todos, implicando a constituição de *esferas públicas* nas quais diferentes atores da sociedade civil e do Estado (âmbitos administrativos), por meio de processos de *deliberação*, tentam encontrar alternativas de solução para hábitos de vida, produção e consumo predatórios.¹

O filósofo alemão contemporâneo Hans Jonas formulou o *princípio da responsabilidade*, uma avaliação extremamente crítica da ciência moderna e da tecnologia, mostrando a necessidade de o ser humano agir com parcimônia e humildade diante do extremo poder transformador da tecnologia. Para Jonas, o choque causado pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki constitui o marco inicial do abuso do domínio do homem sobre a natureza causando sua destruição. Antes do filósofo alemão, as prescrições éticas eram antropocêntricas e voltadas para a contemporaneidade. Ele sustenta a necessidade de uma nova proposição ética que contemple a natureza e não somente a pessoa humana, pois esse novo poder da ação humana impõe alterações na própria natureza da ética. Jonas propõe o seguinte imperativo: “Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica”, ou formulado negativamente, “não ponhas em perigo a continuidade indefinida da humanidade na Terra”. (Jonas apud Siqueira, 2005).

Jonas apresenta em sua *ética para a civilização tecnológica* a responsabilidade como dever fundamental do ser humano, sobretudo para as gerações futuras, a partir do descompasso entre as éticas da tradição e os desafios totalmente novos de nossa época, sendo que a mudança climática é um dos problemas ambientais mais complexos e desafiadoras do nosso tempo, e o que se fizer no presente terá efeitos sobre as gerações futuras. Preocupados com estes problemas, organismos internacionais, ONGs (Organizações Não Governamentais) e governos de diversos países estão tomando medidas para reduzir a poluição ambiental e a emissão de gases na atmosfera.

1

Foram grifados os conceitos a serem desenvolvidos ao longo do trabalho. Esta frase é o cerne do trabalho, resume a ideia central do mesmo.

A ideia do efeito estufa foi divulgada primeiramente pelo francês Jean-Baptiste Fourier (1768-1830), em 1827. O cientista comparou a camada de gases que envolve a Terra a uma estufa para plantas. Em 1992, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, informalmente conhecida como a Cúpula da Terra, de onde emergiu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – CQNUMC –, um tratado internacional firmado por quase todos os países do mundo objetivando a estabilização da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático. Esse nível de concentração segura para o clima ainda não é conhecido, porém a maior parte da comunidade científica considera que, se a emissão desses gases continuar crescendo no ritmo atual, resultará em danos ao meio ambiente. Inicialmente o tratado não fixou limites obrigatórios para as emissões de GEE e não continha disposições coercitivas, incluindo disposições para atualizações, os chamados “protocolos”, que deveriam criar limites obrigatórios de emissões. O principal é o Protocolo de Kyoto, que se tornou mais conhecido do que a própria CQNUMC.

O Protocolo de Kyoto (PK), assinado em 1997, prevê a redução de gases poluentes para os próximos anos. Foi aberto para assinaturas em 11 de dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999, sendo que para entrar em vigor precisou que 55 países, que juntos produzem 55% das emissões, o ratificassem, entrando em vigor em 16 de fevereiro de 2005. O PK legalmente une países industrializados a fim de cortar os efeitos dos gases estufa, coletivamente, em uma média anual de aproximadamente 5 por cento abaixo dos níveis de 1990, no período compreendido de 2008 até 2012.

Representantes de centenas de países começaram a definir medidas para a redução da emissão de gases poluentes. São medidas que deverão ser tomadas pelos países após 2012. Porém, países como os Estados Unidos têm dificultado o avanço desses acordos. Os EUA alegam que a redução da emissão de gases poluentes poderia dificultar o avanço das indústrias no país.

A assinatura do PK, em 1997, se desenvolveu em um contexto de formação de esferas públicas nacionais e internacionais promovendo debates cujos desdobramentos refletem até hoje. O tema do meio ambiente, ao envolver questões de natureza moral, ou seja, que incluem a participação de todos os concernidos na reformulação de normas e regras que tornam possível a vida coletiva, articula diferentes atores sociais, políticos e cívicos em espaços de apresentação e explicitação de pontos de vista por meio de argumentos que misturam razões e experiências vividas. No presente trabalho, observamos na mídia os argumentos de uma gama de envolvidos, desde, por exemplo, os produtores de carvão dos Estados Unidos, que defendem seu nicho de mercado, até, na

outra ponta da discussão, os representantes de ONGs ambientalistas e donas de casa desempregadas.

A discussão adquire coerência, organização e visibilidade através da mídia que, ao utilizar diferentes enquadramentos para apreender as negociações relativas ao Protocolo, constitui-se como espaço de discussão privilegiado. É possível dizer que as questões e temáticas referentes ao PK receberam enquadramentos e abordagens diferenciadas, a longo prazo, pelos *media* dos países envolvidos. A fim de perceber se, em torno das negociações sobre o Protocolo, formou-se o que poderíamos chamar de esfera pública internacional, em que as mesmas questões de cunho moral são debatidas virtualmente em países diferentes, este trabalho se propõe a analisar a discussão mediada (jornal impresso): *Folha de S.Paulo (FSP)* e *The New York Times (NYT)*, ambos jornais de grande expressão em seus países e que, apesar das críticas que possam ser feitas quanto à isenção do fazer jornalístico, se apresentam e são considerados de tendências políticas pouco extremadas. O presente trabalho fez análise de 72 matérias ao todo. 48 da FSP e 24 do NYT.

Almejando responder a essas indagações acerca da possibilidade de formação de uma esfera pública midiática sobre o PK, procuraremos, em um primeiro momento, realizar uma análise de conteúdo de matérias (selecionadas dentro de um período de tempo que se inicia com a assinatura do PK até 2010) extraídas desses dois veículos. Em um segundo momento, pretendemos verificar se as matérias, vistas em seu conjunto como materialização de um debate que as ultrapassa, compõem uma discussão que possa ser analisada pela elaboração de uma metodologia de avaliação do debate mediado a partir da identificação dos princípios da ética do discurso, tal como elaborada por Habermas: inclusividade, reciprocidade, argumentação, uso racional da linguagem etc. A identificação de princípios norteadores da ética do discurso no conjunto de matérias nos permite identificar os atores que participam do debate, quais as vozes que argumentam e as que contra-argumentam (identificação das razões pró e contra o Protocolo), quais interlocutores são identificados como “autorizados”; bem como verificar o que dizem os cientistas e o público “leigo”.

O presente trabalho busca abordar, a partir do debate que se desenvolveu (e continua se desenvolvendo) em torno do PK, a questão da ética do discurso, sua importância na discussão de questões morais que necessitam do envolvimento de todos. De modo geral, Habermas definiu a ética do discurso (ou da discussão) como o conjunto de princípios prático-normativos que auxiliariam indivíduos (com pontos de vista diferenciados e conflitivos) a discutirem e negociarem em torno de uma questão moral. Tal tipo de questão surge de uma situação de conflito relacionada a um problema que requer a atenção e a consideração coletiva para o planejamento de uma ação: é um fenômeno interpessoal, comunitário ou social. Quando o sujeito, em interação com os outros

sujeitos, seja de forma efetiva, seja como horizonte de sua ação, se pergunta sobre o que é justo, ele faz uso da razão prática, um *princípio moral*.

O objetivo geral desta pesquisa acadêmica é oferecer subsídios para o estudo do processo de deliberação em torno do problema político-ambiental, que articula o debate público mediado a partir do entrecruzamento entre discussões nacionais e internacionais e a constituição de esferas públicas acerca de questões da sustentabilidade a partir do momento de assinatura do PK até o ano de 2010.

Veremos como pode a ética do discurso ser adaptada e aplicada na análise dos complexos fenômenos políticos contemporâneos que são abordados nas notícias jornalísticas, aqui entendidas como espaço de debate. A fim de contextualizar as ideias da ética do discurso abordamos a questão das mudanças climáticas, mais especificamente o PK, e a importância da mídia como espaço para o qual convergem as várias perspectivas e pontos de vista relacionados ao debate em torno do tema.

Inicialmente retomamos os conceitos que permeiam a ética do discurso e as ideias de Habermas. Em seguida abordamos os problemas e possíveis limitações para a aplicação dos conceitos na comunicação da contemporaneidade e seus processos midiáticos.

Faremos então o recorte de nosso objeto, que vem a ser o problema climático e as negociações globais envolvidas, para então revelar uma metodologia de análise do debate mediado pela mídia impressa sobre a questão ambiental. Mais importante do que o resultado das análises realizadas ao longo da pesquisa do mestrado acadêmico, será apontar as possibilidades existentes de construção de uma metodologia apropriada para estudar a configuração e o desdobramento de um debate mediado. Esse é o desafio do trabalho porém, para que tudo o que é proposto tenha êxito, se faz necessário um sólido embasamento acerca das ideias de Habermas, e o estudo do processo de deliberação em torno do problema político-ambiental, da constituição de esferas públicas acerca de questões da sustentabilidade a partir do momento de assinatura do PK até o ano de 2010.

Para observar o debate público desencadeado pelo PK no espaço de visibilidade midiática nacional e internacional será feita uma análise de conteúdo de notícias veiculadas pelos jornais FSP e NYT. Como período de coleta do material escolhemos a semana de 03 a 16 de dezembro de 1997, e posteriormente em 2005, quando, depois de mais de seis anos de negociações, entrou em vigor, no dia 16 de fevereiro, e, por fim, o ano de 2010, quando se encerrou o período de coleta para análise. A proposta é avaliar o impacto na mídia na semana do encontro, sua consequência quando entrou em vigor e nos dias de hoje, a situação atual, verificar se e como o *status quo* se alterou. O intuito desse tipo de análise é mapear o processo de deliberação que se delineia em longo prazo nas matérias jornalísticas, processo esse entendido como articulação de conversações e negociações que

se dão em diferentes âmbitos sociais, em processos comunicativos na mídia e em instâncias formais de tomada de decisão.

Em seguida, desenvolveremos uma metodologia específica para identificar e avaliar o processo de deliberação midiática, destacando os principais enquadramentos utilizados por esses dois veículos, os principais atores do debate, a tentativa de definição dos problemas enfrentados, a partir dos princípios que estruturam a ética do discurso de Habermas. Na sequência, ordenaremos o enquadramento da sustentabilidade, partindo de uma discussão concreta que se desenvolve na sociedade mediada.

No primeiro capítulo da dissertação abordaremos o quadro teórico que sustenta as reflexões aqui articuladas, as noções de esfera pública, opinião pública e de democracia deliberativa tais como expressas na obra recente de Jurgen Habermas. Autores que partilham da abordagem habermasiana, dentre eles, Wilson Gomes, Rousiley Maia, Hartmut Wessler e Ângela Marques também integrarão o quadro teórico da pesquisa.

No capítulo dois tratamos da questão dos problemas climáticos, a globalização, os entraves na busca de uma solução para o problema e o PK. O terceiro capítulo se ocupa das análises empíricas do debate mediato sobre o PK, e finalmente a conclusão da pesquisa acadêmica.

CAPÍTULO 1

1.1. Ética do discurso

Entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 (Stefani, 2005) ², surgiu uma perspectiva inovadora na história da filosofia, que foi denominada "ética do discurso", e que pedia que o critério para validação das normas morais fosse o de uma negociação recíproca e inclusiva, capaz de validar, intersubjetivamente, e por meio da justificação pública de argumentos, a solução ou norma que melhor considerasse e atendesse às necessidades de todos. Assim, uma norma seria verdadeiramente conveniente a um sujeito se todos os participantes da discussão chegassem ao consenso de adequação, que levasse a ser legitimada, discursivamente, pela argumentação.

O sociólogo e filósofo, Jürgen Habermas, propõe uma teoria da comunicação como uma teoria crítica da sociedade, de modo que a ação comunicativa entre os interlocutores sociais é analisada segundo suas relações. A teoria crítica da sociedade funcionaria como uma teoria do comportamento, uma propedêutica, um conjunto de regras morais para a vida, que afirmam a infraestrutura da linguagem humana, do conhecer, do agir e da cultura. No interior dessa teoria crítica, o conceito agir comunicativo corresponde às "ações orientadas para o entendimento mútuo", em que o ator social inicia o processo circular da comunicação e é produto dos processos de socialização que o formam, em vista da compreensão mútua e consensual. Paralelamente, o conceito agir estratégico compreende as práticas individualistas em certas condições sociais, ou a utilização política de uma força, ou as "ações orientadas pelo interesse para o sucesso".

Habermas trabalha com o conceito "Diskurs" (Discurso) como uma forma de comunicação (Kommunikation) ou Rede (discurso, fala), que consiste na comunicação (fala ou discurso) destinada a fundamentar as pretensões de validade das afirmações e das normas nas quais se baseia implicitamente o agir comunicativo. Defende o aspecto intersubjetivo do discurso (relação dialogal), além do aspecto lógico-argumentativo (explicação e discussão para a fundamentação das pretensões de validade problematizadas).

²

<http://www.controversia.unisinos.br/index.php?a=45&e=2&s=9> Acessado em 15 jan 2011

A ética filosófica do Discurso pode assumir a figura de uma teoria especial da argumentação, diferentemente da teoria do conhecimento. Habermas faz três observações acerca da ética do Discurso e seus fundamentos na teoria da ação. Questiona se é necessária e possível uma fundamentação do princípio moral e afirma que sim, pois a fundamentação da teoria moral concerniria ao princípio de universalização dos saberes – o único princípio a possibilitar nas questões práticas (da moral e da política) um acordo argumentativo – e à tentativa de mostrar como esse princípio pode ter uma fundamentação transcendental através da ética do Discurso, e propõe, a relação entre moralidade e eticidade, do modo dialético da razão como meio ético. Em conformidade com suas contribuições fundamentais, a tese de "Consciência Moral e Agir Comunicativo" abrange conceitos elementares, como: o princípio de universalização, uma regra de argumentação geral, a ética do Discurso. De acordo com Habermas, a consciência moral (a racionalização universal dos modos de viver humanos) viabiliza a aplicação inteligente de discernimentos morais universais. Aplicação que se daria através do agir comunicativo, com a compreensão mútua e consensual entre os atores sociais, ainda que essa perspectiva seja utópica.

A imparcialidade também detém patamar importante e Habermas aponta como referências Immanuel Kant e John Rawls sendo que ela operacionaliza da maneira que cada indivíduo na ágora possa “empreender por si só a tentativa de justificar normas básicas” (Habermas, 1989, p.89).

O discurso prático também serve para outras situações que não a elucidação argumentativa de uma pretensão de validade sólida sendo um dispositivo para assegurar que todos envolvidos tenham seu momento de forma equitativa no debate (Habermas, 1989, p. 89).

Entretanto as questões de validade são exclusivamente semântica. Por meio desta pressuposição, o sentido pragmático da justificação de normas não pode ser referido meramente como “validade” de normas. Em todo caso, não quando esta característica é vista como analogia com a verdade de proposições. Outro ponto omissos nesta questão é a ideia de uma imparcialidade que se refere sobre a formação da vontade sobre a do juízo (Habermas, 1989, p. 90).

É possível enfeixar as diferentes linhas de argumentação a fim de fundamentar um sistema dos direitos que faça jus à autonomia privada e pública dos cidadãos. Esse sistema deve contemplar os direitos fundamentais que os cidadãos são obrigados a se atribuir mutuamente, caso queiram regular sua convivência com os meios legítimos do direito positivo. Como ser introduzidos inicialmente na perspectiva de alguém que não está participando (Habermas, 1997: 154).

Para Habermas o Princípio do Discurso é indiferente de sua relação com a área do Direito abrindo para outras áreas (1997:158) e ágoras. Portanto, cabe no debate ambiental pela mídia ou mesmo em conversas informais. A liberdade comunicativa é existente quando aplicada por atores

sociais que anseiam entender-se entre si sobre determinado enfoque performático e que assumem posições diante de “pretensões de validade reciprocamente levantadas” (Habermas, 1997: 156).

“Esses direitos são talhados segundo a liberdade de arbítrio de atores singularizados e tipificados isto é, respeitando as liberdades de ação subjetivas, admitidas condicionalmente” (Habermas, 1997: 155). Logo pode ser compreendida a visão utópica do autor desejando uma ágora para todos e partindo deste pressuposto a autora deste texto busca isto nos meios de comunicação da maneira mais condizente com as realidades dos ambientes estudados.

Após suas formulações acerca da esfera pública nos anos 60 e das críticas recebidas – por diversos autores – Habermas se viu pela primeira vez, entre 1989 e 1992, compelido a rever suas posições sobre o tema. Empenhou-se em uma pesquisa e, em 1997, publica *Direito e Democracia*.

Habermas defende uma ética universalista, formalista e cognitivista, em que os princípios éticos devem garantir a participação dos interessados nas decisões públicas através de discussões ou discursos, por meio da avaliação dos conteúdos normativos demandados naturalmente pela interação. “No seu conjunto, o mundo da vida³ forma uma rede de ações comunicativas. Sob o ângulo da coordenação da ação, seu componente *social* consiste na totalidade de relações interpessoais ordenadas legitimamente” (Habermas, 1997: 86).

O que pretende Habermas é o fim da arbitrariedade e da coerção nas questões que circundam toda a comunidade, propondo uma participação mais ativa e igualitária de todos os cidadãos nos conflitos que os envolvem para assim alcançar a desejada justiça. Essa forma defendida por Habermas é o *agir comunicativo* que se ramifica no discurso.

A teoria discursiva habermasiana é também aplicada à filosofia jurídica e pode ser considerada em prol da integração social e, conseqüentemente, da democracia e da cidadania. Ele a desenvolveu a partir de críticas ao sistema. Habermas afirma haver evidências de que o sistema administrativo “só pode operar num espaço muito estreito; parece que ele age mais no nível reativo de uma política que tenta contornar crises do que de uma política que planeja” (Habermas, 1997: 61). O autor argumenta que o Estado logo atinge os limites de sua capacidade de regulação, porque sistemas funcionais e grandes organizações se subtraem às intervenções diretas. Tais críticas permanecem atuais e por isso apontam a tendência mundial de iniciativas rumo à democracia deliberativa.

3

“O mundo da vida é estruturado por tradições culturais e ordens institucionais, assim como pelas identidades que se originam dos processos de socialização. Por essa razão, o mundo da vida não se constitui em uma organização à qual os indivíduos possam pertencer enquanto membros, nem uma associação em que os membros se juntam, nem um coletivo composto por participações individuais. Em vez disso, as práticas comunicativas cotidianas em que o mundo da vida se centra são alimentadas por intermédio de uma interação entre a reprodução cultural, a integração social e a socialização.” (Habermas, 2003: 143)

1.1.1 Democracia Deliberativa

O consenso acerca do direcionamento da teoria democrática rumo à democracia deliberativa, para Leonardo Avritzer (2009), tem um eixo de natureza teórica e outro de natureza prática. Ele observa que no plano das teorias ocorre a adoção do conceito de “deliberação” pelos principais teóricos contemporâneos da democracia:

Desde o seu clássico texto “Três Modelos Normativos de Democracia”, Habermas (1996) tem denominado a sua teoria “deliberativa”. Em 1999, John Rawls declarou que uma sociedade constitucional democrática bem ordenada “poderia ser entendida enquanto uma democracia deliberativa”. Estabeleceu-se, assim, um consenso parcial em torno da idéia de democracia deliberativa tal como ela foi desenvolvida por teóricos como James Fishkin, Joshua Cohen e James Bohman. (Avritzer, 2009:7)

As teorias da democracia deliberativa se iniciaram em 1990, com os principais teóricos discutindo o conceito de ‘deliberação’. Nos últimos dez anos discutem-se sua viabilidade empírica, introduzindo a reciprocidade, compreendida como a mútua capacidade de acesso aos bens públicos como parte dos preceitos deliberativos; bem como a questão das oportunidades justas no campo das discussões democráticas no enquadramento dos processos legislativos.

Na prática podemos verificar a deliberação em um número bastante diversificado de instituições. No Brasil, a democracia deliberativa teria o orçamento participativo como exemplo. A democracia deliberativa afirma a necessidade de justificar as decisões tomadas pelos cidadãos e pelos seus representantes. Espera-se que ambos justifiquem as leis que querem impor uns aos outros. Numa democracia, os líderes devem dar razões que justifiquem as suas decisões e devem responder às razões que, por sua vez, são apresentadas pelos cidadãos. Mas a deliberação não é necessária para todos os assuntos, nem em todas as situações. A democracia deliberativa deixa lugar para outros processos de tomada de decisão — incluindo negociações entre grupos e operações secretas ordenadas pelo poder executivo —, desde que tenham eles próprios usado estas formas de justificação num momento qualquer do processo deliberativo. A sua primeira e mais importante característica é, então, o requisito de fornecer razões. (Gutmann; Thompson, 2004)

Os quatro elementos principais da democracia deliberativa seriam:

- A remoção do conceito de agregação democrática centrada no voto, que supõe que indivíduos têm preferências dadas, reduzindo o problema da democracia à tarefa de averiguar quais são as preferências. A democracia deliberativa representa a superação de tal cenário, pois compreende que o processo de argumentação e cambio de preferências são os principais elementos do processo.

- A racionalidade democrática, que por muito tempo foi relacionada com os resultados do processo democrático, na democracia deliberativa, ocorre na transferência do centro do processo de democracia para uma “dinâmica de justificação de valores, preferências e identidades; é esse processo que será identificado como racionalidade democrática” (Avritzer, 2009:8)

- O princípio da inclusão é pressuposto básico da democracia deliberativa. Todos os envolvidos no processo de produção de normas devem poder apresentar suas razões.

- O cerne do cânone democrático deliberativo: “a ideia de construção institucional com base na suposição de que preferências dos indivíduos por formas amplas de discussão devem implicar a procura por instituições capazes de efetivar tais preferências” (Ibidem)

Além da perspectiva habermasiana de democracia deliberativa como princípio geral de argumentação, que envolve o direito de todos os indivíduos de proporem argumentos reflexivos sobre as regras dos procedimentos discursivos, a democracia deliberativa se apresenta como um conjunto de acordos cooperativos de natureza majoritariamente pragmática; como uma associação democrática cujos membros partilham os objetivos e os termos da própria associação, constituída de modo pluralista; com características de um debate e de cooperação que operam a partir do reconhecimento da pluridade da condição humana.

1.2. Comunicação e Democracia

Na área da Comunicação Social, Marques (2009:11) constata que as pesquisas que buscam “discutir as relações entre os meios de comunicação e os processos de participação, de inclusão e de luta contra as injustiças (sobretudo referentes a grupos minoritários e movimentos sociais) buscam como referência os estudos sobre o processo deliberativo.

Em sua teoria, Habermas coloca a possibilidade dialógica de resolução dos conflitos vigentes na sociedade não como uma simples solução, mas como a melhor solução alcançada, resultante da negociação argumentativa entre todos os concernidos. Wilson Gomes e Rousiley C.M. Maia, em *Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas* (2008), afirmam que, do conceito que era surpreendente nos anos 60, a conceito refutado nos anos 80, a obra de Habermas consegue levar a um ponto mais alto e consagrar a noção de esfera pública, a partir dos anos 90, “em que a base da noção de esfera pública se converte na ideia de ‘deliberação pública’ e passa a representar o ponto de partida de toda a corrente contemporânea de teoria democrática que se denomina democracia deliberativa” (Gomes; Maia, 2008:70).

Para Gomes e Maia, a expressão de Habermas “formação da opinião e da vontade” seria uma fórmula que designa tanto a geração da opinião pública quanto a produção da decisão política. O *processo* deve ser público no sentido que deve oferecer a possibilidade de que sejam envolvidos os cidadãos concernidos ou afetados pelo resultado a ser produzido. O *resultado* deve ser público, no sentido de refletir um processo de produção entendido como investimento coletivo, além do sentido de que materializa um consenso de ideias ou de decisões que vincula e obriga todas as vontades no interior de uma comunidade política. “O Direito que emerge de um processo coletivo de produção é pré-condição, demandada e aceita pelos membros de uma comunidade política, para o exercício da democracia...” (Ibidem, p. 72).

Em Marques (2010) encontramos a afirmação de que, ao contrario do que apontam muitos dos críticos de Habermas, de que a ética do discurso suprimiria os horizontes éticos individuais, ela visa à ampliação desses horizontes, tendo em vista a consideração de questões que dizem respeito ao que é bom para todos. O requisito típico da democracia participativa é a condição propriamente deliberativa, com os processos de produção da opinião pública e de tomada da decisão sendo configurados como processos discursivos.

Além da capacidade de produzir diversos níveis de consenso, a interação discursiva tem como vantagens prévias (Gomes; Maia, 2008):

- Produzir mais informações sobre questões e problemas socialmente compartilhados;
- Um maior esclarecimento recíproco sobre as perspectivas socialmente representadas;
- Criação de oportunidades para reavaliar os próprios pontos de vista à luz das críticas, posicionamento e argumentos alheios;

- Proporcionar chances de melhoria da qualidade das próprias razões nos procedimentos argumentativos, pois todos demandam reciprocamente mais e melhores justificativas.

A natureza da interação discursiva porta consigo um conjunto de requisitos pragmáticos, que devem ser respeitados por quem quiser argumentar com sentido, que configura assim os princípios normativos que fundamentam a ética da argumentação ou ética do discurso. Uma opinião ou decisão legislativa formada discursivamente de modo legítimo, requer, ainda segundo Gomes e Maia (2008):

- Que se assegure que ninguém seja, em princípio, excluído da argumentação;
- Que todos os que queiram expressar pontos de vista ou apresentar reivindicações possam fazê-lo;
- Que ninguém seja coagido;
- Que todos se obriguem a considerar a fala dos outros na sua própria argumentação;
- Que os participantes adotem uma atitude de respeito, de consideração pelo outro e de imparcialidade.

Em *Direito e Democracia*, Habermas aborda duas vias para a concretização do processo da opinião e da vontade: uma via institucional, que se materializa como leis e políticas, que seria o modo fundamental de funcionamento de cortes judiciais, tribunais e corpos parlamentares. A outra via, não-institucionalizada, informal ou autônoma, como uma esfera livre de argumentos e pontos de vista para gerar a opinião pública, que não tem propriamente um sujeito, sendo anônima.

Os resultados da política deliberativa podem ser entendidos como um poder produzido comunicativamente, o qual concorre com o potencial de poder de atores que têm condições de fazer ameaças, e com o poder administrativo que se encontra nas mãos de funcionários (Habermas, 1997:73).

Retrocedendo ao tema, Wilson Gomes, em seu artigo de 2002, intitulado “A Ética do discurso e a Comunicação mediada e editada pelo *Mass Media*”, nos lembra que a ética do discurso, ao se apoiar toda ela na interação e na expressão linguística, pode ser designada como uma ética da discussão, da argumentação e, em última instância, uma ética da comunicação.

Os problemas de ética na contemporaneidade vão desde questões sobre a exposição da intimidade até as relações entre *media* e política, tentando conduzir a discussão para a dimensão moral dos fatos e suas consequências. O discurso público e a opinião pública política contemporâneos são fundamentalmente mediados e estruturados pelos *media*.

A preocupação de Gomes (2002) consiste em averiguar os problemas éticos inerentes à comunicação política contemporânea advindos do contraste entre as condições técnico-institucionais da comunicação estratégica mediática e os princípios fundamentais de uma ética da argumentação, e como se pode pensar em uma ética do discurso que se aplique aos processos mediáticos de comunicação.

A tradução da comunicação política tradicional em comunicação política mediática cria um problema de natureza moral quando estas conflitam, seja pela própria natureza das coisas ou por causa da configuração da comunicação estratégica nas sociedades de capitalismo avançado, causando uma desigualdade das pré-condições argumentativas, especialmente pelo desprovento da exigência que na efetivação da mediação todos os participantes sejam reconhecidos como parceiros com igual direito, dignidade e possibilidades de intervenção. “O espaço de locução enquanto espaço da negociação dos interesses públicos deve ser regido pelo *princípio da publicidade*. A ‘publicidade’ dos interesses em questão como que exige a ‘publicidade’ da situação interativa.” (Gomes, 2002: 352). Também temos que levar em conta as *quotas de poder*: poder econômico, político ou mesmo o sucesso através dos meios de comunicação, e a finalidade de obtenção de vantagens argumentativas. O direito à resposta, a alteridade de perspectiva é um imperativo ético necessário para a interdição da *fala absoluta*, da locução despótica. “A combinação do princípio da publicidade com o princípio do contraditório deveriam ser capazes de produzir uma formulação social capaz de corrigir-se constantemente, uma *open society*. ” (Ibdem)

Existe também o grave problema ético da *convertibilidade* de esferas sociais, quando méritos e benefícios, de um indivíduo ou grupo, próprios de uma determinada esfera de existência social, tendem a transferir-se para outras esferas onde eles são indevidos. Um exemplo seria o alto custo das campanhas e assessorias que gera um sério problema na medida em que se torna impossível, a quem não consegue arcar com seu alto ônus financeiro, ser introduzido legitimamente, pelo voto, no jogo político, como um interlocutor válido, gerando assim a vantagem argumentativa oriunda do mundo econômico.

Outro problema de natureza moral pode se estabelecer na esfera das pré-condições ético-pragmáticas da comunicação, no embate entre a estratégia persuasiva e a pretensão da verdade. De acordo com Gomes (2002):

1. A comunicação política mediática tem como modelo de “linguagem” a publicidade.
2. Ao se aproximar da comunicação comercial, a comunicação política submete-se à lógica social do consumo, em conformidade com a obra *Simulacros e Simulação* de Jean Baudrillard (1981).
3. A comunicação mediática é retórica: sua meta é a *persuasão* através de argumentos.
4. Estratégia retórica e estratégia conotativa tornam-se as características da comunicação mediática, tornando a comunicação política livre, nos circuitos competitivos dos enunciados, de um vínculo com a verdade como valor. A prescindibilidade da vinculação com a verdade na propaganda política mediática estabelece assim contradição com as pré-condições ético-pragmáticas da ética discursiva, de colaborativamente alcançar uma possível concordância de todos.
5. A retórica é ineliminável em ambiente de competição discursiva. A atividade que envolva argumentação não é imoral, entretanto o uso da retórica pode o ser.
6. A ética subordina e limita a estratégia. Existe um ponto em que a estratégia deixa de ser legítima e se torna abusiva, e a sociedade democrática deveria condenar a ultrapassagem deste ponto, a fim de garantir parâmetros éticos para a atividade política.

1.3. Deliberação Pública

A deliberação foi originariamente pensada por Aristóteles para ser a atividade paradigmática da virtude política e da autoregulação. Contudo, o ideal aristotélico de deliberação pressupunha uma comunidade política pequena e homogênea. As democracias modernas expandiram o exercício da deliberação para diversas comunidades, em que todos são idealmente considerados politicamente iguais, qualquer que seja sua religião, posição social ou nível educacional. Para Habermas (2008), o desenho industrial das democracias modernas reúne três elementos, que são a autonomia privada dos cidadãos, a cidadania democrática e a independência de uma esfera pública que opera como um sistema intermediário entre o Estado e a sociedade. Tal desenho industrial deve assegurar, entre outras coisas, a participação política da maior quantidade possível de cidadãos interessados através de direitos iguais de comunicação e participação.

Habermas argumenta ainda que a comunicação política mediada na esfera pública pode facilitar processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas que só adquirem

independência com relação a seu ambiente social se houver um retorno entre o discurso informado da elite e uma sociedade civil responsiva.

James Bohman (2009) argumenta que a deliberação parece se limitar ao poder constituinte dos momentos fundantes das instituições, ao invés de ser exercido na política ordinária das formas já constituídas do poder político. Afirma também que a crescente globalização da cultura e do poder desmente as suposições dos modelos-padrão da deliberação cívica. Os direitos constituintes são capazes de tornar a deliberação possível, mesmo que seja impondo limites a ela. Porém não nos dizem nem o que é a deliberação nem como ela pode ser conduzida sob condições e constrangimentos coerentes.

Mesmo onde um consenso não é obtido ou esperado, a deliberação pública deveria levar aos efeitos de aprendizagem, ao enriquecimento do estoque de argumentos e ideias, a um exame reflexivo e possivelmente à transformação das próprias convicções e preferências, ao grau certo de compreensão e respeito pela oposição de posições, e com todo aquele alto grau de racionalidade e legitimação das decisões políticas. (Peters, 2005:173).

Pressupondo transparência da comunicação pública, com cidadãos informados sobre os pontos divergentes e planos de seus líderes, a deliberação pública demanda tanto a competição quanto a troca de ideias em um amplo fórum da sociedade, embora Habermas afirmasse que discursos não governam, que eles geram um poder de comunicação que não pode tomar o lugar da administração, mas pode influenciá-la. (Wessler, 2008)

Habermas também afirmou que a teoria social do pluralismo insere-se no modelo normativo do liberalismo através de uma simples substituição: “O lugar dos cidadãos e de seus interesses individuais é ocupado por organizações e interesses organizados. Ela parte do princípio, segundo o qual todos os atores coletivos têm aproximadamente as mesmas chances de influenciar os processos de decisão relevantes para eles”. (Habermas, 1997:59)

Para Harmut Wessler (2008), numa democracia moderna, a mídia se constitui na única composição comunicativa que permanentemente fornece a deliberação pública assegurando aos cidadãos a oportunidade de escolha entre opções alternativas bem como materialmente exercita o direito deles de liberdade de opinião.

Rousiley Maia (2008) aborda em sua obra a questão do uso da internet para além da participação direta em instâncias formais do Estado, para a circulação do poder político, como a participação no planejamento de políticas públicas e processos de prestação de contas. Ela descreve a importância das associações cívicas para desenvolver habilidades políticas e cultivar virtudes cívicas dos cidadãos, bem como a análise do uso que se faz da internet como ferramenta de comunicação.

Uma reflexão acerca do papel dos meios de comunicação no modelo de circulação do poder político proposto por Habermas é efetuada pela professora e pesquisadora Ângela Marques (2008), segundo a qual os meios de comunicação promovem difusão e amplificação de temáticas e problemas, dando condições para que se desenvolva uma dinâmica de esclarecimento e reformulação de argumentos entre atores posicionados em diferentes esferas públicas parciais ao longo do tempo.

Fluxos comunicativos que se estabelecem na periferia desse processo sob a forma de conversações informais raramente alcançam a arena dos *media* e, às vezes, nem mesmo demonstram ter sido gerados com a intenção de fazê-lo. Contudo, argumentamos que essas conversações informais são importantes e devem ser consideradas, mesmo que não alcancem um alto grau de visibilidade mediada. [...] concordamos com o argumento de que todas as esferas públicas que compõem o amplo processo deliberativo estão ligadas, mas nem todas elas operam em uníssono ou reforçam as esferas formais de deliberação. [...] para a democracia, importam não só os processos comunicativos que se estabelecem nos contextos formais de deliberação política e a amplificação do grau de visibilidade do debate na esfera pública através dos meios de comunicação, mas também aqueles contextos marginais e invisíveis onde os indivíduos aprendem, a longo prazo, a expor publicamente seus dilemas, a demarcar posições e a justificar opções diante dos outros. (Marques, 2008:34)

Deliberação pública no contexto de Chambers (2003) significa que “debate e discussão” apontaram para a razoável produção de opiniões bem informadas, nas quais os participantes estão dispostos a revisar preferências em claras discussões, com novas informações e objetivos feitos por colegas participantes.

Contudo é preciso averiguar quem delibera, os locutores representados na mídia, se eles oferecem pontos de vista e ideias que divergem. Justamente o que almejamos empreender na comparação da comunicação de dois veículos de comunicação de massa. Chambers propõe padrões normativos e efeitos de deliberação desejáveis, onde o padrão mais sofisticado é encontrado na ideia de que todos os grupos de importância social deveriam ser representados proporcionalmente na deliberação pública.

Querendo saber como exatamente pode a mídia de massa trazer esse poder de comunicação para conduzir as decisões dos executores, e se os *media* podem fazer principalmente a deliberação por justificativas, a ideia normativa que Wessler apresenta é a de que a pressão comunicativa exercerá uma influência nos executores de decisões deliberativas e fará uma prevenção delas a partir das decisões feitas e que são difíceis de se justificarem publicamente.

Na prática é sabido que líderes frequentemente manipulam dicas ou sugestões para alcançar objetivos políticos pessoais. Marques (2008) lembra que nem sempre os meios de comunicação promovem os processos argumentativos, que os filtros e constrangimentos por eles impostos, ao hierarquizar conteúdos e fontes, por exemplo, podem gerar vários pontos de ruptura entre os diferentes contextos do processo deliberativo.

1.4. Deliberação Mediada

Na ética do discurso a comunicação é pensada segundo o modelo de debate direto, público e organizado em assembléias, onde as pessoas estariam sentadas umas diante das outras e em face de uma tribuna, onde, sucessivamente, os interlocutores intervêm. Para Gomes (2002) tal modelo possui a vantagem evidente de que nele estão presentes e garantidas algumas das características aparentemente irrenunciáveis da discussão pública:

1. A acessibilidade das discussões,
2. A visibilidade do que se discute,
3. A vinculação da assembléia à comunidade.

A desvantagem do modelo é que ele está muito distante da forma de comunicação contemporânea, onde os imperativos de produção de consenso ou conclusão “não parecem mais essenciais nos processos comunicativos predominantes em nossa época” (Gomes, 2002: 341).

A metáfora da interlocução direta se esgota diante do avanço colonizador da comunicação mediática, que invade a esfera íntima ou privada das interações comunicativas, dizendo-nos como falar e sobre o que falar para que a nossa fala tenha sentido e escuta; avanço colonizador que organiza, estrutura e edita tanto a esfera da conversação civil quanto a esfera da mediação discursiva das matéria relativas ao bem comum, impondo a sua lógica específica, fundada nos princípios do entretenimento e da espetacularização.(Gomes, 2002:340.)

O autor esclarece duas questões importantes da comunicação política que carecem de exame moral, a saber, a transfiguração da esfera pública em uma arena discursiva estratégica onde, aparentemente, domina uma espécie de vale tudo. E a posse privada dos meios de comunicação como forma de obtenção de vantagens expositivas e argumentativas indevidas no campo político.

No contexto político, a mídia desempenha um papel dúbio, e a esfera pública associada à política transforma-se em uma cena de visibilidade onde importa o que é espetacular, sensacional e pouco argumentativo. “Muitas vezes, é difícil perceber até que ponto o jornalismo de interesse público confunde-se com publicidade chamada de jornalismo” (Karam, 2004: 230).

Outra crítica de Gomes (2002) é quanto à desigualdade das pré-condições argumentativas exigidas pela ética do discurso que não se verificam totalmente na mediação argumentativa da comunicação mediática, em que a mediação de interesses e pretensões em vista do acordo se realizam, mas não ocorre a participação de todos os concernidos e também não se verifica a participação em igualdade de condições.

Para ele as seguintes características não parecem mais essenciais nos processos comunicativos predominantes em nossa época: contiguidade e contemporaneidade dos parceiros e dos discursos; acessibilidade física ou co-presença dos interlocutores; a situação de face a face; duração temporal da discussão; a possibilidade de exaustão da argumentação; a flexibilidade de interação e o imperativo de produção de consenso ou conclusão.

Ampliando o recorte que fizemos até agora, vamos abordar a qualidade ética da produção jornalística, importante requisito para a efetiva ética do discurso mediada. A crescente concentração dos meios de comunicação, a estrutura combinada de comunicação ou mídia cruzada e suas consequências na ética jornalística são as preocupações de Francisco Karam (2004), que questiona a possibilidade de uma confluência ética do interesse público e da liberdade de escolha proporcionados pelo jornalismo, com os crescentes interesses particulares que o movem.

[...] longe de favorecer o pluralismo, reforça um sistema de crenças, integrando todos em uma abordagem coercitiva. [...] Os conglomerados da mídia que atuam em diferentes ramos da economia colocam em jogo bilhões de dólares. Por isso, dentro de sua lógica particular, torna-se muito difícil atender ao interesse público se este lhe causar problemas financeiros ou ideológicos que comprometam seu futuro. De qualquer forma, os princípios morais profissionais continuam povoando as páginas dos manuais profissionais e dos códigos, recheando discursos em solenidades e congressos e fazendo parte de acordos (Karam, 2004: 231).

Apesar de o jornalismo ter farta munição no cotidiano para orientar suas pautas, suas idiossincrasias e assuntos de relevância global, Karam (2004) afirma que ele está cheio de cortesias, cumplicidades e subserviências, o que acarreta na não investigação e no uso de fontes oficiais ou viciadas.

Há a privatização do espaço público, que compromete a democracia. Chomsky⁴ admite a existência de espaços e instrumentos formais democráticos, mas considera que eles estão vigiados. Desse modo, o consenso passa a ser produzido pela elite que domina os grandes conglomerados, articula com as instituições públicas ou privadas vinculadas ao poder econômico e político. (Karam, 2004: 235)

Observando pela perspectiva de Habermas, a ética da empresa seria uma ética cívica, ou seja, uma “ética de responsabilidade convencida” (Cortina apud Karam, 2004), porém “as palavras podem apontar para tal direção; os bastidores não” (Karam, 2004: 161).

Gomes (2002) mostra como o discurso público e a opinião política são mediados e estruturados pelos *media*, reconhecendo a existência de uma esfera pública em sua maioria dependente da mediação dos meios de comunicação, que é onde se dá o nosso conhecimento fundamental sobre a realidade do mundo aqui e agora, o *mundo-media* onde os meios não apenas nos dizem o que devemos considerar, mas como e com que prioridade considerar.

Direito de saber, liberdade de escolha, possibilidade de emissão de juízos de valor autônomos, liberdade e democracia, isenção e imparcialidade, interesse público e relevância social são expressões e valores defendidos pelo jornalismo e encontram eco na esfera de Habermas, e apontam a busca de um ideal dentro de um panorama sociocultural, político e econômico seja num estado ou pelo globo. Entretanto há muitas dificuldades dentre elas grupos midiáticos que não são baseados em apenas um território ou mesmo estão desligados de qualquer país suprimindo o conceito de estado-nação e, portanto, a privatização e os *think-tanks* dentro dos conglomerados são avassaladores diante dos preceitos habermesianos e jornalísticos enumerados acima (Karam, 2004: 247, 248).

1.5. *Agenda Setting* e Espiral do Silêncio

No estudo da influência exercida pela mídia no pensamento do cidadão, existem duas teorias: a *agenda setting* e a espiral do silêncio. O termo *agenda setting* significa pauta de fixação, e designa uma forma de direcionar a atenção que leitores e telespectador de uma reportagem irão seguir, ou seja, a mídia aponta quais os temas que serão considerados de interesse coletivo.

4

Karam (2004) refere-se a entrevista de Noam Chomsky à FSP, “A privatização da democracia: Noam Chomsky examina os usos políticos da informação”, caderno Mais!, 9 mar. 1997, p.10-11.

As pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. É o que sustenta a hipótese do *agenda setting*. Trata-se de uma das formas possíveis de incidência da mídia sobre o público. É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá. (BARROS FILHO, 2003: 169).

As idéias básicas da Teoria do Agendamento podem ser atribuídas ao trabalho do proeminente jornalista estadunidense Walter Lipmann. Em 1922 Lipmann propôs a tese de que pessoas não respondiam diretamente aos fatos do mundo real, mas que viviam em um pseudo-ambiente composto pelas “imagens em nossas cabeças”, e que a mídia teria papel importante no fornecimento e geração destas imagens e na configuração deste pseudo-ambiente. A teoria explica a correspondência entre a intensidade de cobertura de um fato pela mídia e a relevância desse fato para o público.

Hohlfeldt (1997) se refere à *hipótese* de agendamento, pois argumenta que uma *teoria* é um paradigma fechado, infenso a complementações enquanto que uma hipótese, ao contrário da teoria, constitui-se em um sistema aberto, inacabado, e que, portanto não pode se disser que será falho, como nas teorias, que quando não encontram convergência caem por água abaixo, ao estilo dicotômico do tudo-nada, ser-não ser.

Acredita-se que o agendamento ocorra porque a imprensa deve ser seletiva ao noticiar os fatos, com os profissionais de notícias atuando como *gatekeepers* (porteiros) da informação, deixando passar algumas e barrando outras, na medida em que escolhem o que noticiar e o que ignorar. Posto desta maneira, o que o público sabe e com o que se importa em dado momento é, em grande parte, um produto de *gatekeeping* midiático.

A função de agendamento, que afirma que a mídia pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas *o que* pensar, mas seria muito eficiente em determinar *sobre o que* as pessoas devem pensar, pode ser descrita como um processo de três níveis:

- *Media agenda* (agenda midiática) – questões discutidas na mídia
- *Public agenda* (agenda pública ou da sociedade civil) – questões discutidas e pessoalmente relevantes para o público.
- *Policy agenda* (agenda de políticas públicas) – questões que gestores públicos consideram importantes.

Pode-se tomar como exemplo de aplicação da hipótese do agendamento o estudo, hoje referencial, de Gladys Engel Lang e Kurt Lang, que aplicou o princípio do agendamento ao episódio de Watergate, nos Estados Unidos. A questão que os pesquisadores se colocavam era: se a hipótese de agendamento é viável, como explicar que, apesar de todo o conjunto de denúncias desenvolvidas por *The Washington Post*, ao longo de 1972, o então Presidente Richard Nixon chegou a se reeleger com percentuais altamente significativos para sofrer um processo de impeachment pouco tempo depois, o que o levaria à renúncia? (Hohlfeldt, 1997). Uma das questões seria constatar se é a agenda midiática que pauta a agenda da sociedade, ou vice-versa. Conceitos importantes relacionados à *agenda setting* :

- *Gatekeeping* – controle sobre a seleção do conteúdo exercido pela mídia e pela imprensa.
- *Priming* – no agendamento, a idéia de que a mídia atrai atenção para alguns aspectos da vida política em detrimento de outros (Baran e Davis, 2000)
- *Framing* ou Enquadramento – apresentação de conteúdo de forma a orientar sua interpretação em certas linhas predeterminadas
- *Time-lag* ou intervalo temporal – o período que decorre entre a cobertura informativa dos meios de comunicação de massa e a agenda do público (variável dependente)
- Acumulação – capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários que serão transformados posteriormente em notícia e, por consequência, em informação;
- Consonância – apesar de suas diferenças e especificidades, os mídias possuem traços em comum e semelhanças na maneira pela qual atuam na transformação do relato de um acontecimento que se torna notícia. Consequentemente, alguns princípios gerais podem ser aplicados, independentemente de suas idiossincrasias;
- Onipresença – um acontecimento que, transformado em notícia, ultrapassa os espaços tradicionalmente a ele determinados se torna onipresente. Por exemplo, quando a página policial acaba por se ocupar de um assunto desportivo.
- Relevância – ela é avaliada pela consonância do tema nos diferentes mídias, se um determinado acontecimento acaba sendo noticiado por todos os diferentes mídias, independentemente do enfoque que lhe venha a ser dado, ele possui evidente relevância;
- Centralidade – capacidade que os mídias têm de colocar como algo importante determinado assunto, dando-lhe não apenas relevância quanto hierarquia e significado. Há muitos

assuntos que são noticiados constantemente, mas que não são conscientizados como decisivos para a própria vida, enquanto que outros assim se tornam;

- Tematização – é o procedimento implicitamente ligado à centralidade, na medida em que se trata da capacidade de dar o destaque necessário para chamar a atenção. Um dos desdobramentos da tematização é a suíte de uma matéria, os múltiplos desdobramentos que a informação vai recebendo, de maneira a manter presa a atenção do receptor naquele assunto;

- Saliência – valorização individual dada pelo receptor a um determinado assunto noticiado, que se traduz pela percepção que ele venha a emprestar à opinião pública;

- Focalização – a maneira pela qual a mídia aborda um determinado assunto, apoiando-o, contextualizando-o, assumindo determinada linguagem, tomando cuidados especiais para a sua editoração, inclusive mediante a utilização de chamadas especiais, logotípias, etc.

Destacam-se os principais pressupostos da hipótese de agendamento, de acordo com Hohlfeldt (1997):

a) o fluxo contínuo de informação: verifica-se que o processo de informação e de comunicação não é um processo fechado, como pressupunham as antigas teorias. As teorias clássicas efetuam um recorte, fragmentando a realidade, talvez com intuítos didáticos, quanto aos processos comunicacionais. Sofremos uma avalanche informacional que, se não trabalhadas devidamente pelo receptor, se perde ou gera situações inusitadas.

O que, na verdade, ocorre, é que este fluxo contínuo informacional gera o que McCombs denominará de efeito de enciclopédia que pode ser inclusive concretamente provocado pela mídia, sempre que isso interesse, através de procedimentos técnicos como o chamado box que revistas e jornais muitas vezes estampam junto a uma grande reportagem, visando atualizar o leitor em torno de determinado fato. Na maioria dos casos, contudo, consciente ou inconscientemente, guardamos de maneira imperceptível em nossa memória uma série de informações de que, repentinamente, lançamos mão. É assim que se pode explicar, por exemplo, a reação provocada pela série de episódios em torno do ex-Presidente Collor de Mello, sem o que, talvez, repetiríamos a experiência de Watergate, sem termos jamais chegado à cassação do antigo mandatário nacional (Hohlfeldt, 1997: 44)

b) ao invés de influenciar o receptor não em curto prazo, como boa parte das antigas teorias pressupunha, os meios de comunicação exercem influência sobre seu público no médio e longo prazo, sendo que é mediante a observação de períodos de tempo mais longos do que os habitualmente até então configurados que é possível verificar, com maior precisão, os efeitos

provocados pelos meios de comunicação. Deve-se levar em conta não apenas o lapso de tempo abrangido por uma determinada cobertura jornalística quanto o tempo decorrido entre esta publicidade e a concretização de seus efeitos em termos de uma ação consequente por parte do receptor.

Tome-se o exemplo ainda recente da criação do Plano Real e o posterior lançamento do ex-Ministro do Planejamento Fernando Henrique Cardoso como candidato à Presidência da República, com o resultado eleitoral que todos conhecemos: enquanto que em maio daquele ano eleitoral, Luís Inácio Lula da Silva era considerado virtual candidato preferencial, com mais da metade das intenções de voto, em pouco mais de cinco meses, revertia-se a situação, com a vitória de Fernando Henrique, em outubro, ainda em primeiro turno, o que significava, em termos do sistema eleitoral brasileiro, ter alcançado mais que a metade dos votos válidos para aquela eleição. Ora, é evidente que houve um efeito de enciclopédia propositadamente buscado por parte dos responsáveis pela campanha de Fernando Henrique, vinculando o candidato à nova moeda e a seu sucesso enquanto determinadora do controle inflacionário brasileiro, num processo que, em médio prazo (cinco meses), minou significativamente o discurso de oposição (independentemente de que se analisem os equívocos de avaliação que apostaram no desastre do Plano ou na sua falência pós-eleitoral). (Ibdem)

c) os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como apregoava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar, motivando esta hipótese de trabalho, já que dependendo dos assuntos que venham a ser abordados, ou agendados, pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Portanto a agenda da mídia acaba por se constituir na agenda individual e, também, na agenda social.

De acordo com Lippmann (1922) percebemos a realidade não enquanto tal, mas sim enquanto a imaginamos. Ferdinand Tönnies (1957), ao diferenciar as sociedades comunitárias das sociedades anônimas, justifica o surgimento dos meios de comunicação de massa, uma vez que a maioria dos membros da sociedade anônima não consegue mais ter acesso direto aos acontecimentos. Dependendo da mídia, sofremos sua influencia a médio e longo prazo, não nos impondo conceitos, mas nos trazendo preocupações concernentes a determinados temas, que de outro modo não chegariam ao conhecimento das pessoas, e muito menos se tornariam temas das agendas de cada um.

Para validar as hipóteses acima, Maxwell McCombs fez um acompanhamento da campanha eleitoral dos Estados Unidos em 1968, verificando que, à medida que a campanha avançava, a atenção dos eleitores ampliou-se; e que os eleitores, através da mídia, passaram a

constituir um conjunto de informações comuns entre a audiência, produzindo assim a base para a formação ou mudança de atitude diante dos candidatos; e que por fim, esta atitude sociabilizava-se entre os diferentes membros de uma mesma comunidade. Evidenciando um forte reflexo para o resultado eleitoral final. Quanto à questão da formação das agendas pessoais e as diferentes influências que elas sofrem além da influência da mídia, verificou-se a importância do duplo fluxo informacional, das antigas teorias empíricas experimentais dos anos trinta. De acordo com elas, a maior parte das informações não transita diretamente de uma mídia para o receptor, sendo também mediada através dos líderes de opinião, com os quais os demais indivíduos estabelecem relações emocionais as mais variadas.

Com relação à questão da sequência temporal, verificou-se que se estabelece uma correlação entre a agenda da mídia e a do receptor, mas que, inversamente, a agenda do receptor também pode acabar influenciando a agenda da mídia. Descobriu-se que também havia uma relação entre os diferentes tipos de mídia, percebendo a mídia impressa no topo da hierarquia sobre a mídia eletrônica, tanto no que toca ao agendamento do receptor, pela sua maior permanência e poder introjetivo da leitura, quanto sobre as demais mídias. Hohlfeldt (1997) relembra o episódio do agendamento, pela opinião pública, da TV Globo, quando da chamada Diretas Já, em que aquela rede tentou esquivar-se o quanto pôde à cobertura do evento, mas acabou rendendo-se à pressão do receptor e do restante da mídia, com destaque ao jornal FSP e ao noticiário noturno da TV Manchete.

A influência do agendamento por parte da mídia depende do grau de exposição a que o receptor esteja exposto e, além disso, do tipo de mídia, do grau de relevância e interesse que o receptor venha a conferir ao tema, sua necessidade de orientação ou sua falta de informação - seu grau de incerteza - além dos diferentes níveis de comunicação interpessoal que desenvolver. Elisabeth Noelle-Neumann, ao constituir sua hipótese da espiral de silêncio, refere-se explicitamente à hipótese de agendamento na introdução de seu estudo, aliás, cujas pesquisas iniciaram contemporaneamente ao trabalho de McCombs.

A alemã Elisabeth Noelle-Neumann apresentou, em 1972, no XX International Congress of Psychology, em Tóquio, o paper denominado *Return to the Concept of Powerful Mass Media*, chamando a atenção para o poder que a mídia possuía para influir sobre o conteúdo do pensamento dos receptores, revisando as teses então correntes de que a mídia afetava apenas parcialmente o público. Partindo do conceito de *percepção seletiva* e retomando o de *acumulação* provocada pela mídia (da *agenda setting*), a pesquisadora alemã destacou a onipresença da mídia como eficiente modificadora e formadora de opinião a respeito da realidade. (Hohlfeldt, 1998)

As pesquisas de Noelle-Neumann indicaram que as pessoas são influenciadas não apenas pelo que as outras dizem, mas pelo que as pessoas imaginam que os outros poderiam dizer, sugerindo que, se um indivíduo imagina que sua opinião poderia estar em minoria ou poderia ser reconhecida com desdém, essa pessoa estaria menos propensa a expressá-la. A consonância, ou forma semelhante de como as notícias são produzidas e veiculadas, aliada à ubiquidade, presença da mídia em todos os lugares, resulta em forte influência da mídia sobre o público, não de forma absoluta, como apregoava a Teoria Hipodérmica⁵, mas decisiva para consolidar valores da classe dominante e formar a percepção da realidade.

De acordo com a pesquisadora, para o indivíduo, o não isolamento em si mesmo é mais importante que seu não julgamento, além da capacidade de julgamento que o indivíduo tem sobre si mesmo, e que o torna vulnerável à opinião dos demais. Aquilo que os indivíduos imaginam ser o pensamento dos demais exerce uma influência em movimento constante, no tempo, ascensional, a que Noelle-Neumann denominou de *espiral do silêncio*. Esta perspectiva explica o porquê da importância das pesquisas de opinião para uma campanha política e o quanto elas podem ser decisivas se seus resultados forem publicados no próprio dia da eleição, especialmente se houver um suposto empate técnico entre os dois principais candidatos. Uma das consequências pode ser que quando ninguém concorda com uma norma ou candidato, mas cada um pensa que todos os demais concordam, o resultado final é como se todos concordassem.

A mídia, ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo “o que aconteceu”, impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados. Ao decretar seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência social. (BARROS FILHO, 2003: 170).

Portanto, o jogo midiático da agenda setting unido com a espiral do silêncio pontua os debates seja na esfera pública ou privada. Há maneiras de romper com este padrão, porém não são facilmente obtidas conforme aponta Barros Filho acima.

1.6. Enquadramento

5

Conceito elaborado pela Escola Norte-Americana nos anos 30, também conhecida como Teoria da Bala Mágica, este modelo sugere que uma mensagem lançada pela mídia é imediatamente aceita e espalhada entre todos os receptores em igual proporção. (nota da autora)

O conceito de “enquadramento” (*framing*), enfoque relativamente recente nas pesquisas sobre o papel dos meios de comunicação em processos políticos, tem atingido importante proeminência e popularidade. Suas aplicações têm dinamizado o campo da comunicação política ao oferecer uma nova perspectiva para entender o papel da mídia, a análise do conteúdo político da mídia e a recepção deste conteúdo pela audiência. O enquadramento constitui-se pois em um novo enfoque teórico.

Usualmente a mídia é entendida como fonte de informação, tendo como papel informar os cidadãos, lhes transmitindo as informações de forma objetiva e imparcial. A partir deste ponto de vista, a crítica do papel político da mídia se restringe geralmente a ressaltar a falta de objetividade ou a imparcialidade das mensagens. Implícita, neste paradigma, está a visão de que, ao tratar de temas políticos, a mídia deve impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos “fatos” (a noção de objetividade) ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato (a noção de imparcialidade). Na análise da cobertura das eleições, por exemplo, pesquisadores frequentemente medem o espaço dado a cada candidato ou a valência das matérias (positiva ou negativa) para explicar qual teria sido o papel da mídia. (Porto, 2004:75)

Mauro Porto (2004) argumenta que o enfoque tradicional é insuficiente para o estudo da relação entre mídia e política, devido principalmente às limitações do “paradigma da objetividade”. Os conceitos de parcialidade e objetividade e suas noções de desequilíbrio, distorção, deturpação, constituem um suporte teórico frágil, um paradigma em declínio. Uma proposição para fazer avançar a investigação do papel da mídia é a substituição do conceito de parcialidade pelo de orientação estruturada, que inclui alguns aspectos da idéia de parcialidade, como favoritismo, distorção, mas é mais abrangente, incluindo orientações e relações sistemáticas que estruturam os relatos noticiosos. O conteúdo da mídia pode desempenhar um papel ideológico e político importante quando é produzido a partir de uma matriz composta por um conjunto de regras e conceitos ativado pelos jornalistas - nem sempre de forma consciente e sem existir necessariamente a intenção deliberada de manipular ou iludir - sendo que os “enquadramentos” são um dos mais importantes (Hackett, 1993. Porto, 2004).

O conceito de enquadramento tem sido definido como uma alternativa para os paradigmas em declínio e como complemento importante para preencher lacunas nas teorias existentes, sendo possível identificar seus aspectos principais através dos estudos já realizados. Erving Goffman (1986) define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento neles; marcos interpretativos construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais, definido de acordo com enquadramentos que as permitam responder à questão “o que está ocorrendo aqui”.

Na psicologia cognitiva tem-se que mudanças na formulação dos problemas podem causar variações significativas nas preferências das pessoas, como por exemplo, o caso do copo preenchido com 50% de água que poderia ser apresentado como meio cheio ou meio vazio, gerando diferentes percepções da situação de acordo com a abordagem descritiva adotada. Assim, conforme afirmam Kahneman e Tversky (1984), um assessor do presidente pode influenciar suas decisões, não ao omitir ou distorcer informações, mas sim ao enquadrar as situações de forma específica. Enquadramentos são, portanto, importantes instrumentos de poder.

A socióloga Gaye Tuchman, em sua obra *Making News* (1978), faz a primeira aplicação do conceito de enquadramento no campo dos estudos da comunicação. A autora ressalta como o poder político pode ser enfatizado pela forma que o conhecimento é enquadrado, sugerindo que as notícias seriam um recurso social que limita um entendimento analítico da vida contemporânea.

Enquadramentos podem ser entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que assim constroem uma determinada interpretação dos fatos. Assim, os temas políticos são caracterizados por uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer. Entman (1994) define o conceito de enquadramento e resume seus principais aspectos:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1994: 294 apud Porto, 2004)

Porto (2004) indica um caminho didático para a adoção das noções de enquadramento:

Primeiro passo: especificação dos níveis de análise do conceito. Os usos da noção de enquadramento são tão numerosos e variados, que surgem dúvidas quanto à possibilidade de construção de um marco teórico claro, sistemático e coerente, a partir do conceito. Porto (2004) sugere dois enquadramentos principais, o enquadramento noticioso, resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, tendo como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida; e o enquadramento interpretativo, elaborado por atores políticos e sociais, onde cabe a recomendação importante de identificar as avaliações apresentadas pelas fontes que são citadas pelos jornalistas.

Segundo passo: identificação das principais controvérsias e os enquadramentos a elas relacionados. O conceito de enquadramento permite entender o processo político como uma disputa

em que uma interpretação prevalecerá na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas. Distintos atores sociais possuem capacidades diferenciadas de influência nos processos de enquadramento da mídia, com as fontes oficiais do governo tendendo ao predomínio. “Além de influenciarem a mídia com seus próprios argumentos, apesar de sua posição de desvantagem em relação às fontes oficiais, movimentos sociais podem também ser beneficiados por enquadramentos noticiosos.” (Porto, 2004: 94).

Terceiro passo: desenvolvimento de uma análise sistemática de conteúdo mais sistemática e menos subjetiva. Tanto Marques (2010) como Wessler (2008) desenvolvem uma metodologia de análise do discurso mediado a ser adotado no presente trabalho.

Verifica-se que existe uma estreita relação entre os enquadramentos da mídia e os processos de deliberação política dos cidadãos. Considerando que empresas operam a mídia, e que, como tal, devem agir em prol de interesses próprios e daqueles que nela investem – assim como agem buscando lucro e eficácia, Marques (2010) ressalta o fato de que os agentes mediáticos apresentam a capacidade de reunir as opiniões dos diferentes atores, articularem argumentos e questões temáticas com coerência. E que, do entrecruzamento de diversas manifestações de pontos de vista no espaço discursivo de visibilidade mediada, surge a oportunidade de avaliá-lo como arena discursiva de conflitos e trocas de pontos de vista. Marques (2010) argumenta ser possível, então, perceber e avaliar o espaço de visibilidade mediada como um contexto de *entrecruzamento e enfraquecimento* de diferentes proposições e pontos de vista.

A questão ambiental constitui um desafio para a ética do discurso, pois se trata de um assunto global que afeta a todos e que gera diferentes opiniões nacionais, colocando em cheque os dilemas éticos postos pela convergência entre as ciências da vida e da informação, expondo as nações a uma aporia. A questão ambiental afeta a todos, independentemente de posicionamentos de nações, a favor ou contra a adoção de medidas para evitar a devastação do planeta. A crise que hoje se vivencia, gerada pelo atual modelo capitalista de sociedade, extrapolou no uso dos recursos e na emissão dos poluentes, provocando mudanças do clima que, por sua vez, geram mais exclusão social, fome, doenças e desequilíbrio da natureza, entre outros. Não se sabe ainda que sociedade se descortinará a partir destes novos tempos, mas é inegável que o status da imprensa tem crescido a cada dia no meio político. Portanto, repensar uma sociedade capitalista industrial diante dos impactos ambientais mundiais é um dos exercícios que precisa ser analisado à luz das Ciências Sociais Aplicadas, partindo de uma perspectiva da geopolítica, almejando a compreensão das discussões sobre a problemática do aquecimento global do planeta.

CAPÍTULO 2

2.1. A Questão Ambiental

Símbolo da preocupação coletiva com o meio ambiente e de como o debate abrange a sociedade, durante as últimas décadas, a demanda por mudanças sociais motivada pela questão ecológica e as transformações da ordem institucional induzidas pela questão ambiental acirram o debate em quase todos os campos de especialização científica.

É sabido que desde a Revolução Industrial até hoje houve um crescimento de 30% na concentração de CO₂ na atmosfera, e que a média de temperatura do planeta aumentou entre 0,3 e 0,6 °C no Século XX. O aquecimento da Terra vem provocando o derretimento das calotas polares e a consequente elevação do nível dos oceanos; mudanças no curso dos ventos e chuvas; aumento na intensidade de ciclones tropicais; agravamentos de secas e enchentes, extinção das espécies e diminuição da biodiversidade; risco maior de fome e doenças. A maior parte dos Gases de Efeito Estufa - GEE, cerca de 97%, tem origem nas nações industrializadas pela queima de combustíveis fósseis para geração de energia e atividades industriais.

Das emissões globais de GEE, a maior parte é devida a queima de combustíveis fósseis, 23% são causadas pelo desflorestamento, e a maior parte disso provém de países em desenvolvimento. Na América Latina, mais de dois terços do total de emissões devem-se ao desmatamento e às queimadas. Entende-se também que todos os países têm responsabilidades e vulnerabilidades comuns, embora distintas. Os Estados Unidos respondem por 21% do total de emissões mundiais, embora abriguem apenas 4% da população do planeta. Em contraposição, 136 países em desenvolvimento são responsáveis, coletivamente, por 24% das emissões globais. Vale ressaltar que 80% de toda energia produzida no mundo é consumida por apenas 25% da população que vive nas nações industrializadas (Bahia, 2005). É difícil falar em números exatos com relação às emissões de GEE de cada país, pois cada órgão responsável por levantar esses dados apresenta números diferentes, e em geral há interesses por trás da divulgação desses números. Existe um consenso de que os maiores emissores de gases responsáveis pelo efeito estufa são Estados Unidos, União Européia, China, Rússia, Japão e Índia. A China ultrapassou os norte americanos em termos de emissões absolutas no ano de 2006, segundo a Agência de Avaliação Ambiental da Holanda. Apesar de a China emitir mais gases de efeito estufa que os EUA, cada chinês polui menos que cada

americano.⁶ Quanto ao Brasil, também há controvérsias. Alguns dizem que o país figura em 5º lugar, outros acreditam que já tenhamos alcançado a 4ª posição. No entanto, diferentemente dos países desenvolvidos como os EUA ou os países da Europa, o problema do Brasil com relação às emissões de gases do efeito estufa reside menos na queima de combustíveis fósseis e mais no mau uso das terras e florestas e nas alterações feitas pelo homem na cobertura do território brasileiro. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Brasil libera na atmosfera cerca de 1 bilhão de toneladas por ano de gás carbônico – um dos principais gases que agravam o aquecimento global. Segundo o ministério, 75% desse total se devem à derrubada de árvores e às queimadas e apenas 25% de nossas emissões provêm da queima de combustíveis fósseis. Comparando as emissões brasileiras com as americanas ou chinesas, próximas dos seis bilhões de toneladas por ano, percebemos que o Brasil não pode ser considerado o grande vilão do aquecimento global.

A suscetibilidade comparativa a impactos climáticos adversos é também verificada ao longo do eixo Norte-Sul do globo, mas numa relação inversa à responsabilidade histórica. Estudos recentes do provável impacto da mudança climática na produção regional agrícola pressupõem impactos positivos para os Estados Unidos, Japão e partes da Europa, e consideráveis consequências negativas para a África Subsaariana e para o subcontinente indiano. A mudança climática é uma questão ambiental profundamente distinta da maior parte dos outros problemas ambientais que a humanidade enfrenta. Visto que a atmosfera abrange todo o planeta, sendo, por conseguinte, um bem público global, esta tem sido exaustivamente explorada e sub-regulamentada. A multiplicidade de causas, a incerteza quanto ao tempo oportuno, os efeitos e os custos econômicos significativos são os argumentos mais utilizados pelos países que duvidam do aquecimento global para justificar por que não se deve ter pressa em fazer algo agora. Esses argumentos servem como freios a uma ação coletiva global e dificultam a construção e manutenção de mecanismos institucionais em nível planetário, os quais possam promover a cooperação de modo mais eficaz (Figueres; Ivanova, 2005 *apud* Andrade, 2008).

2.2. O histórico das COPs⁷

⁶ Fonte: Ministério da Agricultura e Abastecimento - EMBRAPA. Disponível em <http://www.aquecimento.cnpm.embrapa.br/conteudo/historico_aq_paises.htm>. Acessado em 15 Dez 2011.

- COP 1: 1995, Berlim, Alemanha. A primeira conferência iniciou o processo de negociação de metas e prazos específicos para a redução de emissões de GEE pelos países desenvolvidos. As nações em desenvolvimento não foram incluídas na discussão sobre metas, respeitando ao princípio da Convenção que fala sobre “Responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Foi então sugerida a criação de um protocolo a ser apresentado dois anos depois, em 1997, que viria a ser o Protocolo de Kyoto (PK).

Nessa primeira conferência também houve avanço nos debates sobre cooperação internacional entre nações ricas e países em desenvolvimento. Foram aprovadas as “Atividades Implementadas Conjuntamente” com o objetivo de ampliar a implantação de projetos de suporte financeiro e transferência de tecnologia.

- COP 2: 1996, Genebra, Suíça. Foi durante a COP 2 que as Partes decidiram pela criação de obrigações legais de metas de redução por meio da Declaração de Genebra. Um importante passo foi dado referente ao apoio financeiro: foi decidido que os países em desenvolvimento poderiam solicitar à Conferência das Partes apoio financeiro para o desenvolvimento de programas de redução de emissões, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente.

- COP 3: 1997, Kyoto, Japão. A terceira Conferência das Partes foi marcada pela adoção do PK, que estabelece metas de redução de GEE para os países desenvolvidos, chamados “Países do Anexo I”. De modo geral, as metas são de 5,2% das emissões de 1990, porém alguns países assumiram compromissos maiores: Japão – 6%, União Européia – 8% e Estados Unidos, que acabaram não ratificando o acordo, 7%.

A entrada em vigor do acordo estava vinculada à ratificação por no mínimo 55 países que somassem 55% das emissões globais de gases de efeito estufa, o que aconteceu apenas em 16 de fevereiro de 2005, quando a Rússia decidiu se comprometer. Os Estados Unidos se retiraram do acordo em 2001.

- COP 4: 1998, Kyoto, Japão. A COP 4 centrou esforços para implementar o PK. Foi o chamado Plano de Ação de Buenos, que levou para o debate internacional um programa de metas que considerava a análise de impactos da mudança do clima e

alternativas de compensação, atividades implementadas conjuntamente (AIC), mecanismos financiadores e transferência de tecnologia.

- COP 5: 1999, Bonn, Alemanha. O destaque da COP 5 foi a implementação do Plano de Ações de Buenos Aires, mas também o início das discussões sobre o Uso da Terra, Mudança de Uso da Terra e Florestas. A quinta conferência discutiu ainda a execução das Atividades Implementadas Conjuntamente em caráter experimental e do auxílio para capacitação de países em desenvolvimento.

- COP 6: 2000, Haia, Holanda. Começam a surgir impasses mais acentuados entre as Partes e as negociações são suspensas pela falta de acordo entre, especificamente, a União Européia e os Estados Unidos, em assuntos relacionados ao MDL, mercado de carbono e financiamento de países em desenvolvimento, além da discordância sobre o tema Mudanças no uso do solo.

- COP 7: 2001, Bonn, Alemanha, e Marrakech, Marrocos. Uma segunda fase da COP 6 foi então estabelecida em Bonn, na Alemanha, em julho de 2001, após a saída dos Estados Unidos do PK sob a alegação de que os custos para a redução de emissões seriam muito elevados para a economia americana. Os EUA também contestaram a inexistência de metas para os países em desenvolvimento. Foi então aprovado o uso de sumidouros para cumprimento de metas de emissão, discutindo limites de emissão para países em desenvolvimento e a assistência financeira dos países desenvolvidos.

- COP 8: 2002, Nova Delhi, Índia. O ano de 2002 também foi marcado pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), encontro que influenciou a discussão durante a COP 8 sobre o estabelecimento de metas para o uso de fontes renováveis na matriz energética dos países. Essa COP também marca a adesão da iniciativa privada e de organizações não-governamentais ao Protocolo de Kyoto e apresenta projetos para a criação de mercados

- COP 9: 2003, Milão, Itália. A COP 9 teve como centro dos debates a regulamentação de sumidouros de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelecendo regras para a condução de projetos de reflorestamento que se tornam condição para obtenção de créditos de carbono.

- COP 10: 2004, Buenos Aires, Argentina. As Partes aprovam as regras para a implementação do PK e discutiram a regulamentação de projetos de MDL de pequena escala de reflorestamento/florestamento, o período pós-Quito e a necessidade de metas mais rigorosas. Outro destaque foi a divulgação de inventários de emissão de gases do efeito estufa por alguns países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

- COP 11: 2005, Montreal, Canadá. Primeira conferência realizada após a entrada em vigor de Kyoto. Pela primeira vez, a questão das emissões oriundas do desmatamento tropical e mudanças no uso da terra é aceita oficialmente nas discussões no âmbito da Convenção. Também foi na COP 11 que aconteceu a Primeira Conferência das Partes do PK (COP/MOP1). Na pauta, a discussão do segundo período do Protocolo, após 2012, para o qual instituições européias defendem reduções de emissão na ordem de 20 a 30% até 2030 e entre 60 e 80% até 2050.

- COP 12: 2006, Nairobi, África. Financiamento de projetos de adaptação para países em desenvolvimento e a revisão do Protocolo de Kyoto foram os destaques da COP 12. O governo brasileiro propõe oficialmente a criação de um mecanismo que promova efetivamente a redução de emissões de GEE oriundas do desmatamento em países em desenvolvimento, que mais tarde se tornaria a proposta de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação.

- COP 13: 2007, Bali, Indonésia. Nessa reunião foi criada o *Bali Action Plan* (Mapa do Caminho de Bali), no qual países passam a ter prazo até dezembro de 2009 para elaborar os passos posteriores à expiração do primeiro período do PK (2012) A COP 13 estabeleceu compromissos mensuráveis, verificáveis e reportáveis para a redução de emissões causadas por desmatamento das florestas tropicais.

Também foi aprovada a implementação efetiva do Fundo de Adaptação, para que países mais vulneráveis à mudança do clima possam enfrentar seus impactos. Diretrizes para financiamento e fornecimento de tecnologias limpas para países em desenvolvimento também entraram no texto final, mas não foram apontadas quais serão as fontes e o volume de recursos suficiente para essas e outras diretrizes destacadas pelo acordo, como o apoio para o combate ao desmatamento nos países em desenvolvimento e outras ações de mitigação.

- COP 14: 2008, Poznan, Polônia. O encontro de Poznan ficou como um meio termo político entre a COP 13 e a expectativa da COP 15, tendo em vista o cenário político mundial, com a eleição do presidente americano Barack Obama. Um avanço em termos de compromissos partiu das nações em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, México e África do Sul que demonstraram abertura para assumir compromissos não obrigatórios para a redução das emissões de carbono.
- COP 15: 2009, Copenhagen, Dinamarca. A presença de mais de 150 chefes de Estado e Governo não foi suficiente para que se chegasse a um entendimento sobre a redução das emissões de GEE. Chegou-se a um acordo mínimo, concluído e assinado às pressas por 20 chefes de Estado que se comprometeram a limitar, de maneira voluntária, o aquecimento global em dois graus Celsius, sem contudo especificarem os meios para atingir essa meta.
- COP 16: 2010, Cancun, México. Os 194 países que participaram fecharam um acordo modesto que, entre outras medidas, prevê a criação de um “Fundo Verde”, a partir de 2020, para ajudar os países emergentes a implementarem medidas de combate das mudanças climáticas. Um mecanismo de proteção das florestas tropicais; fortes reduções das emissões de CO₂; e garantias de que não haverá um espaço entre o primeiro e o segundo períodos do PK. Entretanto fica adiada por mais um ano a criação de um mecanismo legal para forçar países como Estados Unidos e China a reduzirem suas emissões de gases causadores do efeito estufa.
- COP17: 2011, Durban, África do Sul. Representantes de quase 200 países aprovaram, numa das reuniões mais demoradas da história das COPs – durou 15 dias, sendo dois extras – uma série de medidas, chamado Pacote de Durban, que inclui metas obrigatórias de redução de emissão de GEE para todas as nações a partir de 2020. Será a primeira vez que Estados Unidos e China, os maiores poluidores do mundo, terão compromissos para cortar as emissões de CO₂. Ainda não se sabe como esse futuro acordo global funcionará – os detalhes deverão ser acordados nas conferências dos próximos anos, sendo que a de 2012 ocorre no Catar.

2.3. Protocolo de Kyoto

A questão climática vem sendo discutida pela diplomacia internacional há mais de trinta anos, sem ter-se ainda um mecanismo institucional internacional resultante de uma ação coletiva global eficaz para o problema dos GEE (Andrade, 2008). Na terceira Conferência das Partes, COP3, realizada no Japão entre 1º a 12 de dezembro de 1997, os países membros da Convenção sobre Mudanças Climáticas (CMC) assinaram o PK.

O PK, em vigor desde fevereiro de 2005, foi um marco institucional nas tentativas de ação coletiva (acordos e negociações internacionais) visando à mitigação das mudanças climáticas com o comprometimento dos países industrializados e dos países cujas economias estão em transição, com metas de redução de emissões de GEE. Ele limitou permanentemente as emissões de GEE. Esse documento cria leis e dita metas de redução e combate ao aquecimento global.

O PK incide nas emissões de seis gases com efeito estufa:

- Dióxido de carbono (CO₂);
- Metano (CH₄);
- Óxido nitroso (N₂O);
- Hidrocarbonetos fluorados (HFC);
- Hidrocarbonetos perfluorados (PFC);
- Hexafluoreto de enxofre (SF₆).

A condição necessária para vigência do Protocolo consistia na ratificação por um número mínimo de países correspondente a, pelo menos, 55% do total de emissões de GEE dos países desenvolvidos, considerando o ano base de 1990. As restrições do Protocolo aplicam-se a 38 nações que, no período de 2008 a 2012, devem reduzir suas emissões, em média, 5,5% abaixo dos níveis de 1990. Em março de 2001 os Estados Unidos retiraram-se do PK, não o assinando, um movimento de repercussão mundial. E assim, apenas parte das emissões globais de GEE, durante o primeiro período de compromisso, 2008-2012, poderá ser coberta pelo acordo.

Em novembro de 2004, a Rússia ratifica o Protocolo, totalizando 132 partes, incluindo os 38 países com compromissos de redução, representando 61,6% das emissões de GEE dos países

desenvolvidos no ano base de 1990. Atingida a percentagem necessária para vigor, o Protocolo tornou-se efetivo em 16 de fevereiro de 2005.

Após a saída dos Estados Unidos das negociações do PK, o mais importante comprador do mercado de crédito de carbono e o maior emissor individual de GEE, um menor efeito ambiental e baixo preço dos créditos de carbono foram esperados, pelo menos durante o primeiro período de comprometimento, 2008 a 2012. Para Andrade (2008), os significativos custos econômicos envolvidos para adequação do parque industrial servem como justificativa para a falta de ação. Uma intensa campanha publicitária nos Estados Unidos, feita por um lobby ligado à indústria do carvão e sob o título ambientalmente correto “Coalização por um Clima Global”, contribuiu para que a imprensa e o setor público percebessem a solução para o fenômeno do aquecimento global como tendo um custo proibitivo. “Os Estados Unidos dispõem de grandes fontes de carvão barato, e uma transição para combustíveis com menor teor de carbono afetaria, negativamente, a poderosa indústria desse mineral” (Ibidem). Caberá no futuro saber se o Protocolo será um instrumento efetivo para atenuar as mudanças climáticas, ou se é apenas um símbolo da forte resistência ao unilateralismo americano.

Cabe ressaltar que no caso de algum país não conseguir cumprir os objetivos estabelecidos para o primeiro período, ou desejar rever os compromissos assumidos, um sistema de negociações rotativas é possível de ser estabelecido, sendo que as negociações para o segundo período deviam começar com pelo menos sete anos de antecedência, ou seja, em 2005. Em 1992, praticamente todos os países do mundo assinaram e ratificaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC)⁸, e esta se tornou o centro da arena política das discussões sobre mudanças climáticas.

No processo de construção de um acordo coletivo envolvendo vários países, é inevitável a formação de alianças forjadas em torno de posições políticas específicas. A CQNUMC divide oficialmente os países em três categorias e um agregado:

- Anexo I: esse agregado é a combinação do Anexo II e das Economias em Transição. Os países listados no Anexo I são os seguintes: Alemanha, Austrália, Áustria, Belarus, Bélgica, Bulgária, Canadá, Comunidade Europeia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino

Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Tcheco- Eslovaca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

- Não-Anexo I⁹: o mundo em desenvolvimento, alguns com renda per capita similar aos países menos bem sucedidos das Economias em Transição, porém, a maioria é muito mais pobre.
- Anexo II: grupo que inclui as nações ricas.
- Economias em Transição: o grupo abrange os países da Europa Oriental e a maioria dos países da antiga União Soviética.
- Complementarmente, uma divisão é feita dentro do próprio Anexo I: às Economias em Transição foram dados certos graus de flexibilidade, presumivelmente para levar em consideração seu baixo status econômico dentro do grupo do Anexo I. (Andrade, 2008: 34)

Nas rodadas de negociações, podem-se observar os países do Norte (países do Anexo I) negociando com os países do Sul (os não-Anexo I). Os países do Norte, liderados pela União Européia, reconheceram sua responsabilidade histórica, aceitando serem os primeiros a reduzir suas emissões, e se preparam para compensar os países do Sul, que têm necessidades urgentes de desenvolvimento. Essa compensação pode tomar a forma de transferências monetárias, bem como outros tipos de vantagens. Dentro de cada grupo, contudo, existem alianças específicas que têm influenciado a forma e o ritmo das negociações do acordo para implementação do PK, sendo um indicativo muito importante de que não há homogeneidade e nem consenso dentro dos próprios grupos de interesse.

Os países que fazem parte do Anexo I terão que reduzir, entre 2008 e 2012, o equivalente a 5,2% das emissões mundiais de gases responsáveis pelo aquecimento global. As metas previstas pelo Protocolo para os países do Anexo I estabelecem 8% para a União Europeia, 7% para os Estados Unidos e 6% para o Japão, por serem esses os maiores emissores de gases de efeito estufa.

Uma vez estabelecido o limite global e os limites de cada país, as permissões de emissões são divididas, dentro de cada país, entre os diversos segmentos econômicos. Aqueles empreendimentos cujas emissões excederem às permissões atribuídas terão que comprar créditos de

carbono de outras companhias que não realizaram todas as emissões permitidas. Em princípio, o comércio de permissões cria incentivos para as firmas encontrarem meios de reduzir suas emissões e vender seus créditos no mercado aberto de carbono. Como já se apontou, os Estados Unidos, a maior nação poluidora, não são signatários do Protocolo.

O protocolo contém em suas disposições o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, ponto particularmente importante para os países em desenvolvimento, mecanismo de flexibilidade que permite às nações industrializadas alcançarem parte de suas obrigações por meio da implementação de projetos, em países em desenvolvimento, que reduzam emissões ou removam GEE da atmosfera. Nos países que têm condições de implementar projetos de MDL, como o Brasil, há esforços em andamento, no âmbito do governo e de empresas públicas e privadas com projetos negociáveis.

A governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta. (Est e Ivanova, 2005).

Tendo em vista que a atmosfera é indivisível e que as concentrações de GEE têm um impacto planetário que ultrapassa fronteiras e transcende interesses nacionais, a noção tradicional de soberania¹⁰ torna-se questionável, visto que as atividades e ações locais podem afetar todo o planeta e que medidas unilaterais não são suficientes. Vários fatores influenciam, entretanto, as negociações: as desigualdades econômicas e estruturais; o interesse de grupos influentes; o grau de certeza científica e a vulnerabilidade à mudança climática que varia de região para região do globo.

2.4. Globalização e Mudanças Climáticas

Tentativas têm sido feitas para a construção interdisciplinar de um conhecimento que dê conta das interrelações da sociedade e do meio ambiente. O sociólogo alemão Ulrich Beck lembra que nada do que acontece no mundo é um evento somente local. Vivemos numa sociedade mundial do risco, não só no sentido de que tudo se transforma em decisões cujas consequências se tornam imprevisíveis. Sociedade do risco significa, precisamente, uma constelação na qual a ideia que guia a modernidade, a ideia da controlabilidade dos efeitos colaterais e dos perigos produzidos pelas decisões tornou-se problemática, no sentido das sociedades de gestão do risco, ou das sociedades do discurso sobre o risco.

10

No debate sociológico sobre as relações entre sociedade e natureza na modernidade, os problemas ambientais estão sendo incorporados mediante dois modelos de análise: a concepção de *modernização ecológica* – mudança de percepção social quanto à questão ambiental – e aquela que, segundo Ulrich Beck, representa a passagem da sociedade industrial, a *modernidade simples* para uma *sociedade de risco*, ou *modernidade reflexiva*, que se caracteriza pela distribuição dos riscos produzidos pela própria sociedade. “Iremos propor – para a análise sociológica das questões ecológicas – um quadro conceitual que nos permite compreendê-las como problemas não do ambiente ou o mundo ao redor, mas do mundo interior da sociedade.” (Beck, 1999:19.)

Em sua análise ambiental, Beck cumpre importante trabalho de articulação dos problemas de risco ambiental – intensificação e globalização – e os da modernidade – danos não calculáveis. O livro *Risk, Environment & Modernity* surgiu a partir do simpósio internacional realizado em maio de 1992: 'The Risk Society: Modernity and the Environment', organizado na Universidade de Lancaster, pelo Centre for the Study of Environmental Change (CSEC) e o Departamento de Sociologia.

A contribuição de Beck para o entendimento da problemática ambiental moderna é a reflexão crítica sobre o estado da ciência social e dos paradigmas sociais dominantes, tendo como referencial a Europa. Ele apresenta a análise da ideia de globalização dos riscos, que poderá ser um enquadramento da presente pesquisa acadêmica e, mais especificamente, a difusão da tecnologia de telecomunicações, responsável pela mudança na relação entre tempo e movimento através do espaço, criando-se o presente global. Nas novas condições de modernidade, os aspectos globais têm que integrar a ciência social para que as respostas aos efeitos da globalização e da crise ambiental sejam apropriadas.

Nesta perspectiva “realista”, então, falar de uma sociedade mundial do risco reflete a socialização forçada global, devido aos perigos produzidos pela civilização. O novo estado do mundo é a base para a crescente importância das instituições transnacionais. Para os perigos globais, correspondem, ‘realisticamente’, modelos globais de percepção, o mundo da vida pública e ação, e finalmente – se a esperada objetividade dá suficiente ímpeto para a ação – agentes transnacionais e instituições. (Beck, 1999: 23-26)

Beck aborda a questão das imagens e símbolos ecológicos e sua percepção cultural, suas contradições e conflitos:

Mas as imagens e símbolos ecológicos não têm uma certeza intrínseca: eles são culturalmente percebidos, construídos e mediatizados, eles fazem parte do tecido social do conhecimento, com todas as suas contradições e conflitos (movimentos sociais, televisão, jornais, organizações ambientais, institutos de pesquisa, e assim por diante). O poder de definição do realismo repousa sobre a exclusão de perguntas que falam mais sobre a superioridade interpretativa das abordagens construtivistas. [] Em uma perspectiva sócio-construtivista, então, falar de uma ‘sociedade de risco mundial’ não repousa sobre uma globalidade (cientificamente diagnosticada) de problemas, mas em "coligações de discurso" transnacionais (Hajer, 1996), que afirmam no espaço público as questões da agenda do meio ambiente global. (Beck, 1999: 23-26.)

Os discursos usados na política da terra são o foco de Dryzek (1998), cuja preocupação consiste em como o discurso interage e pode desempenhar um papel ao qual ele se refere como democracia ecológica, visto que os discursos ambientais estão frequentemente em conflito, – cada discurso repousando “sobre suposições, julgamentos e contenções que fornecem os termos básicos para análises, debates, acordos e desacordos, na área ambiental não menos que em outro lugar” (Dryzek, 1998:8).

Dryzek desenvolve uma classificação para organização de conflitos em discursos ambientais baseada no grau em que as alternativas se movem para longe das condições criadas pelo industrialismo: separação reformista ou radical dos termos do discurso dominante; e no caráter da alternativa proposta: prosaica ou imaginativa. Alternativas prosaicas levam o quadro de xadrez da política econômica ajustado pela sociedade industrial como muito bem recebido (Ibidem p.13). Estas duas alternativas dão origem a categorias de discursos ambientais. Ele também estabelece quatro elementos estruturais para definir cada discurso ambiental, sendo eles:

- 1) entidades básicas cuja existência é reconhecida ou construída,
- 2) suposições ou hipóteses sobre relacionamentos naturais,
- 3) agentes e seus motivos, e
- 4) chave metafórica e outros mecanismos retóricos

Tendo em vista que a publicização da questão climática no espaço mediatizado permite não só a generalização para múltiplos públicos, mas, também, com capacidade de interpretação crítica das mensagens, a possibilidade de emitir opiniões e refutar outras que já foram expressas, tal publicização promove discursos que clamam por esclarecimentos recíprocos. É possível a avaliação do espaço de visibilidade proporcionado pelos *media* como um contexto de entrecruzamento e embate de diferentes pontos de vista. (Wessler, 2008; Marques, 2010).

Para evidenciar de modo claro como se estabelecem as trocas argumentativas no espaço mediático, é preciso mais do que determinar os eixos discursivos e temáticos nos quais diferentes atores são localizados. É preciso avaliar o modo através do qual as negociações discursivas são textualmente encadeadas no espaço de uma matéria e também no espaço configurado por um conjunto de matérias que, tomadas a longo prazo, retomam e reavaliam perspectivas anteriormente publicadas. Para captar e exprimir a dinâmica de contraposição dos discursos, das tomadas de posição “pró” ou “contra” e da formulação de demandas de validade, é preciso associar os enquadramentos a alguns dos princípios normativos que norteiam a ética do discurso, criando categorias analíticas que permitam a avaliação qualitativa de um processo mediado específico de troca argumentativa. (Marques, 2010: 81)

No nosso caso, para a análise, baseada na ética do discurso, da troca argumentativa presente nas matérias veiculadas nos jornais FSP e NYT durante a semana da COP 3 em Kyoto, primeiramente precisaremos identificar, no próximo capítulo, os principais enquadramentos que estruturam narrativamente a controvérsia internacional da adesão ao PK.

CAPÍTULO 3

3.1. Metodologia de análise discursiva em longo prazo na mídia impressa

Compreendendo os desafios enfrentados pela governança ambiental global impostos pelas mudanças climáticas a partir da discussão sobre o Protocolo de Kyoto (PK) e o mercado internacional de créditos de carbono, analisaremos no presente trabalho acadêmico a evolução das negociações sobre mudança climática do PK. Detectaremos quais os grupos de interesses envolvidos, os argumentos por eles sustentados e as consequências da não ratificação do Protocolo pelos Estados Unidos. Com base nas teorias habermasianas sobre esfera pública apresentadas e discutidas, vamos produzir, a partir dessas teorias da análise das notícias publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *The New York Times* (NYT) visando verificar a constituição de uma esfera pública midiaticizada articulada internacionalmente.

Nosso corpus empírico será composto por notícias coletadas entre 03/12 e 13/12 de 1997, semana que contém a data em que o Protocolo foi aberto para assinaturas (11/12/1997); entre 14/02 e 22/02 de 2005 – semana que contém o dia em que o PK entrou em vigor (16/02/2005); entre 01/12 e 18/12/2010, treze anos após sua assinatura. Iniciaremos com o que foi noticiado em dezembro de 1997, vamos nos estender, olhando posteriormente em 2005, quando, depois de mais de seis anos de negociações, entrou em vigor, no dia 16 de fevereiro, e o estágio atual, em 2010, por julgar importante a compreensão da situação global.

O PK configura-se como símbolo de preocupação coletiva com a sustentabilidade, convidando todas as nações a refletir acerca dos efeitos provocados pela poluição. Com o objetivo de observar o debate público desencadeado pelo PK no espaço de visibilidade midiática nacional e internacional será feita uma análise de conteúdo de notícias veiculadas pelos jornais FSP e NYT.

Escolhemos os veículos FSP e NYT, no período compreendido, por serem os veículos de maior veiculação e influência em seus países. A *Folha de São Paulo*, ou simplesmente *Folha*, é um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo. É o jornal de maior circulação do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Ao lado de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, a *Folha* é um dos jornais mais influentes do país.

NYT é um jornal de circulação diária, internacionalmente conhecido, publicado na cidade de Nova Iorque e distribuído nos Estados Unidos e em muitos outros países. Pertence à NYT

Company, que também publica outros jornais de grande circulação como o *International Herald Tribune* e o *The Boston Globe* e controla outros dezesseis jornais e cinquenta sites.

O intuito desse tipo de análise é mapear o processo de deliberação que se delineia em longo prazo nas matérias jornalísticas, processo esse entendido como articulação de conversações e negociações que se dão em diferentes âmbitos sociais, em processos comunicativos na mídia e em instâncias formais de tomada de decisão.

Em seguida, desenvolveremos uma metodologia específica para identificar e avaliar o processo de deliberação midiática, destacando os principais enquadramentos utilizados por esses dois veículos, os principais atores do debate, a tentativa de definição dos problemas enfrentados, a partir dos princípios que estruturam a ética do discurso de Habermas.

O quadro teórico que sustenta as reflexões aqui articuladas busca apoio nas noções de esfera pública, opinião pública e de democracia deliberativa tais como expressas na obra recente de Jürgen Habermas. Autores que partilham da abordagem habermasiana, dentre eles, Wilson Gomes, Rousiley Maia, Hartmut Wessler e Ângela Marques também integrarão o quadro teórico da pesquisa.

No capítulo I abordamos a importância do conceito de enquadramento para a análise da deliberação mediada. Foram separadas, das buscas feitas na *world wide web*, matérias dos jornais FSP e NYT, jornais de grande expressão em seus países e considerados de tendências políticas pouco extremadas. Como já foi dito, almejando responder a essas indagações acerca da possibilidade de formação de uma esfera pública midiática sobre o PK, procuramos por matérias jornalísticas veiculadas na semana de assinatura do protocolo, em 1997; na semana em que o mesmo entrou em vigor, em 2005; e em dezembro de 2010, em função de delimitação do espaço amostral do projeto e início do trabalho de classificação e análise. Ao todo foram analisadas 72 matérias jornalísticas dispostas da seguinte maneira:

TABELA 1 – MÍDIA QUANTITATIVA

Jornal	Número de matérias em 1997	Número de matérias em 2005	Número de matérias em 2010	TOTAL
FSP	12	20	16	48
NYT	8	5	11	24
TOTAL	20	25	27	72

A mídia como esfera de debate em cada país tem suas próprias características, e além disso, cada veículo tem seu contexto sócio-cultural, com seus constrangimentos e aspectos favoráveis à deliberação. Os jornais escolhidos ajudam a configurar um tipo de esfera pública nacional de debate que pode não ser a melhor representação do escopo dos espaços de debate existentes, mas que são muito representativos. Esferas públicas nacionais são alimentadas por veículos midiáticos nacionais.

Segundo Marques (2010), cada enquadramento identificado será associado a um momento específico do debate mediado, que também, *a priori* serão definidos como: a) definição da questão; b) polarização e grau de conhecimento; c) busca por um ponto de vista moral.

TABELA 2 – ENQUADRAMENTO POR MARQUES

Enquadramento Eixo discursivo e temático que agrupa pontos de vista, evidenciando tensões e facilitando a contraposição de argumentos	Perspectivas discursivas	a) Quem fala: quais são os atores sociais que tiveram suas vozes citadas na mídia? b) Quais foram os principais pontos de vista citados?
	Estruturas discursivas	a) Houve conflito entre perspectivas distintas? b) Houve uso de argumentos pejorativos e o reforço de estereótipos?
	Processos discursivos	a) Como o debate se desenvolve ao longo do tempo? (argumentos que permanecem e somem) b) Como os discursos são construídos? Sob ponto de vista dos direitos, das dificuldades, etc?

Fonte: quadro formulado a partir de Marques (2010)

De posse das formulações de Marques (2010), dividiremos a seguir a metodologia em três momentos, sendo que o primeiro deles se encontra já realizado e os dois seguintes serão primeiramente apresentados para mais adiante serem processados.

3.1.1. Primeiro momento

No primeiro momento faremos a definição dos enquadramentos por meio da análise de conteúdo das notícias. Tal análise preliminar de conteúdo foi efetuada para cada jornal e encontram-se nos Anexos. Definido o que são enquadramentos e o que representam no processo de deliberação

mediada, iremos detectá-los da análise de conteúdo. Os enquadramentos nos fornecem uma idéia sobre as normas que são predominantes nos debates públicos e como o problema em discussão é definido pelos participantes do debate. O enquadramento mostra como os meios de comunicação estruturam os debates que se desdobram em contextos institucionais e informais através de seus próprios mecanismos de seleção e saliência, inserindo suas próprias contribuições ao debate (comentários e interpretações). Os enquadramentos produzidos em cada um dos jornais estão intimamente ligados ao contexto cultural e político de cada país. Ao aproximar os enquadramentos em uma perspectiva comparativa é preciso levar isso em consideração.

Na análise qualitativa preliminar de conteúdo é preciso distinguir alguns frames diferentes e caracterizá-los a partir de elementos, conceitos, valores, idéias gerais. Descrevemos cada enquadramento encontrado de maneira detalhada, apresentando as justificativas favoráveis e contrárias (presença de uma idéia que se refere e argumenta contra uma idéia oposta) em um quadro.

TABELA 3 – OS PRINCIPAIS ENQUADRAMENTOS

Enquadramentos	Justificativas favoráveis (típicas)	Justificativas contrárias (típicas)
Responsabilidade e moral	Todos devem assumir responsabilidade e se engajar na proteção ao meio ambiente.	A responsabilidade pela catástrofe ambiental é única e exclusiva dos países desenvolvidos.
Sustentabilidade	É preciso criar formas de tornar as empresas e usinas menos poluentes estimulando, por exemplo, o uso de filtros e a reciclagem de dejetos.	Os equipamentos de reaproveitamento de dejetos são caros e há poucos especialistas que sabem manuseá-los, o que emperra a produção e a lucratividade do negócio . É o governo que deve arcar com os custos e não cada empresário.
Governança ambiental	Todos devem se envolver nas decisões sobre meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta, que está sob sérios riscos .	De nada adiantam as longas reuniões e discussões travadas para evitar as perturbações climáticas que virão pela frente. Existem dissensões entre os cientistas sobre a utilidade das medidas sugeridas. A incerteza persistente sobre se os perigos do clima são precisamente o grande motivo para investir agora na modesta restrições obrigatórias sobre emissões de gases estufa.

Custos e benefícios	Quando haveria transferência de tecnologia e financiamentos para redução das emissões de GEE nos países em desenvolvimento, e em contrapartida os países ricos receberiam “direito de poluir”.	Isso faria das mudanças climáticas apenas mais um negócio.
----------------------------	---	--

Também faz parte deste primeiro momento de análise, apresentar um mapa geral das fontes que aparecem em todo o corpus empírico visando assim, obter uma idéia geral da configuração do debate: temas gerais (com seus prós e contras) e atores.

TABELA 4 – MAPA DAS FONTES JORNALÍSTICAS

Fontes	Folha de S.Paulo	New York Times	Total			
	Valor absoluto	Percentual (%)	Valor absoluto	Percentual (%)	Valor absoluto	Percentual (%)
Legislativo						
Senadores	1	1,20	2	2,78	3	1,93
Deputados	4	4,82			4	2,58
Executivo						
Presidentes e vices	12	14,46	3	4,17	15	9,68
Ministros	10	12,05	5	6,94	15	9,68
Governadores			2	2,78	2	1,29
Secretários de Estado	3	3,61	3	4,17	6	3,87
Primeiro-ministro	3	3,61	1	1,39	4	2,58
Porta-voz G 77	1	1,20			1	0,64
ONGs e Associações						
Greenpeace	3	3,61			3	1,93

Amigos da Terra	1	1,20		1	0,64	
National Environmental Trust			1	1,39	1	0,64
Global Climate Coalition (indústria)			1	1,39	1	0,64
Solar Energy Industries Association			1	1,39	1	0,64
Associates Wharton Econometric Forecasting (indústria)			1	1,39	1	0,64
Assoc. Amer. Resseguros	1	1,20		1	0,64	
Electric Power Research Institute (indústria energética)			3	4,17	3	1,93
ERT (indústria)	1	1,20		1	0,64	
União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da			1	1,39	1	0,64

Europa						
OPEP	1	1,20			1	0,64
Canada			1	1,39	1	0,64
West						
Foundati						
on -						
pesquisa						
Sierra	1	1,20			1	0,64
Club						
Ambient	2	2,41			2	1,29
alistas						
Cientist	10	12,05	9	12,5	19	12,26
as						
Professo	2	2,41	2	2,78	4	2,58
res						
Comissá	4	4,82	3	4,17	7	4,52
rio ONU						
Negocia	9	10,84	10	13,89	19	12,26
dores e						
delegaça						
o						
Diploma	10	12,05	3	4,17	13	8,39
tas						
President	1	1,20			1	0,64
e da						
Petrobra						
s						
Pres.			1	1,39	1	0,64
GAIL						
(India)						
Ltda –						
transmis						
são gas.						
Consulta	3	3,61	4	5,55	7	4,52
res						
Usineiro	1	1,20		1,39	1	0,64
s						
President			1	1,39	1	0,64
e Banco						
Mundial						
Fundos			1	1,39	1	0,64
de						
Pensão						
NASA			1	1,39	1	0,64
Nexen			1	1,39	1	0,64
Inc –						
empresa						
petrol.						
Editores			2	2,78	2	1,29
de						
revista						

local						
Comerci	1	1,39	1	0,64		
ante						
local						
Industriá	1	1,39	1	0,64		
rio local						
Corretor	1	1,39	1	0,64		
de						
Carbono						
Advogad	1	1,39	1	0,64		
os						
ambienta						
listas						
Lobista	1	1,39	1	0,64		
Gerente	2	2,78	2	1,29		
de meio						
ambiente						
e política						
energétic						
a de						
multinac						
ional.						
Dona de	2	2,78	2	1,29		
casa						
desempr						
egada/						
morador						
de conj.						
Habitaci						
onal						
popular.						
Total	83	100	72	100	155	100

3.1.2. Segundo momento

No segundo momento os enquadramentos são transformados em subtópicos de análise e cada um dos enquadramentos vai abrigar uma análise da deliberação medida seguindo os critérios de Wessler (2008). Nesse momento ocorre a identificação do nível de análise da deliberação nas matérias coletadas, destacando as perspectivas e processos discursivos de argumentação. Foi preciso fazer uma adaptação do quadro de Wessler (2008) que é apresentado adiante. As matérias da FSP e do NYT serão analisadas buscando o debate nos seguintes níveis:

TABELA 5 – ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Nível de análise	Variável	Descrição da variável
Artigo Inteiro	Estrutura dialógica	Co-presença de interlocutores com visões opostas (expressas em sentenças separadas) no mesmo artigo
	Responsividade	Presença de uma resposta direta dada por um interlocutor a uma demanda feita por outro falante no mesmo artigo
Página/edição/diferentes edições	Artigos em oposição	Co-presença de artigos com visões opostas na mesma página e na mesma edição
	Artigos de resposta	Presença de uma resposta direta dada por um interlocutor a outro na mesma página, na mesma edição ou em edições diferentes.

Fonte: Adaptação do quadro de Wessler (2008)

Deve-se também averiguar, em cada artigo, se há citações que revelam oposição; e, se essa oposição existe entre diferentes artigos. Determinados os momentos e identificados os enquadramentos, isto é a delimitação do corpus empírico a ser analisado, o segundo passo consiste em adaptar os critérios e princípios da ética do discurso à análise empírica desse debate mediado, adaptando-os às necessidades da pesquisa. O conteúdo de discussão da mídia com o emprego dos critérios normativos estabelecidos pela ética do discurso:

TABELA 6 – CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS DA ÉTICA DO DISCURSO

Critérios da ética do discurso	Adaptação à discussão na mídia	O que olhar?
Todos os interessados deveriam ser representados proporcionalmente	<i>Igual oportunidade para tópicos, ideias e argumentos</i> (representação discursiva). Importa como os grupos se acham representados nos	Quem é representado e como é representado? Quais os argumentos destacados como relevantes?

	discursos públicos.	
Justificação, réplica e civilidade	Os interlocutores não precisam chegar a um consenso: as justificativas contra-argumentos precisam induzir a reflexão, ter um efeito iluminador e <i>conectar a experiência particular de um grupo a um princípio ou ponto mais geral (ampliação de horizontes – da ética à moral)</i>	Como os pontos de vista são articulados? Sob o ponto de vista de um indivíduo ou grupo ou há uma busca de sensibilização geral? Ver se há testemunhos, narrativas, demandas racionais, etc.
A ética do discurso envolve a atitude de colocar-se no lugar do outro, descobrir quais são seus interesses e construir coisas em comum.	A exposição do desacordo e do dissenso <i>confronta cidadãos com opiniões contrárias e os forçam a elaborar razões que justifiquem essas opiniões.</i> Avaliar essas razões à luz do olhar do outro.	Os argumentos e opiniões formuladas levam em consideração a perspectiva alheia? Ou há a preocupação em reafirmar a própria posição?

Fonte: Marques, 2010

O conteúdo de discussão da mídia é avaliado por meio da utilização dos critérios normativos estabelecidos pela ética do discurso que estão condensados no quadro a seguir: (Wessler, 2008:10.)

TABELA 7 – CRITÉRIOS NORMATIVOS DA ÉTICA DO DISCURSO

Nível de análise	Variável	Descrição da variável
Ideia (ideias organizadas em enquadramentos: elas só fazem sentido dentro de um frame abstrato)	Justificação	Presença de uma justificação para uma ideia expressa
	Réplica	Presença de uma ideia que se refere a e argumenta contra uma ideia oposta. Fazer lista detalhada e precisa de todas as ideias presentes na cobertura sobre uma questão
	Complexidade	Presença de uma ideia que incorpora demandas de valor conflitantes à sua própria demanda
Sentença (afirmação)	Ideias conflitantes	Co-presença de ideias separadas e conflitantes ou posições políticas na mesma sentença

	Civilidade	Ausência de uma linguagem inflamada que acusa oponente
	Frames intersectantes	Co-presença de ideias vindas de diferentes frames na mesma sentença (mesmo se não forem conflitantes)
Artigo inteiro	Estrutura dialógica	Co-presença de interlocutores com visões opostas (expressas em sentenças separadas) no mesmo artigo
	Responsividade	Presença de uma resposta direta dada um por interlocutor a uma demanda feita por outro falante no mesmo artigo
Página/edição	Artigos em oposição	Co-presença de artigos com visões opostas na mesma página e na mesma edição
	Artigos de resposta	Presença de uma resposta direta dada por um interlocutor a outro na mesma página e na mesma edição.

Fonte: Wessler, 2008.

Após essa apresentação de quem foi representado e dos discursos que ganharam repercussão, poderemos identificar se todos os interessados estão adequadamente e proporcionalmente representados nos debates que se articulam sob esse enquadramento. Ou seja, se se poderá afirmar que houve igual oportunidade para tópicos e ideias de acordo com os critérios habermasianos da ética do discurso.

O segundo momento de análise então consiste em identificar, dentro de cada enquadramento quem fala, o que defende e com quem dialoga, mostrando a contraposição de argumentos e a constante negociação.

3.1.3. Terceiro momento

No terceiro momento se estabelecem critérios para avaliar a possibilidade da construção de uma esfera pública de discussão internacional. Busca-se encontrar os entrecruzamentos entre as discussões nacionais e internacionais, sendo necessário comparar os enquadramentos comuns identificados nos dois jornais (responsabilidade moral, sustentabilidade, globalização dos riscos, custos e benefícios e governança ambiental) de modo a verificar aproximações e dissonâncias entre os debates ocorridos em cada país.

Apesar das dificuldades apresentadas, a ética do discurso é uma tendência e vem sendo aplicada metodologicamente na análise do conteúdo midiático, com potencial para revelar aspectos que possam explicar vicissitudes globais contemporâneas. Wessler sugere análises comparativas que vão além do mundo ocidental para incluir novas democracias e países democráticos. É válido tentar aplicar as medidas desenvolvidas sobre tal escala mais ampla para assim obter análises comparativas de processos de políticas de comunicação. No nosso caso analisaremos países diferentes e com posicionamentos contrários no que concerne à adesão ao PK. O Brasil, um país em desenvolvimento e bem relacionado no contexto das COPs, e os Estados Unidos, potência que não adere aos pactos, e sua representação do contexto climático no jornal FSP e NYT, ambos expressivos em seus países.

3.2. Dinâmicas argumentativas na mídia impressa internacional e nacional

Vamos ressaltar, na dissertação, separadamente o conteúdo de cada um dos jornais analisados: a *FSP* e o *The New York Time*, no período de 3 a 16 de dezembro de 1997, e, posteriormente, quando entrou em vigor, em fevereiro de 2005 e em 2010. A análise preliminar de conteúdo das matérias jornalísticas do *NYT*¹¹ sobre as reuniões ocorridas nos dias de negociação do Protocolo em Kyoto apontaram a expressão das seguintes preocupações por parte dos representantes da população norte-americana abaixo esquematicamente delineadas e que serviu para detectar os vários agendamentos¹²:

11

12

1) A opinião de que o PK não será eficaz contra as mudanças climáticas (justificativa contrária ao enquadramento Governança Ambiental):

But even if it is ultimately ratified, the agreement to cut emissions of heat-trapping greenhouse gases that emerged today from 10 days of high-stakes politicking will not secure those children, or their children, from the climatic disruptions that mainstream scientists say lie ahead.¹³ (Stevens, Willian k. The Climate Accord: The outlook. **NYT**, 12 Dez, 1997)

2) Não se ressalta que os Estados Unidos sejam o maior emissor de GEE, mas que está entre os maiores (enquadramento em que a governança ambiental é questionado):

Among the industrialized big three, the United States must reduce its emissions 7 percent below 1990 levels, the 15-nation European Union 8 percent and Japan 6 percent. But even if the countries adopt and adhere to these standards, an uncertain prospect, they will only be slowing the accumulation of heat-trapping gases in the atmosphere.¹⁴ (*Ibidem*)

3) Novamente, na mesma matéria, uma afirmação de que a situação está ruim, mas que existe um patamar além do qual não irá piorar (enquadramento contrário à governança ambiental):

Although there are dissenters, many scientists now predict that unless far more drastic action is taken, atmospheric levels of carbon dioxide, the major contributor to climate change, will double sometime late in the next century from the pre-industrial levels of the late 18th century. Atmospheric levels of carbon dioxide are now about 360 parts per million, and many experts say it will be difficult, if not impossible, to stabilize them at 550 parts per million, close to a doubling of pre-industrial concentrations.¹⁵ (Stevens, Willian k. The Climate Accord: The outlook. **NYT**, 12 Dez, 1997)

4) Desde o início a indústria estadunidense carvoeira e a de automóveis se mostraram preocupadas com o reflexo nos negócios, enquanto os ambientalistas se mostravam mais otimistas em relação a tal impacto, e a indústria de fontes alternativas de energia via florescer sua seara (enquadramento da sustentabilidade) :

Predictably, the fossil fuel industry warned that the Kyoto cuts would bring economic pain, while some environmentalists said they did not go far enough.

13

14

15

Other environmentalists and many business interests hailed the protocol as a solid agreement that would make the economy more efficient and boost growth in the long term. Only time will tell who is right.¹⁶ (Ibidem)

5) Outra crítica à proposta do Protocolo seria a de que uma taxa (que é o custo de créditos da compra de gases) seria preferível a uma multa (para o não cumprimento), faria assim da poluição simplesmente outra maneira de fazer negócios. (Carta ao editor Michael Dandels, publicada no NYT em 15 dez 1997.)

6) Houve indícios, desde o início, de que os Estados Unidos pudessem não ser signatários do Protocolo: “It also raised the possibility that while some sort of agreement might be achieved, the United States might find it unacceptable and refuse to sign what would be called the Kyoto Protocol.”¹⁷ (Stevens, Willian. **NYT**, 06 dez 1997) (Contrariando o enquadramento de responsabilidade moral).

7) Os Estados Unidos se viram, se aceitassem o acordo, tendo que tomar mais medidas drásticas do que a Casa Branca esperava para cortar a emissão dos gases de efeito estufa. Pesadas indústrias, de carros, carvão vegetal, aço, eletricidade, já haviam se juntado com um trabalho organizado para combater a proposta. Houve uma discordância entre a opinião do presidente Bill Clinton e o vice-presidente Al Gore quanto aos graves perigos oferecidos pelo aquecimento global. (BENNET, James. **NYT**, 11 dez 1997) (Aqui encontramos os enquadramentos da sustentabilidade e da governança global.)

8) A pressão da indústria carvoeira, o intenso lobby contrário ao PK, principalmente no Senado, estimularam fortemente a opção estadunidense de não ser signatário do PK, evidenciando a justificativa contrária ao enquadramento de sustentabilidade. “But now the Administration has a larger fight on its hands, a fight that will help define not only budget negotiations next year but the 1998 Congressional elections and even the next Presidential race.”¹⁸ (Ibidem).

9) Antes do começo da reunião em Kyoto, o Senado votou 95 a zero para passar a resolução que os Estados Unidos não concordariam com o acordo que não proporcionariam um

¹⁶

¹⁷

¹⁸

papel no corte das emissões nos países desenvolvidos. Em Kyoto, o Senador Chuck Hagel, Republicano de Nebraska, disse exatamente que, “There is no way, if the President signs this, that the vote in the United States Senate will even be close. We will kill this bill”.¹⁹ (BENNET, James. **NYT**, 11 dez 1997)

10) A indústria fez um lobby fortíssimo na reunião: "Indeed, in Kyoto, one industry coalition went as far as to issue a statement denouncing the agreement hours before the deal was final. And the World Wildlife Fund attacked the plan, saying that the outcome was 'a flawed agreement that will allow major polluters to continue emitting greenhouse gasses through loopholes'." ²⁰ (Ibidem)

11) Uma pesquisa feita pelo NYT mostrou que 65 por cento disseram que os Estados Unidos deveriam tomar medidas agora para cortar suas emissões "... regardless of what other countries do. "Only 17 percent agreed that cutting emissions "will cost too much money and hurt the U.S. economy".²¹

I am convinced that we can demonstrate to the American people that we can substantially reduce our greenhouse gas emissions and fulfill our global environmental responsibilities as well as our responsibilities to our own people without giving up economic growth," Mr. Clinton said in an interview with NYT last Thursday. "But it will require a very disciplined, organized, coordinated effort to do it. (Bennet, 1997) (Ibidem)²²

Vamos averiguar, em linhas gerais, o que foi publicado no Brasil a fim de detectarmos a percepção dos fatos. Ressaltamos alguns aspectos nas matérias feitas em 2007 pelo jornal *FSP*:

- Trazem, além de depoimentos dos principais atores, opiniões de membros de fora do foco das atenções, e por isso significativo pela pluralidade, como o grupo ecologista Greenpeace, e o tanzaniano Mark Mwandosya, porta-voz do G-77²³, que afirmou que somente cinco dos 33 países

¹⁹

²⁰

²¹

²²

²³

ricos iriam conseguir cumprir as metas e que, portanto não tinham bases morais para pedir reduções a eles. (Os estadunidenses acham elevado o corte proposto pela Europa – 15% da emissão de 1990 para 2010)

- Junto das matérias, o jornal elaborou esquemas e gráficos explicativos do assunto, ressaltando o que de mais importante havia ocorrido, traduzindo-o para o contexto das ações do cotidiano, sugerindo ações proativas como exemplo, “O que fazer para reduzir sua cota de emissão de CO₂”, um adicional em relação às matérias estritamente políticas do jornal estadunidense.

- Na matéria de 06 de dezembro, “Ecologistas satirizam as negociações”, Neto relata a ação empreendida pelo Greenpeace além das notícias obrigatórias, comum a ambos os jornais sobre o lobby industrial dos EUA, a associação GCC (Coalisão do Clima Global), que reúne 230 mil empresas contrárias às reduções e da aprovação pelo Senado norte-americano da resolução para impor compromissos aos países pobres como condição para os EUA ratificarem um eventual acordo. E adiciona a crítica ao autoritarismo americano feita pelo pesquisador ecologista, o físico José Goldemberg.

- Na matéria “cada país puxa a brasa para a sua sardinha”, o jornalista didaticamente explica o imbróglio entre as diversas fontes de energia e a questão econômica, utilizando o exemplo de peixes assados em uma cobertura envidraçada.

- No dia 07 de dezembro, na matéria “Deputados divergem sobre acordo”, o jornal aborda de maneira superficial a questão eleitoral estadunidense e no dia 09 de dezembro ele se estende no relato da visita do vice-presidente Al Gore, ao contrário do que fez o NYT, ao abordar em profundidade o primeiro assunto e apenas mencionar o segundo.

- O jornal brasileiro afirma que os Estados Unidos tendem à flexibilização, ao contrário do jornal americano que já aventava uma eventual não-participação daquele país. Outro fato foi a divulgação, em mais de uma ocasião, da autoria do MDL ser brasileira. Pode-se afirmar que a cobertura do evento foi bem detalhada nas dez matérias veiculadas em oito edições tendo em vista a veiculação de três matérias no mesmo período.

Na próxima seção faremos analisaremos a dinâmica argumentativa das matérias de acordo com cada enquadramento ao longo de todo o período da pesquisa.

3.2.1. Dinâmica argumentativa sob o enquadramento da sustentabilidade.

O enquadramento da sustentabilidade diz basicamente respeito a criar formas alternativas de tornar as empresas e usinas menos poluentes estimulando novas tecnologias. Neste enquadramento pode-se notar a dicotomia novos negócios X negócios tradicionais. Enquanto um grupo de empresários e consultores vê uma grande oportunidade econômica, geração de empregos e rendas, a maioria deles, em especial nos Estados Unidos, calcula o prejuízo de gastos hipotéticos. São duas abordagens distintas para o mesmo problema, nos remetendo inclusive à *agenda setting* e ao exemplo mencionado do “copo meio cheio ou meio vazio”.

No Brasil, esse enquadramento foi inicialmente destacado no artigo em que Ricardo Bonalume Neto, enviado especial da FSP a Kyoto, escreveu fazendo uma analogia do chamado “aquecimento global” como um churrasco feito na cobertura envidraçada de um apartamento, onde cada país puxa a brasa para a sua sardinha, que descrevemos na íntegra, pois é a maior e mais completa matéria sobre o tema publicado pelo jornal brasileiro. Vale notar que o jornal brasileiro segue apresentando a problemática norte-americana no assunto, que conta com um intenso *lobby* das empresas de energias tradicionais, e a cobrança do comprometimento ativo dos países em desenvolvimento:

Um churrasco feito na cobertura envidraçada de um apartamento é a comparação adequada para se entender o que a humanidade está fazendo com o planeta Terra com o chamado "aquecimento global". Mas a analogia também explica as conversações sobre o tema em Kyoto. No fundo, todos tentam puxar a brasa para sua sardinha. Aquilo que os países colocam na grelha equivale às economias dos diferentes países - algumas são sardinhas, outras são verdadeiras baleias, como a dos EUA, que naturalmente exige muito mais energia para ser "assada". E a própria churrasqueira equivale ao tipo de energia que essas economias consomem. Muitas funcionam com carvão, como as churrasqueiras de verdade; algumas usam energia hidrelétrica ou nuclear. A França, por exemplo, utiliza 75% de energia vinda de reatores nucleares. A maioria dessas economias usa muito petróleo, principalmente porque o transporte urbano depende muito do automóvel. O problema para o planeta são esses chamados "combustíveis fósseis", petróleo, gás natural e carvão, que representam 87% da energia comercialmente produzida no mundo. São fósseis porque vieram da decomposição de animais e vegetais mortos. Todo ser vivo é rico em carbono, o elemento químico fundamental para a vida. Mas, associado ao oxigênio no composto dióxido de carbono, um gás, esse carbono vai para a atmosfera, onde ajuda a reter o calor do Sol. Outros gases, como o metano e o óxido nitroso, também contribuem para esse chamado efeito estufa, pois ajudam a reter o calor - como na cobertura envidraçada do apartamento da analogia. Praticamente todos os cientistas acreditam que o homem está influenciando o clima ao produzir esses gases através de

suas atividades econômicas. Mas, assim como existem aqueles que ainda acham que o vírus HIV não é o causador da Aids, há quem diga que esse excesso de carbono não trará problemas para o clima terrestre. (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 7/12/1997)

As analogias com o vírus da AIDS e churrasco servem para introduzir o leitor leigo para um dos temas mais debatidos nos últimos anos no jornal, entretanto, a linguagem com dados conferem credibilidade ao assunto mostrando pesquisa feita pelo autor do trabalho. O mesmo segue apresentando as motivações econômicas envolvidas na questão:

Parte importante da polêmica vem da questão econômica associada a um protocolo para redução dos gases-estufa. Ou seja, quem paga a conta por trocar a velha churrasqueira por um modelo ambientalmente correto? Os lobistas americanos do GCC (sigla para Coalizão do Clima Global), associação que reúne 230 mil empresas, reclamam que os custos diminuirão a competitividade da economia dos EUA, forçando o país a investir em tecnologias limpas, mas caras, enquanto os países em desenvolvimento usarão métodos de produção mais sujos, mas menos dispendiosos. Uma estimativa britânica -feita pela equipe da Oxford Economic Forecasting- sugeriu que um corte de 15% das emissões desses gases até o ano 2010, tendo como base o índice de 1990, causaria uma perda de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) dos países europeus e dos EUA. No caso americano, com um produto anual hoje da ordem de US\$ 7 trilhões, isso significaria um prejuízo de US\$ 105 bilhões -bem mais do que o PIB da maior parte dos países do planeta. Há quem diga que o prejuízo seria ainda maior e mais cedo. Uma empresa de consultoria americana, WEFA, sugere que um corte de 20% nas emissões de dióxido de carbono (o principal gás-estufa) até 2005 faria o produto bruto cair entre 3% e 3,5% -mais de US\$ 200 bilhões. E esses são valores de hoje, pois os PIBs em 2005 ou 2010 deverão ser ainda maiores. Os ambientalistas não só criticam essas estimativas, mas sugerem o contrário: que a redução das emissões deverá criar novas tecnologias e novas oportunidades de crescimento econômico. O grupo ambientalista Amigos da Terra reclama, por exemplo, que a estimativa da WEFA foi feita por encomenda de uma associação de industriais americanos. Para os "verdes", esse tipo de estudo parte do pressuposto que a redução dos gases só poderia ser feita através da imposição de um imposto sobre emissões de carbono na atmosfera. E, de fato, essa é uma das principais preocupações dos industriais, não só dos americanos. A associação européia ERT (European Round Table of Industrialists) afirma que como a Europa Ocidental já opera com custos energéticos 40% maiores que em outras regiões do planeta, um imposto ambiental seria altamente prejudicial ao continente. Os militantes da Amigos da Terra em Kyoto se envolveram em uma guerra de comunicados e coletivas de imprensa com o pessoal da GCC. Até fizeram uma eleição para ver quem era o maior poluidor. O GCC ficou em primeiro, com 75 votos. Os lobistas industriais retrucam com uma pesquisa Gallup que indicou que 58% acreditam que os EUA não deveriam assinar um protocolo de reduções exigindo reduções de emissões se países como Brasil, México, China e Índia não fizerem o mesmo. Tem muita gente dando palpite sobre como fazer o churrasco, e isso indica que vai ser muito difícil que Kyoto produza um protocolo ou outro instrumento jurídico que não seja nem letra morta. (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 7/12/1997)

Por fim não só interesses privados são colocados na matéria, mas também dos estados nações ao citar as condições dos EUA em assinar o tratado observando os passos de países que buscam despontar como emergentes como Índia, México e Brasil ou a nova potência, China. Apesar

da opinião dos ambientalistas, os deputados americanos divergem sobre o acordo do PK, que o jornal brasileiro entrevistou no mesmo dia, em outra matéria:

Outro deputado, Ken Calvert, lembrou que os EUA possuem 4% da população da Terra e produzem 22% dos gases, mas também têm 22% da economia mundial. "Nós não devemos pedir desculpa por isso", disse Calvert à Folha. O deputado James Sensebrenner mostrou-se preocupado com a reação dos eleitores com os custos que resultariam do controle das emissões: "Nenhum de nós vai voltar e dizer aos eleitores que concordamos com algo que cortará empregos". (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 07/12/2007).

A respeito do otimismo do presidente Clinton, "Mr. Clinton has repeatedly said that the United States can meet what amount to rigorous emissions targets with little or no economic pain"²⁴ (James Bennet, NYT, 11/12/1997), na mesma matéria, os senadores também se mostravam contrariados com as propostas do PK, "Senator Chuck Hagel, a Nebraska Republican observing the talks, said here today, "Any way you measure this, this is a very bad deal for America."²⁵ He predicted the Senate would not approve it" (William K. Stevens, NYT, 11/12/1997), com repercussões no Brasil:

O senador Robert Byrd (democrata por Virgínia Ocidental), comentando o discurso de Gore, afirmou que vai ser "provavelmente impossível" conseguir um acordo incluindo os principais emissores do Terceiro Mundo. "Qualquer acordo a que se chegue em Kyoto provavelmente não será completo o suficiente para aprovação pelo Senado", declarou Byrd. [...] Um dos mais críticos foi Svend Auken, ministro do Ambiente e Energia da Dinamarca. Para ele, em vez de prejuízo econômico, a redução das emissões "é um incentivo para novas tecnologias". Auken disse que a Dinamarca pretende ir além das metas da União Européia -menos 20% em 2005, menos 25% em 2010, e menos 50% das emissões em 2050. (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 09/12/2007).

O jornal americano aborda os dois lados do enquadramento, como pode-se verificar na declaração de Scott Sklar, diretor-executivo da Solar Energy Industries Association: "In the niche of the economy that aims to replace coal, oil and other sources of carbon dioxide, the main gas implicated in global climate change, the United States could create 400,000 new jobs by 2010, equal to the largest U.S. corporate employer" (John Cushman Jr., NYT, 12/12/1997). Na mesma material existe a co-presença de interlocutors com visões opostas:

24

25

But Mary H. Novak, vice president of Wharton Econometric Forecasting Associates, an economic consulting firm engaged by industry groups opposing the climate change treaty, says her forecasts predict job losses in the millions. "The coal mining industry in this country will be wiped out," she predicted. "Agriculture, manufacturing and transportation will all be seriously affected. Farm incomes could be cut by as much as 50 percent."²⁶(Ibdem.)

A mesma matéria do jornal estadunidense apresenta ainda exemplos de energia limpa que podem ser rentáveis:

Wind power, for example, is getting more cost-effective and in some places is close to under-pricing fossil fuels, said Terry Peterson, manager of green power marketing at the Electric Power Research Institute, an organization financed by the energy industry. "The prospects of getting the costs down through a combination of further technology development and larger scales of production are very good," he said.²⁷ (John Cushman Jr., NYT, 12/12/1997)

Mesmo respondendo por quase um quarto das emissões globais de CO₂, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush rejeitou o tratado de Kyoto em 2001. "O argumento de Bush era que cortar emissões seria prejudicial à economia e aos empregos" (Redação, FSP, 14/02/2005). O Brasil, ao possuir a tecnologia do álcool anidro, uma energia limpa, se beneficiou com o PK:

"Com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, cresce o interesse mundial por combustível limpo", disse Machado. Segundo o presidente da Transpetro, nesse cenário o Brasil seria beneficiado por produzir álcool a partir da cana-de-açúcar, um dos mais rentáveis. Isso porque o Protocolo de Kyoto prevê a redução de emissão de poluentes que, acredita-se, provocam o efeito-estufa -os derivados do petróleo aparecem na lista de grandes vilões-, e o uso de álcool em substituição a combustíveis fósseis ajuda nessa redução, com a vantagem exatamente de ser eficiente, testado e usado há décadas com sucesso e com resultados concretos a mostrar. (Redação, FSP, 19/02/2005)

Em dezembro de 2010, o jornal estadunidense publicou uma matéria no enquadramento da sustentabilidade em que introduziu a noção de que evidências de lucros em negócios verdes e engajamento mais direto da indústria podem ser necessários para se chegar a um acordo nas negociações climáticas das Nações Unidas. Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial afirma que lucros oriundos de tecnologias limpas poderiam ilustrar as oportunidades de um acordo

26

27

climático global e convencer os negociadores de China e Estados Unidos, os dois principais emissores de gases de efeito-estufa do mundo, a cooperar:

“We’re trying to get away from a zero-sum logic,” Robert B. Zoellick, president of the World Bank, said in an interview. “From my own experience in trade negotiations, if you see it as one guy wins, the other guy loses, you’re going to have a hard time getting a deal, frankly, because nobody wants to go home the loser.” Mr. Zoellick, a former U.S. trade representative, pointed to World Bank-backed projects from solar power in North Africa to energy efficiency in Mexico. He said each of the projects had built experience on the ground and helped diplomacy by showing the different parties that there were “win-win actions.”²⁸ (Gerard Wynn, NYT, 12/12/2010)

Na próxima seção analisaremos nas matérias publicadas a verificação das justificativas favoráveis ou contrárias do enquadramento de Custos e Benefícios, onde se enquadram assuntos pertinentes a comércio de crédito de carbono, discursos favoráveis a transferência de tecnologia e financiamentos, o direito em contrapartida de poluir mais em seu país financiador, e a visão contrária que afirma que tudo isso faria das mudanças climáticas apenas mais um negócio.

3.2.2. Dinâmica argumentativa sob o enquadramento dos Custos e Benefícios.

O jornal brasileiro define bem o enquadramento, a partir de uma explicação dada por Melinda Kimble, chefe da delegação americana em Kyoto, sobre a posição de seu país favorável ao MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo:

Os EUA defendem a negociação de quotas de emissão de gases com os países em desenvolvimento. Projetos comuns seriam feitos, com transferência de tecnologia e financiamentos. Isso geraria uma redução nas emissões nos países em desenvolvimento. Como resultado, os EUA - ou outros países ricos - receberiam em troca um verdadeiro "direito de poluir", deduzindo de sua meta esse "ganho" obtido no Terceiro Mundo. Kimble diz que sua proposta tem o maior custo-benefício e está baseada no mercado. "A implementação conjunta com crédito é o mecanismo mais inovador surgido num acordo ambiental." (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 03/12/1997)

O jornal estadunidense ao abordar, na matéria que também define o MDL, inclui no corpo do texto o contra-argumento dos opositores do mecanismo: “Os objetores dizem que o mecanismo poderia levar a inversão do ônus para os países menos desenvolvidos, e que os países e empresas podem ser capazes de comprar seu direito de estar fora das suas obrigações.” (William K. Stevens, NYT, 11/12/1997).

O negociador americano, subsecretário de Estado para Assuntos de Economia, Negócios e Agricultura, Stuart Eizenstat, enfatiza que a flexibilização americana está vinculada a alguns pré-requisitos: “Para ele, o protocolo tem de ser ‘um pacote abrangente’ que inclua não só os números de redução, mas todos os mecanismos que permitam comércio de créditos de emissão.” (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 10/12/1997). Tal posicionamento foi reafirmado pelo jornal estadunidense “[...] the possible trade or sale of emission permits between countries - remain unsettled, [...] and the United States has said it wants this issue resolved before it signs the treaty. Any treaty is subject to approval by the United States Senate.”²⁹ (William K. Stevens, NYT, 11/12/1997). O jornal brasileiro noticia o surgimento, ao final da reunião de Kyoto, de um novo jargão da conferência, o “guarda-chuva”:

[...] significando um grupo de países que poderiam negociar as emissões entre si, em contrapartida à “bolha” da União Européia (idéia de que os europeus sejam vistos como uma entidade única). O guarda-chuva abrigaria os EUA, Japão, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Rússia - esta, que tem emitido bem menos depois do colapso do comunismo e do fechamento de indústrias altamente poluentes, teria um crédito grande, que interessaria aos outros países adquirir. Entre os mecanismos que mostram a “flexibilização”, Eizenstat citou a proposta brasileira. “Nós achamos bem-vinda a proposta do Brasil”, disse Eizenstat. O Brasil propôs que os países em desenvolvimento patrocinem projetos para conter a sua própria emissão de gases. (Ibdem)

O jornal americano, por seu turno, se aprofundou na ideia de que os europeus sejam vistos como entidade única, a “bolha”: “[...] some insiders say the pressure on the bubble is a tactic to help extract concessions from the Europeans on other issues, including differentiation for all countries and emissions trading, a mechanism heavily favored by the United States.”³⁰ (William K. Stevens, NYT, 06/12/1997). E o enviado especial da FSP a Kyoto refirma a proposta brasileira de criação de um fundo ambiental, pelo qual os países ricos pagariam por projetos de redução de emissões nos países em desenvolvimento:

29

30

[...] foi encampada pelo G-77, e deverá ser um dos temas discutidos hoje. A diplomacia brasileira acha que as atividades implementadas conjuntamente, ponto-chave da proposta americana, não deve se tornar um expediente para os países desenvolvidos contabilizarem créditos "em compensação pelo descumprimento de seus compromissos". (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 03/12/1997)

Apesar de os mais importantes países participantes - EUA, Japão e os membros da União Européia - terem chegado a um acordo sobre percentuais de redução dos gases-estufa, o protocolo final empacou. Os países não conseguiram chegar a um acordo sobre o comércio de emissões, que permitiria a compra de cotas de emissão, algo essencial para que os EUA aprovassem o acordo. De acordo com o jornal brasileiro:

O tema do comércio de emissões dividiu também países do Terceiro Mundo. China e Índia foram energicamente contra esses artigos, que enxergam como brechas para os países desenvolvidos não realizarem reduções de fato das emissões de gases. Os ambientalistas criticaram a medida, identificada como "venda de ar quente". Já países como Argentina, México, Rússia e Ucrânia apoiaram a inclusão desse comércio. A Rússia tem interesse direto em vender - e os EUA, em comprar - uma grande quantidade de emissões, o que facilitaria muito o cumprimento da meta por parte dos norte-americanos no próximo século. (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 11/12/1997)

Apesar da flexibilização demonstrada por Clinton e Al Gore, os Estados Unidos teriam de tomar medidas mais drásticas do que a Casa Branca tinha esperança a fim de reduzir as emissões de efeito estufa. A indústria pesada, a de carros, a de carvão; do aço à eletricidade, se juntaram em um esforço organizado para lutar contra a proposta.

The treaty emerging in Kyoto [...] includes a new program sought by the Administration to funnel capital and environmentally friendly technology to developing nations. But White House aides said that, while they considered the provision a victory, it was not strong enough to win ratification. The White House is also planning to propose tax incentives to encourage cuts in greenhouse-gas emission as part of its budget proposal next year, but that, too, will be subject to Congressional approval.³¹ (James Bennet, NYT, 11/12/1997)

Claudio Angelo, editor de Ciência da FSP entrevistou o antropólogo Michael Schelleberger, sobre o ensaio "A morte do ambientalismo", baseado em uma pesquisa de opinião que mostra um conservadorismo cada vez maior na população dos EUA ao longo dos últimos 15 anos e em entrevistas com líderes das principais ONGs do país. Ele conclui que o movimento

ambientalista foi incapaz de alertar o público e os tomadores de decisão do país sobre o principal desafio ambiental da história humana -o aquecimento global- devido a algo que a dupla chama de "esclerose literal":

A esclerose literal pode ser vista quando se assume que, para obter vitórias contra o aquecimento global, é preciso falar em aquecimento global em vez de, digamos, economia ou política industrial [...] As pessoas conceituam o ambiente como alguma coisa que está fora de nós, acham que é separado da economia. O foco do discurso deve estar em promover políticas de incentivo às 'indústrias do futuro', que usem energia limpa e reduzam as emissões de gases de efeito estufa.(Claudio Angelo, FSP, 14/02/2005).

Tal ensaio nos remete ao capítulo anterior do trabalho acadêmico, quando abordamos o agendamento no viés da psicologia cognitiva. O afloramento de uma "corrente de mudança paradigmática" pode também ser percebida em 18/12/2010, quando o professor da USP, José Eli da Veiga, sustenta que conceitos obsoletos atrapalham o debate ambiental, e que a economia sustentável começa pela abolição do PIB.

[...] Vislumbra a ascensão da "economia verde", que deve ganhar força em 2012, com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Para que a evolução ocorra, Veiga julga necessário abolir o Produto Interno Bruto como unidade de medida da economia mundial, bem como substituir a competição pela colaboração no desenvolvimento tecnológico. (cifras e letras, FSP, 18/12/2005.)

Fazendo um balanço do PK, dentro do enquadramento de Custos e Benefícios, o economista Henry Jacoby, do Programa Mudanças Globais do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), afirma que caso o presidente dos EUA não tivesse desistido do protocolo, em 2001, seria difícil apostar no cumprimento do acordo.

Alguns países terão dificuldades, mas, no geral, o acordo deverá ser cumprido, porque a Rússia, por conta de seu colapso econômico, reduziu suas emissões e terá muitos créditos para vender às nações que não conseguirem atingir suas metas. Agora, se os EUA estivessem no protocolo, haveria essa enorme demanda por créditos e não seria possível atender a todos. (Salvador Nogueira e Reinaldo José Lopes, FSP, 16/02/2005)

No mesmo dia, também no caderno Ciência, a redação elabora uma matéria citando exemplos bem sucedidos de projetos de geração de certificados de redução de emissões pelo MDL. "Vemos o potencial do Brasil de ser um dos grandes fornecedores de créditos", disse Alexandre Kossoy, gerente de projetos e especialista financeiro do Banco Mundial.

Para Kossoy, o mercado de carbono não vai deixar de existir e, no futuro, países como EUA e Austrália devem aderir ao protocolo. O otimismo é compartilhado por Monzoni: "Kyoto é um mercado. Nada impede que outros sejam criados. O céu é o limite. Se a ciência chegou à conclusão de que o planeta está aquecendo, mais cedo ou mais tarde a gente vai ter que resolver o problema". "Cada país tem o seu setor de competitividade. No Brasil seria a área de aterros sanitários, por exemplo", disse Kossoy. [...] É o caso da usina São Francisco, de Sertãozinho, que deverá receber cerca de US\$ 195 mil (R\$ 503 mil) por ano com a venda de cerca de 40 mil toneladas anuais de créditos de carbono, segundo o diretor industrial da empresa Jairo Menesis Balbo, 52. A venda dos créditos, porém, ainda está em negociação. A usina foi escolhida pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), como modelo de MDL. Os créditos de carbono das usinas Santa Elisa, Moema e Vale do Rosário já têm destino certo: o governo sueco. Segundo contrato assinado no ano passado, as três usinas estimam lucrar juntas cerca de US\$ 700 mil (R\$ 1,8 milhão) por ano com a venda de 1 milhão de tonelada de crédito carbono ao longo de sete anos para a Suécia. Para Marcelo Junqueira, diretor geral da Econergy, empresa de consultoria especializada no setor, a comercialização de créditos de carbono deverá aumentar o faturamento de venda de energia das usinas em 7%. (FSP, 16/02/2005)

Um problema foi levantado pelo NYT, em matéria cujo título traduzido seria “2 grandes apetites tomam lugares à mesa do petróleo”, é o crescente consumo de petróleo e gás natural pela China e Índia, gerando alta nos preços e concorrência entre elas pelas companhias energéticas globais. (Keith Bradsher, NYT, 18/02/2005.)³² Claudio Angelo, enviado especial a Cancun pela FSP, publica em 01/12/2010 matéria em que a chefe da Convenção do Clima das Nações Unidas, Christiana Figueres, alerta contra o chamado "buraco de implementação", o período entre 2012 e a entrada em vigor de um eventual novo tratado, e que tal brecha deixaria os mercados de carbono numa situação difícil, já que o preço da tonelada de CO₂, que é o objeto desses mercados, depende de regulamentação internacional para ser fixado. A matéria cita o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, que explica as várias propostas na mesa para contornar o problema:

Uma delas seria a extensão das metas atuais dos países signatários de Kyoto (5,2% de corte em suas emissões em relação aos níveis de 1990) por mais dois anos. Outra seria a chamada "implementação provisória", algo previsto no direito internacional, que permite pôr o tratado para funcionar mesmo sem a aprovação pelos parlamentos nacionais. Porém alguns países têm dificuldades com isso. O problema é que, para que a implementação provisória aconteça, será preciso que os países concordem com uma segunda fase de Kyoto, que dure até 2020. Japão e Canadá já disseram que não aceitam um novo período para Kyoto. O segundo condicionou sua aceitação à adesão dos EUA - o que é impossível. Os países em desenvolvimento, porém, estão pressionando pelo segundo período. Contam com a simpatia da União Europeia, que fixou uma meta unilateral

doméstica de 20% de redução até 2020 e não perderia nada com a extensão de Kyoto. (Claudio Angelo, FSP, 01/12/2010)

Na mesma matéria Wendel Trio, do Greenpeace também afirma que "É improvável que se aprove um segundo período de Kyoto em Cancún" (Ibdem). O NYT, na mesma linha adotada pela FSP, aprofunda a visão empresarial que almeja por uma definição nos preços do crédito de carbono:

Business leaders have issued four "communiqués" to U.N. climate conferences over the past three years calling for a global agreement to help put a price on damaging carbon emissions, with the goal of tilting competitiveness in favor of low-carbon energy. "It's been said ad nauseam — it's about a carbon price," said David Russell, co-head of responsible investment at the Universities Superannuation Scheme, a British pension fund. The pension fund devotes nearly 1 percent of its £29 billion, or \$46 billion, in assets to low-carbon technologies, including renewable energy. Governments must be more explicit about supporting clean technologies, Mr. Russell said, "if allocations are ever to get to the levels that we hear are required."³³ (Gerard Wynn, NYT, 12/12/2010.)

Quem também faz um suave alerta sobre a quantidade de condições e pré-requisitos feitos para vaibilizar o acordo é Michael Zammit Cutajar, uma das figuras mais importantes em duas décadas de negociações destinadas a um acordo global para evitar alterações climáticas perigosas, em matéria do NYT, de 7/12/2010:

"The climate change discussion has been a bit of a Christmas tree," he said. "Something for everybody to hang something on. It isn't so easy to have a world-saving moment. One should be careful about what one pushes." The best way forward, he said, is for the climate convention and whatever addenda emerge in coming years remain focused on the core issue enshrined in 1992 — the need to avoid dangerous human-driven disruption of the climate system and help nations most exposed to risks.³⁴ (Andrew C. Revkin, NYT, 7/12/2010.)

As reuniões de cúpula do Grupo dos 20 são cada vez mais importantes, embora seja pouco provável que possam substituir as Nações Unidas como o lugar para definir uma política global. Sobre isso, comenta o NYT, citando Nick Stern, economista, que caracterizou as duas conferencias de negócios realizadas às margens da reunião do G-20 em Seul, e as negociações de Cancún como dois níveis muito alto de compromissos:

33

34

This is about clarity of government policy, particularly nationally but also internationally,” Mr. Stern said. “The G-20 and the U.N. are both good places. The G-20 is integrated into the bigger economic choices of the day, but the U.N. is making the policy on climate change. Business is just getting on with it. They see high-carbon strategies as risky and getting riskier and low-carbon strategies as risky and getting less risky.”³⁵ (Gerard Wynn, NYT, 12/12/2010.)

Na opinião favorável ao enquadramento, temos a declaração de David Hone, conselheiro de mudanças climáticas da holandesa Royal Shell:

What it demonstrates is that large-scale public-private partnerships can make a difference. The E.U. demonstration program is partly in response to the G-20 calling for a certain number of demonstration of C.C.S. during this decade. It’s not about lobbying the G-20 but showing that these large-scale endeavors can come together and work.”³⁶ (Gerard Wynn, NYT, 12/12/2010.)

Justificativas contrárias ao enquadramento de custos e benefícios podem ser encontradas na matéria do NYT em que Evo Morales, presidente da Bolívia advertiu que a falha em reduzir drasticamente reduzir as emissões em breve iria causar milhões de mortes evitáveis:

“If, from here, we send the Kyoto Protocol to the rubbish bin we are responsible for ecocide and genocide because we’ll be sending many people to their deaths,” he said. “We came to Cancún to save nature, forests, planet Earth,” Mr. Morales added. “We are not here to convert nature into a commodity. We have not come here to revitalize capitalism with carbon markets.”³⁷ (John Collins Rudolf, NYT, 2010.)

Miguel Lovera, o negociador-chefe do Paraguai também se manifestou: “We don’t want to transform our forests into a trading token, because basically they are worth much more than what they’re being valued for. Monetary terms are just incapable of engulfing all those values,”³⁸ (Ibidem). Na semana anterior foi a vez de Hugo Chávez, presidente da Venezuela “made his own

35

36

37

38

incendiary remarks on climate change, appearing to blame recent devastating floods in the country on a 'criminal development model' by countries like the United States.”³⁹

3.2.3. Dinâmica argumentativa sob o enquadramento da Responsabilidade Moral

No Brasil, esse enquadramento agrupou sobretudo os pontos de vista do G-77, grupo que reúne cerca de 130 países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, do governo, do ecologista Paulo Moutinho, e do empresário Antônio Ermírio de Moraes. Apresentando justificativas contrárias, os argumentos são emitidos no sentido de creditar a catástrofe ambiental aos países desenvolvidos. As únicas declarações menos extremadas foram oriundas da ministra do Meio Ambiente Marina da Silva e do secretário Estadual de Meio Ambiente José Goldenberg.

Na reunião de Kyoto, o enviado especial do jornal brasileiro escreve uma matéria sobre o isolamento dos Estados Unidos, dando espaço às vozes dissidentes: "Esperamos que os países desenvolvidos mostrem a liderança que é esperada deles", disse o tanzaniano Mark Mwandosya, porta-voz do G-77. "Só cinco dos 33 países ricos vão conseguir cumprir o compromisso", disse Mwandosya. "Por isso eles não têm base moral para pedir reduções para nós". Sobre a posição brasileira, o embaixador brasileiro Antonio Augusto Dayrell de Lima, da divisão de temas especiais do Itamaraty disse: "A diferenciação é um ponto fundamental da nossa proposta. Uns emitem mais do que os outros, ou há mais tempo, e isso deve ser levado em conta" (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 03/12/1997).

Na matéria do dia 06 de dezembro, durante a reunião de Kyoto, o enviado especial comenta o posicionamento de José Goldemberg:

O físico José Goldemberg, ex-reitor da USP e ex-ministro da Ciência e Tecnologia e da Educação, declarou ontem que os países pobres vão precisar controlar suas emissões. Goldemberg se referiu à Índia, à China e ao Brasil, países citados na resolução do Senado americano. Mas Goldemberg ironizou a atitude dos congressistas americanos. "O Senado americano age como se fosse o Senado romano, como se fosse o dono do mundo", disse ele. (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 06/12/1997.)

No dia 7 de dezembro o jornal publica matéria sobre a divergência dos deputados americanos sobre o acordo, quando os congressistas norte-americanos reiteraram sua posição de que os países em desenvolvimento também deveriam assumir compromissos com a redução dos gases que causam o aquecimento global. "A China e outros países em desenvolvimento devem assumir compromissos", disse o deputado George Brown. "Esses países devem aprender com os erros que os EUA cometeram na sua industrialização", afirmou. Já o deputado Henry Waxman mostrou-se favorável a um acordo em Kyoto. Para ele, a indústria norte-americana sempre reclamou quando se preparou legislação ambiental - como o Clean Air Act nos EUA, ou o protocolo de Montreal, que banuiu os compostos CFCs que destroem a camada de ozônio protetora da Terra. Mas agora, diz Waxman, a indústria já se adaptou (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 07/12/1997).

O jornal estadunidense trás uma declaração do senador John Kerry, democrata do Massachusetts: "What we have here is not ratifiable in the Senate in my judgment"⁴⁰. O senador republicano do Nebraska Chuck Hagel diz "There is no way, if the President signs this, that the vote in the United States Senate will even be close. We will kill this bill."⁴¹ Enquanto isso Bill Clinton disse que "But it will require a very disciplined, organized, coordinated effort to do it." ⁴² (James Bennet, NYT, 11/12/1997).

Em 2010, o jornal estadunidense dedica uma material inteira ao senador James Inhofe, republicano de Oklahoma, o porta voz mais cético em mudança climática, ele falava para os Americans Prosperity, um grupo parcialmente financiado pela indústria do petróleo que se opõe à ação do governo sobre a mudança climática e que tem patrocinado muitos grupos Tea Party grupos:

The fact is, nothing is going to happen in Cancún this year and everyone knows it. I couldn't be happier and poor Al Gore couldn't be more upset: it has been widely reported that he is 'depressed' about Cancún. ⁴³(John M. Broder, NYT, 03/12/2010.)

O New York Times dedica uma materia a comentar a empresa alemã BASF, seus tradicionais procedimentos sustentáveis, entrevista seu presidente, Jürgen F. Strube, e este não

40

41

42

43

concorda com a não participação americana: "We have already done so much in the past that we feel others should not get a free ride,"⁴⁴

The pressure, he says, should be on the United States, which generates a fifth of the world's greenhouse gases but is staying out of the Kyoto system, or on nations with rapidly growing economies like China and India, which approved the agreement but are not required to reduce emissions - even though together, they already account for 14 percent of the world's total. "The basic message has to be that we need to bring the other countries aboard,"⁴⁵ (Mark Landler, NYT, 16/02/2005)

O jornal estadunidense contemporiza, na mesma matéria, e coloca uma declaração de Michael G. Morris, executivo-chefe da American Electric Power, a maior geradora de eletricidade dos Estados Unidos e a maior emissora de dióxido de carbono: "The globe doesn't know whether greenhouse gas is coming from Bangor, Me., or Beijing, China. It simply affects the whole planet."⁴⁶ Annie Petsonk, advogada da Environmental Defense, um grupo de advocacia com sede em Nova York complementa: "Companies like Dow and DuPont are keeping their overseas operations, and are learning to live with Kyoto," ⁴⁷ (Ibdem)

Em 2010, o jornal norteamericano cita comentário de Kuni Shimada, o assessor especial do ministério do meio ambiente do Japão: "Without the active participation of the two biggest emitters, namely China and the United States, it's not a global effort."⁴⁸ (Andrew C. Revkin, NYT, 01/12/2010). A mídia americana também contrapôs Schröder e Bush, ao comentar a vista deste último à Alemanha:

Mr. Schröder said he and Mr. Bush had discussed other issues on which they disagree, most notably the Kyoto Treaty on global warming, which Europeans support and the Bush administration opposes. "The Kyoto Protocol was not appreciated by everybody, and that is something that has continued to exist," Mr. Schröder said. "But I would like to emphasize that despite that, we would like to see practical cooperation with the reduction of problems in this area." Mr. Bush said that "I assured the chancellor that the United States cares about the quality of our air, obviously," and that the two countries should

44

45

46

47

48

share research and technology that would improve the environment. Neither leader went much beyond those generalities ⁴⁹(Elisabeth Bumiller, NYT, 24/02/2005).

Em Kyoto, o vice-presidente dos EUA, Al Gore, anunciou uma flexibilização da posição de seu país, mas continuou a exigir que os países em desenvolvimento limitassem a emissão de seus gases-estufa. O discurso de Gore não agradou totalmente nem ao lobby industrial americano, nem aos ambientalistas ou aos congressistas de seu país - mas abriu uma "janela de oportunidade", nas palavras de um diplomata europeu, para que se possa chegar a um protocolo ou outro instrumento legal para reduzir as emissões dos gases (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 09/12/1997). Gore afirmou:

Estou instruindo nossa delegação agora para que mostre uma flexibilidade de negociação maior se um plano abrangente puder ser obtido, um com objetivos e prazos realistas, mecanismos de mercado, e uma participação significativa dos principais países em desenvolvimento (Ibdem).

O enviado especial comenta que a declaração abriu uma brecha para um acordo que contemple alguma ação em longo prazo dos países do Terceiro Mundo,

[...] sem ferir a letra do que fora decidido em Berlim em 1995 - que esses países ainda não teriam compromissos de redução de gases. [...] O Congresso dos EUA é contra um acordo que não preveja um maior compromisso de países em desenvolvimento como China, Índia, Brasil e México (Ricardo Bonalume Neto, FSP, 09/12/1997).

No final do encontro de Kyoto, as reações ao acordo assinado variaram de entusiásticas, "O acordo é forte tanto ambiental quanto economicamente", disse o presidente Bill Clinton, e "As decisões da conferência sobre mudanças no clima representam um resultado esplêndido.", dito pelo premiê da Austrália John Howard, até a acusação de que o documento é uma farsa:

Do outro lado, europeus e ambientalistas criticaram o documento. "Gostaríamos de ter conseguido reduções maiores. O acordo não foi bom o suficiente", disse Ritt Bjerregaard, comissário do Meio Ambiente da União Européia. Segundo o Greenpeace, "o resultado é uma tragédia e uma farsa por ser inadequado para diminuir o impacto ambiental das mudanças no clima" (FSP, 12/12/1997).

Principal negociador do PK, o embaixador argentino Raúl Estrada Oyuela, diz que não foi possível convencer os EUA, e que apesar disso o PK está funcionando:

Durante o processo, todos os pontos que os EUA pediram foram atendidos, com uma única exceção - a de impor limitações às emissões dos países em desenvolvimento. Todos os outros aspectos foram incorporados. Por isso, eles concordaram com o protocolo e

chegaram a assiná-lo. Depois, houve uma mudança, e o presidente George W. Bush anunciou que não iria ratificá-lo. Ele foi além, declarando o fim do protocolo. Estamos demonstrando que não é assim. [...] Não acredito que eles vão aderir ao protocolo num futuro próximo, mas podem tomar medidas que dêem o mesmo resultado. Estão fazendo um programa de captura de carbono, que pode reduzir as emissões totais. Há uma forte redução nas emissões de metano. Muitas empresas americanas estão tomando medidas para reduzir suas emissões, ou por convicção ou por estarem trabalhando em outros países, onde devem ajustar seus procedimentos. (Silvana Arantes, FSP, 16/02/2005).

Na opinião do pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, Luiz Gylvan Meira Filho, que escreveu o artigo “As origens e o futuro”:

Kyoto será seguido de outro instrumento internacional acompanhando, em grandes linhas, o protocolo atual, porém com alguns aperfeiçoamentos. Creio que deverão ser estabelecidos objetivos a prazo mais longo. Deverá haver uma opção pela adoção de metas de natureza diferente dos objetivos numéricos em termos de emissões nacionais. Acredito ainda que deverão ser mantidos mecanismos e compensação de reduções de emissões, porém com a possibilidade de incluir políticas mais abrangentes. Deveremos lograr, em cerca de dois anos, um mandato negociador detalhado para esse novo instrumento, que, por sua vez, será negociado em um prazo da ordem de dois anos também (Luiz Gylvan Meira Filho, FSP, 16/02/2005).

Ao debater plano para florestas, e abordar o assunto das responsabilidades diferenciadas, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) seguiu a mesma linha: "Apesar de serem diferenciadas, não podemos perder as nossas responsabilidades." O coordenador do IPAM, Paulo Moutinho, em seu artigo “Barreiras Rompidas”, que responde afirmativamente à pergunta feita pelo jornal “A entrada em vigor do PK conseguirá impedir o aquecimento global?”, justifica sua resposta:

[...] o protocolo conseguiu reunir 141 países ao redor dessa idéia. Um fato, no mínimo, impressionante. Considerando que, há poucos meses o acordo estava ameaçado pela não-ratificação russa e a sensação era que tudo estava perdido, sua entrada em vigor é um fato muito animador. O mais espantoso é que o protocolo obteve consenso em princípios extremamente importantes para se manter justo. Um deles é o das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", pelo qual a responsabilidade inicial pelas reduções recai sobre os países que historicamente mais fizeram emissões: os industrializados. [...] Além disso, a sociedade organizada e os cientistas tiveram participação efetiva nas negociações internacionais. A ciência, por meio do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas, que reúne mais de mil cientistas, serviu de parâmetro-chave para a construção de regras e para a tomada de decisões. A sociedade não ficou atrás. A ação de ONGs e de movimentos sociais não só contribuiu para que as regras fossem mais aceitáveis e socialmente mais justas como também resultou na construção de um eficiente controle social. [...] O mais incrível é que tudo isso tenha acontecido sem a participação do principal poluidor mundial, os EUA, que não quiseram pagar para ver. (Paulo Moutinho, FSP, 19/02/2005.)

O empresário Antônio Ermírio de Moraes foi a voz que mais ardentemente se justificou contrário ao enquadramento de responsabilidade moral:

Os que mais sujam o mundo gostam de pôr a culpa nos países emergentes e, gratuitamente, fazem uma pontaria no Brasil, como se tivéssemos grande responsabilidade nesse campo. [...] A maior parte da poluição dos países ricos provém do uso intensivo de carvão e de outros combustíveis fósseis (subsidiados com US\$ 120 bilhões anuais). Os Estados Unidos e a China, sozinhos, queimam quase 50% do carvão mundial. Eles, juntamente com a União Européia, são os maiores responsáveis pelo aquecimento do planeta, pelo derretimento das geleiras, pelo aumento de enchentes e pelas dificuldades da agricultura. [...] Nesse ínterim, caberia ao Brasil melhorar substancialmente a sua comunicação para demonstrar ao mundo que este país é limpo e constitui uma das mais preciosas paragens para produzir muito e sujar pouco (Antônio Ermírio de Moraes, FSP, 20/02/2005).

O jornal brasileiro conclui que em 2010, em Cancún, foi acordado um mecanismo para compensar os países tropicais pela redução do desmatamento, o Redd+. Como o desmatamento responde por cerca de 15% das emissões globais, o Redd+ deverá ser uma medida de mitigação do efeito estufa barata e eficaz. A única delegação que tentou barrar o Redd+ em Cancún foi a da Bolívia - o país de Evo Morales acredita que o mercado global de carbono estimula o capitalismo:

O país bloqueou a reunião. A presidente da COP-16, a chanceler mexicana Patrícia Espinosa, resolveu a questão declarando o consenso por atingido. A Bolívia chamou a manobra de "atentado às regras da convenção". "A regra de consenso não significa unanimidade, nem que uma delegação possa impor se impor sobre a vontade das outras", disse Espinosa. Foi aplaudida. Espinosa não foi a única a ganhar palmas. Todd Stern, negociador dos EUA, também foi aplaudido. "Vamos fechar este acordo e colocar o mundo na direção de um futuro sustentável e de baixo carbono", disse. A venezuelana Claudia Salerno, cuja obstrução no ano passado levou Copenhague a pique, também mudou de atitude e apoiou o acordo -contra a aliada Bolívia. "Meu país está inundado e eu agora posso voltar para casa (Claudio Angelo e Marcelo Leite, FSP, 12/12/2010).

O jornal estadunidense, ao fazer um balanço sobre Cancún, em matéria cujo título traduzido é "Negociações sobre o clima terminam com acordo modesto sobre emissões", dá voz a Michael A. Levi, que acompanha as questões climáticas no Council on Foreign Relations, em Nova York:

None of this, of course, is world changing. The Cancún agreement should be applauded not because it solves everything, but because it chooses not to: it focuses on those areas where the U.N. process has the most potential to be useful, and avoids other areas where the U.N. process is a dead end. The outcome does not change the fact that most of the important work of cutting emissions will be driven outside the U.N. process (John M. Broder, NYT, 11/12/2010)

Na mesma material o jornal, a exemplo do brasileiro, cita comentário de Christiana Figueres, o diplomata da Costa Rica, que serve como secretário-executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima: "Este não é o fim, mas é um novo começo. Não é o

que é, em última análise exigido, mas é a base essencial sobre a qual construir uma maior ambição coletiva" (Ibdem).

3.2.4. Dinâmica argumentativa sob o enquadramento da Governança Ambiental.

No enquadramento da Governança Ambiental definimos as matérias cujo apelo maior para justificar a necessidade urgente de ampla e irrestrita adesão em ações de manutenção da integridade do planeta é o científico. A justificativa contrária típica é aquela que o descredibiliza, como se verá a seguir.

O jornal brasileiro, em 16/02/2005 – dia em que o PK começou a vigorar, publica uma matéria com cientistas, entrevistando o ecologista José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para quem as metas de redução estão muito aquém do que o planeta precisa para permanecer saudável.

Para Goldemberg, o grande impulso para ir além deve vir da própria mudança climática: “Em mais alguns anos, as evidências de que o aquecimento é real vão ser tão fortes, veremos tantas catástrofes, que os países vão entrar em pânico” diz ele (Salvador Nogueira e Reinaldo José Lopes, FSP, 16/02/2005). Na mesma matéria, o climatologista Peter Stone do MIT acrescenta: “Dada a variabilidade natural do clima, não dá para atribuir um verão como o da Europa, em 2003, ao aquecimento global. Agora, a sequência de anos muito quentes, com temperatura acima das médias históricas - isso é inegável”.

O glaciologista Jefferson Cardia Simões, da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) afirma que “Nós sabemos, pelos testemunhos de gelo [cilindros retirados da Groenlândia e da Antártida, que guardam registros da atmosfera do passado] que nunca nos últimos 700 mil anos foi tão alto o nível de gases-estufa. Isso é indubitavelmente artificial” (Salvador Nogueira e Reinaldo José Lopes, FSP, 16/02/2005):

O problema é saber que tipo de alteração o clima da Terra pode sofrer diante dessas mudanças. A incerteza ainda campeia. “É muito provável que tenhamos um aumento médio de 1C até 2100, e talvez muito mais”, diz Stone. O resultado mais previsível essa alteração é o derretimento de geleiras e o aumento resultante do nível dos mares. “Mesmo um aumento de 40 cm poderia ser desastroso para as regiões costeiras. Milhões de pessoas teriam de se mudar, gastaríamos trilhões de dólares em infra-estrutura portuária”, diz Simões. (Salvador Nogueira e Reinaldo José Lopes, FSP, 16/02/2005).

O professor Luiz Gylvan Meira Filho, que foi presidente da Agência Espacial Brasileira (1994-2001), respondendo afirmativamente à pergunta proposta pelo jornal “A entrada em vigor do PK conseguirá impedir o aquecimento global?”, considera o protocolo um passo inicial importante para evitar que o clima mude muito:

[...] e considero a sua entrada em vigor uma reiteração importante, feita pela maioria dos países que são parte da convenção das Nações Unidas sobre mudança de clima, do compromisso universal de evitar que a mudança do clima atinja níveis perigosos. [...] Nesse sentido, mais do que a diminuição das emissões até 2008-2012, será importante assegurar que a redução de emissões nos países industrializados seja permanente. O mesmo se aplica aos países em desenvolvimento, como o Brasil. É com satisfação que noto a tendência, inclusive do setor privado, de encarar os ganhos auferidos por meio do mecanismo de desenvolvimento como um aporte necessário para a introdução de novas práticas, que devem, até por inércia, se tornar permanentes (Opinião, FSP, 19/02/2005).

Respondendo negativamente à pergunta proposta pelo jornal “A entrada em vigor do PK conseguirá impedir o aquecimento global?”, no artigo em oposição, na mesma página, Paulo Moutinho, doutor em ecologia, coordenador de pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), e coordenador geral do Observatório do Clima e membro do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, comenta os avanços do PK:

[...] o protocolo em si é bastante modesto e terá, durante sua vigência, pouco efeito. [...] No entanto a entrada em vigor tem um significado que vai muito além daquele mais técnico-científico, baseado no volume das reduções. Representa uma oportunidade para reduções no futuro, isto é, além de 2012, já que todos agora estão mais confiantes na possibilidade do estabelecimento de regras globais para enfrentar o problema. Espera-se que os acordos pós-Kyoto façam, sim, diferença do ponto de vista do clima. Para chegar a esse ponto, contudo, não basta repetir as regras e estabelecer metas de reduções mais ambiciosas. Será preciso que outras fontes de emissões, como aquelas oriundas do desmatamento tropical, das queimadas e dos incêndios florestais nos países em desenvolvimento sejam consideradas pelos novos acordos. Será preciso achar mecanismos de compensação que incentivem esses países a crescer sob bases mais sustentáveis e limpas e a manter a integridade de seus estoques de carbono, isto é, suas florestas (Opinião, FSP, 19/02/2005).

Moutinho ressalta, a importância do Brasil no cenário mundial de controle global de GEE:

[...] O Brasil terá um papel extremamente importante. Por possuir liderança nas negociações internacionais, por deter uma matriz energética relativamente limpa e, ainda, se enfrentar de maneira positiva e no campo internacional o seu principal problema - a exagerada emissão de gases por desmatamento e queimadas de florestas -, o país poderá

conseguir compensações e apoio para definitivamente reverter o crescimento de suas emissões por queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e reduzir sobremaneira as taxas de desmatamento de suas florestas (Opinião, FSP, 19/02/2005).

Encontramos um artigo de Antônio Ermírio de Moraes enfoca a importância do Brasil na produção de energia limpa mas que, em oposição ao de Paulo Moutinho, ignora que o principal problema do Brasil é a exagerada emissão de gases por desmatamento e queimadas de florestas:

Os Estados Unidos não aderiram ao Protocolo de Kyoto. É lá e na União Européia que as ONGs mais criticam o Brasil. Elas deveriam primeiro limpar a sua própria casa antes de culpar o Brasil, que tem mais de 60% da sua energia proveniente de fontes limpas, em especial da água e da biomassa. [...] as comemorações que marcaram a implantação do Protocolo de Kyoto deveriam ter lançado uma palavra de reparação das injustiças e das acusações cínicas que as ONGs e muitos governos de países adiantados vivem repetindo contra o Brasil (Antônio Ermírio de Moraes, FSP, 20/02/2005).

Clóvis Rossi analisa o PK, ressaltando que considerações de ordem econômica, por legítimas que possam ser, continuam predominando sobre o respeito ao meio ambiente.

No caso dos Estados Unidos, conter as emissões significaria gastos formidáveis para as empresas. No caso da China, significaria conter também o crescimento econômico acelerado das duas décadas mais recentes, que transformaram o país no espanto do mundo (Clóvis Rossi, FSP, 24/02/2005).

O colunista Marcelo Gleiser, professor de física teórica do Dartmouth College, em Hanover (EUA), comenta as justificativas contrárias ao enquadramento da governança ambiental:

Nos últimos anos, em particular após o início do governo George W. Bush, temos visto vários debates promovidos pelo governo tentando enfraquecer os argumentos que proclamam que o aquecimento global não só é inevitável como está já ocorrendo. A maioria dos cientistas vê o efeito estufa como realidade. Até Hollywood caricaturou a posição do governo no filme "O Dia Depois de Amanhã", onde um vice-presidente muito parecido com Dick Cheney adota uma postura absolutamente contra medidas antipoluentes (Marcelo Gleiser, FSP, 20/02/2005).

Marcelo comenta que afirmar que a deposição crescente de gases poluentes é inofensiva a longo prazo é uma posição irresponsável, demonstrando um imediatismo extremamente egoísta, e que um segundo ponto, mais sutil, diz respeito à qualidade das previsões científicas dos efeitos da poluição atmosférica:

Infelizmente, pela complexidade do problema, previsões baseadas em simulações de supercomputadores têm ainda validade limitada. É difícil incluir a interação dos oceanos com a atmosfera, as flutuações regionais de temperatura e ventos, e as emissões de gases em escala mundial de modo a obter números concretos. O que se obtêm são indicações do que poderá vir a ocorrer, com grandes incertezas. Os governos que se recusam a ratificar o protocolo citam essas variações como prova da ineficácia dos modelos climáticos: "Não podemos assumir compromissos econômicos que afetam tanta gente antes de estarmos certos (Marcelo Gleiser, FSP, 20/02/2005).

Clóvis Rossi também pactua da mesma opinião, e afirma que em grande medida, essa visão de curto prazo ampara-se na suposição de que os estudos sobre mudança climática são inconclusivos.

Esse argumento, que já era precário, ruiu de vez agora durante o encontro anual da Associação Americana para o Progresso da Ciência, informa a agência Reuters. Um estudo da Scripps, instituto oceanográfico dos EUA, mediu a temperatura dos oceanos, em vez de olhar para a atmosfera, e concluiu: "Não há a menor margem para dúvida sobre o degelo do Ártico e sobre o fato de que o clima vai sofrer", diz Tim Barnett, da Scripps. Mais: "O debate sobre se há ou não aquecimento global acabou, ao menos para pessoas racionais". É torcer agora para que o presidente Bush se inclua entre tais pessoas e, tal como se especula, anuncie um novo enfoque sobre a questão na visita que fará terça-feira a Bruxelas, a capital europeia (Clóvis Rossi, FSP, 24/02/2005).

Embora os peritos que aconselham os negociadores em Kyoto dissessem que se as emissões não fossem reduzidas, a temperatura média da superfície subirá de 2 a 6 graus no próximo século, representantes dos combustíveis fósseis e das indústrias pesadas americanos viam desastres no acordo:

It is a terrible deal and the President should not sign it," said William K. O'Keefe, chairman of the Global Climate Coalition, an industry group. Mr. O'Keefe said that "business, labor and agriculture will campaign hard and will defeat" the treaty if it is submitted to the Senate for ratification (William k. Stevens, NYT, 11/12/1997).

O pesquisador executivo do encontro, Dennis A. Tirpak, disse, justificando o enquadramento da governança ambiental, que os especialistas sempre perceberam que seria necessário muito tempo para as projeções de a ciência serem absorvidas pela sociedade, mas poucos pensaram que seria necessário tanto tempo: "I've always been a believer that science and truth will win out in the end," ele disse. "But I have a sense we might be running out of time."⁵⁰ (Andrew C. Revkin, NYT, 01/02/2005). De acordo com o jornal levou muito tempo não só porque a definição

de "perigoso" é complicado, mas porque existem perigos em si. Se os cientistas oferecem respostas, eles podem ser criticados por jogar abaixo incertezas e se intrometer na arena política. Se um político dá respostas, isso cria um critério para medir o progresso posterior, ou fracasso. É muito mais fácil para todos simplesmente pedir por mais investigação. Mas alguns especialistas dizem que até o momento tem em mãos clara evidência de que uma calamidade no final do século será inevitável. Eles dizem que descobertas recentes mostram que potencialmente enormes mudanças ambientais estão por vir. Dr. James E. Hansen, cientista do clima e diretor do Instituto Goddard para Estudos Espaciais da NASA, diz "I think that the scientific evidence now warrants a new sense of urgency,"⁵¹ (Andrew C. Revkin, NYT, 01/02/2005).

A particular concern is the Arctic. An eight-nation, four-year study concluded in November that accumulating carbon dioxide and other emissions from human activities were contributing to the thawing of tundra and the retreat of sea ice. Recent studies of accelerating flows of ice to the sea in some parts of Antarctica also point to the prospect of a quickening rise in sea levels in a warming world. Other scientists point to the prospect of intensified droughts and floods. With pressure building for resolution and fresh action, some countries and groups of experts have tried to define a specific rise in earth's average temperature that presents unacceptable risks.⁵² (Andrew C. Revkin, NYT, 01/02/2005).

De acordo ainda com a mesma matéria, a União Europeia estabeleceu este limite de 2,5 graus de aquecimento adicional da situação atual. Que foi também o nível de perigo escolhido na semana passada por uma força-tarefa internacional de cientistas, especialistas em políticas, líderes empresariais e políticos eleitos liderados pela senadora Olympia J. Snowe, republicana do Maine, e Stephen Byers, membro do Partido Trabalhista do Parlamento britânico. E, dando uma visão oposta, aborda uma nova saída para os extremos de clima inerentes, que seria fazer com que as sociedades sejam mais resistentes aos extremos de temperatura, em uma clara justificativa contrária ao enquadramento de governança ambiental,:

Some scientists have criticized this approach, saying understanding of the impact of greenhouse gases on the atmosphere remains far too primitive to manage emissions and thus avoid a particular temperature target. Others say the most logical response to the problem is to make societies more resilient to inherent extremes of climate. "If we just significantly minimize our vulnerabilities to the extremes which occurred during the last 250 years, we'll be O.K. for the next 100," said Dr. John Christy, a climate scientist at the University of Alabama who has long opposed cuts in emissions. As for rising seas, he

51

52

said, "You've got 100 years to move inland." Dr. Michael Schlesinger, who directs climate research at the University of Illinois, will contend at the meeting that the persistent uncertainty itself about big climate perils is precisely the reason to invest now in modest mandatory curbs on greenhouse-gas emissions (Andrew C. Revkin, NYT, 01/02/2005).⁵³

Enquanto os riscos permanecem incertos, Tony Blair disse, ainda na mesma matéria, de justificativa contrária ao enquadramento em questão: "It would be wrong to say that the evidence of danger is not clearly and persuasively advocated by a very large number of entirely independent and compelling voices."⁵⁴ (Andrew C. Revkin, NYT, 01/02/2005).

A maioria das matérias do NYT é extensa, com complexas e aprofundadas análises, ouvindo um grande número de atores, como uma viúva desempregada com três filhos, moradora de Mumbai, e uma desempregada com a perna fraturada, na matéria sobre o aumento do consumo energético na Índia e China, publicada em 18/02/2005 e que reproduzimos na íntegra nos anexos, intitulada *2 Big Appetites Take Seats at the Oil Table*, em que se vai além, mostrando o quanto a energia é importante aos dois países, mas também expondo uma fragilidade estadunidense por perder espaço na liderança das alianças feitas entre aqueles países e países considerados párias. Anexamos também a íntegra da última reportagem do NYT e do FSP sobre mudanças climáticas, com ênfase na matéria do NYT publicada em 21 de dezembro de 2010, um relato histórico da descoberta do aumento do nível de dióxido de carbono na atmosfera, *Temperature rising*.

Algumas matérias do site do NYT, como se verificou no blog Dot Earth de Andrew Revkin, apresentam hiperlinks que levam ao maior esclarecimento de termos como “mecanismo de desenvolvimento limpo”, ou no artigo de John M. Broder, *U.S. and China Narrow Differences at Climate Talks in Cancún*, explicações sobre a Conferência das Nações Unidas, Mudanças Climáticas, Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Evo Morales estavam disponíveis ao leitor que desejasse se aprofundar ou que estivesse tomando o primeiro contato com o assunto.

Comparar os dois fazeres jornalísticos, o brasileiro e o estadunidense, acaba por revelar um inesperado desnivelamento. Se a pesquisa acadêmica almejava verificar o estabelecimento ou não de uma esfera pública internacional, ela acaba tendo como “efeito colateral” constatar as diferenças nos fazeres jornalísticos entre os dois hemisférios do continente americano.

53

54

Procurando compreender os resultados alcançados iremos, numa etapa preliminar, recorrer ao conceito de príncipe eletrônico do professor da UNICAMP Octavio Ianni para então trazer à luz o economista Joseph Stiglitz que trabalhou o conceito de assimetria da informação, e em seguida abordar duas obras de Edgar Morin.

Octavio Ianni, em seu célebre texto O príncipe eletrônico, apresentado no XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em Caxambú, de 27 a 31 de outubro de 1998, buscou traçar paralelos entre dois tipos de príncipes da história da sociedade mundial: o príncipe de Maquiavel e o moderno príncipe de Gramsci, destacando algumas das diferenças do poder na sociedade ao longo dos tempos, tendo como "terceiro príncipe" a mídia.

O príncipe de Maquiavel consiste em uma pessoa como metáfora do Estado, como a figura política que se destaca pelo poder de liderança frente aos demais em seu círculo social. Tal poder é oriundo da capacidade de conciliadora e de liderança (*virtù*) com as condições sociopolíticas (*fortuna*) que o rodeiam. Mesmo que a *virtù* entre em confronto com a *fortuna*, sendo que a primeira, muitas vezes não encontra possibilidades de realizar-se pela presença da outra. O desafio do príncipe maquiavélico é assumir o poder que lhe é conferido por ter condições de prosperar ao harmonizar as variações de fortuna, mesmo quando elas divergem.

O moderno príncipe de Gramsci não é representado por uma figura política de uma pessoa, mas por uma organização/partido composta por figuras que com maior ou menor espaço político influem um estado de participação, resultando no poder do partido. Assim, ocorre a manutenção do poder por esse grupo que se define como escolhido dos “excluídos”, expressando através da política sua arma contestatória por natureza. após a conquista do poder, realizada por embate político, o discurso arrefece de sentido, e ao invés de prosseguir com a ideologia de "ser o porta-voz das classes sociais", o partido segue ouvindo os integrantes de seu grupo, não a massa como um todo.

O príncipe eletrônico é o papel assumido pelos meios de comunicação; não é nem a pessoa política definida por Maquiavel, nem o partido ressaltado por Gramsci. As relações da mídia com os outros setores da sociedade, em especial o político, determinam a forma como este irá governar. Bem como o envolvimento do sistema político com a mídia também influenciará no funcionamento interno e na organização da mídia como empresa que visa o lucro.

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global.[...] São muitos os caminhos, assim como as redes, que conduzem à política eletrônica, à democracia eletrônica, à tirania eletrônica ou ao príncipe eletrônico. Há poderosos e

predominantes interesses corporativos impondo-se mais ou menos decisivamente às instituições “clássicas” da política, compreendendo partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião públicas e governos, em seus poderes legislativo, executivo e judiciário. No âmbito da “democracia eletrônica”, dissolvem-se as fronteiras entre o público e o privado, o mercado e a cultura, o cidadão e o consumidor, o povo e a multidão. [...] Modificam-se signos e significados, figuras e figurações, de tal maneira que ocorre a dissolução de política na cultura eletrônica de massa, na qual dissolvem-se ou deslocam-se territórios e fronteiras envolvendo os espaços público e privado, o consumismo e a cidadania, a corrente de opinião pública e o comportamento de auto-ajuda, a realidade e a virtualidade. (Ianni, 1998: 9.)

O príncipe eletrônico, a mídia, populariza atores que lhe interessam como instrumentos políticos, em uma relação vulgar de poderes. Ele não passa de um avesso travestido do que realmente é: o mesmo personagem que está sendo utilizado pelos concorrentes na política e que por sua vez, também são as mesmas máscaras forjadas por outras corporações de comunicação.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a Política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. (Ianni, 1998:13.)

Joseph Stiglitz, ganhador do Nobel de economia em 2001, é quem melhor trabalhou o conceito de assimetria da informação no mundo globalizado, pós-moderno, onde reina o príncipe eletrônico, invasivo e onipresente. Ele salienta que se no mundo das comunicações uma boa reputação pode ser desfeita com um único título malicioso, é difusa a possibilidade de se entender quem perde e quem ganha o quê, quem sabe o quê para entender o que se está publicando e quais as informações omitidas poderiam iluminar ainda mais a notícia. (Costa, 2008).

Sobre o fazer jornalístico, Costa (2008) argumenta que em geral, as regras do dia-a-dia ecoam um regrário ético despedaçado por uma inegável desigualdade no entendimento dos preceitos que são adaptados às circunstâncias e que provocam desigualdades que só serão capazes de serem desfeitas com o conhecimento. “A começar pelo conhecimento de que as informações correm de forma assimétrica⁵⁵ (Costa, 2008: 307).” Stiglitz se ocupa ao entendimento de como a multiplicidade de informações disponíveis de forma assimétrica é fundamental para o entendimento

55

da questão moral e os sete pontos seguintes resumem o que ele entende por fontes de assimetrias da informação, de onde elas provêm e sua sugestão para resolvê-la nos modelos mais simples do mercado econômico.

- 1) As imperfeições da comunicação são pervasivas na economia. Seria duro imaginar um mundo com a informação perfeita. Não há comunicação perfeita nem em jornalismo.
- 2) Trabalhadores sabem mais sobre suas habilidades do que a empresa; a fonte sabe mais do que o repórter; o repórter vai saber mais daquele dado esmiuçado com a fonte do que o editor; o editor vai saber mais do que o diretor da publicação; o diretor vai saber mais do que o proprietário e os acionistas da empresa, que não saberão mais do que o leitor leigo que vai lê-las e que saberá muito menos do que o especialista naquele assunto que, por sua vez, sempre encontrará em qualquer texto jornalístico alguma imprecisão, algum erro, alguma desinformação ou alguma omissão relevante.
- 3) Perceber a assimetria, todos a perceberam, há muito tempo. Uma parte considerável do problema consiste em perceber os problemas das imperfeições da informação e as suas conseqüências adversas.
- 4) O jornalista pode, sem saber, acabar sendo protagonista do jogo de interesses comerciais das fontes e, portanto vítima da assimetria. Ele sabe do assunto, mas não domina tão profundamente os detalhes, por exemplo, a exata localização de um lençol freático ou petrolífero.
- 5) Os problemas de assimetria vêm sendo estudados desde os primeiros trabalhos sobre economia da informação, quando se estudou o problema de como os mercados criavam problemas na informação, em parte na tentativa de explorar o poder do mercado e uma das medidas tomadas pelos executivos ser exatamente aumentar as assimetrias da informação. Tome-se como base o papel do jornalismo econômico na dispersão de boatos e nas notícias de interesse especulativo, muitas vezes baseadas em uma única fonte e sem as quais não existiria o jornalismo econômico; imagine o potencial desse mecanismo no jornalismo político.
- 6) Se todas as informações fossem divulgadas na mesma hora e de forma perfeita, não haveria necessidade de empresas concorrentes de comunicação. Se os mercados fossem inteiramente eficientes do ponto de vista da informação, isto é, se a informação fosse disseminada instantaneamente e perfeitamente por toda a

economia, então ninguém teria estímulo para recolher informação, ainda que não houvesse nenhum custo para isso.

- 7) A solução de Stiglitz para a eliminação ou a redução das assimetrias de informação em relação aos mercados poderia caber idealmente em jornalismo, não cabe funcionalmente por razões óbvias. Ele sugere que pode haver uma maneira fácil de resolver a questão da assimetria dos modelos simples: deixar cada pessoa contar sua “verdadeira característica”. Para ele, existe um problema subjacente, conforme o qual os indivíduos não têm o estímulo necessário para “dizer a verdade”. Na questão trabalhista, por exemplo, e supondo que os empregados de uma empresa conheçam suas capacidades, se um empregador perguntar ao empregado qual é a capacidade dele, a maioria estaria capacitada a “responder honestamente”. Stiglitz acrescenta que o menos capaz estaria estimulado a mentir e dizer que é mais capaz do que realmente é. “Conversar é barato”, arremata Stiglitz, acreditando que “devem existir algumas outras maneiras pelas quais a informação possa ser carregada com credibilidade”. (O raciocínio não cabe ao jornalismo, evidentemente. Um jornalista pode conversar horas com uma determinada fonte e sair da conversa mais atrapalhado do que quando entrou – a quantidade de informações e a manipulação das mesmas pode confundir em vez de desanuviar. O leitor provavelmente será vítima dessa imperfeição na informação.)

Assim, o que se pode concluir é que por mais credibilidade que tenha um veículo de comunicação, ele não está imune às questões da assimetria nem à questão da imperfeição. E quanto mais informação se produz no mundo, mais aumenta a assimetria e a imperfeição.

Para justificar as vozes pinçadas pelos jornais vamos recorrer aos Olímpianos de Edgar Morin (1997). Olímpianos modernos são divindades gregas, que falam como é o mundo e o que significa os acontecimentos. A informação transforma esses olimpos em vedetes da atualidade.

Um Olimpo de vedetes domina a cultura de massa, mas se comunica, pela cultura de massa, com a humanidade corrente. Os olímpianos, por meio de sua dupla natureza, divina e humana, efetuam a circulação permanente entre o mundo da projeção e o mundo da identificação. Eles realizam os fantasmas que os mortais não podem realizar, mas chamam os mortais para realizar o imaginário. [...] Assim, uma nova alta sociedade, mais mitológica do que as antigas altas sociedades burguesas ou aristocráticas, mas, paradoxalmente mais próxima da humanidade quotidiana, é constituída pela nova camada olímpiana. Os olímpianos estão presentes em todos os setores da cultura de massa. Heróis do imaginário cinematográfico, são também os heróis da informação vedetizada. Estão

presentes nos pontos de contato entre a cultura de massa e o público: entrevistas, festas de caridade, exibições publicitárias, programas televisados e radiofônicos. [...] (Morin, 1997: 107)

Em 1999, por iniciativa da UNESCO, Morin foi solicitado a sistematizar um conjunto de reflexões que servissem como ponto de partida para se repensar a educação no então nascente século XX. Este trabalho se vale do documento elaborado pelo filósofo francês, que aponta para “uma luz no fim do túnel” para encerrar as considerações finais.

Morin (2011) afirma, indo de encontro com o economista Stiglitz e sua impossibilidade de haver uma simetria informacional sistêmica, que em primeiro lugar é preciso deixar-se contaminar pelo princípio da incerteza racional, e descobrir que razão e desrazão integram qualquer tipo de cognição. Se existe a disjunção homem/natureza, ela foi consequência da insistência da ciência em não denegar itinerários mítico-mágico-imaginários, e o resgate da unicidade do humano precisa ser acionado. Morin (2011) diz que é preciso reaprender a religar parte e todo, texto e contexto, local e global. Urge enfrentar e superar os paradoxos e as contradições que a globalização tecnoeconômica exhibe atualmente.

O conhecimento dos problemas-chave, das informações-chave relativas ao mundo, por mais aleatório e difícil que seja, deve ser tentado, sob pena de imperfeição cognitiva, mais ainda quando o contexto atual de qualquer conhecimento político, econômico, antropológico, ecológico... é o próprio mundo (Morin, 2011:35).

Na busca de compreender, em nossa pesquisa, o debate entre as justificativas a favor e contrárias aos enquadramentos, sobretudo o de Governança Ambiental, que diz respeito mais diretamente à urgência de tomar providências em nível global para salvar o planeta, o autor argumenta que nas condições atuais, as mentes formadas pelas disciplinas perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes. Que o enfraquecimento da percepção do global “conduz ao enfraquecimento da responsividade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos).” (Morin, 2011:38).

De acordo com Morin (2011), a identidade terrena, a terra-pátria, vem sendo desprezada como nunca, e as instituições de ensino ainda não se deram conta disso. Como legado do século XX tem-se novos perigos, como a possibilidade de morte ecológica.

Desde os anos de 1970, descobrimos que os dejetos, as emanções, as exalações de nosso desenvolvimento técnico-industrial urbano degradam a biosfera e ameaçam envenenar

irremediavelmente o meio vivo ao qual pertencemos: a dominação desenfreada da natureza pela técnica conduz a humanidade ao suicídio (Morin, 2011:62).

Nem só o texto escrito dá voz aos envolvidos em uma situação de deliberação, mas as imagens podem também apresentar pontos de vista, de forma leve e divertida, como podemos verificar nos exemplos de charges no anexo.⁵⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos dos debates em torno da assinatura do PK, em 1997, em um contexto de formação de esferas públicas nacionais e internacionais, se refletem até hoje. No momento em que se encerra a pesquisa aconteceu na África do Sul, na cidade de Durban, a COP 17. Ela foi uma das reuniões mais demoradas da história das COPs – durou 15 dias, sendo dois extras – e representantes de quase 200 países aprovaram uma série de medidas, o Pacote de Durban, com

⁵⁶ Anexos I, II, III, IV, V e VI.

metas obrigatórias de redução de emissão de GEE para todas as nações a partir de 2020. O grande avanço ao longo das reuniões anuais desde a assinatura do PK, é que será a primeira vez que Estados Unidos e China, os maiores poluidores do mundo, terão compromissos para cortar as emissões de CO₂. Os detalhes desse futuro acordo global deverão ser o principal tema a ser acordado na conferência de 2012 no Catar.

O tema do meio ambiente articula diferentes atores sociais, políticos e cívicos em espaços de apresentação e explicitação de pontos de vista por meio de argumentos que misturam razões e experiências vividas na reformulação de normas e regras que tornam possível a vida coletiva, envolve portanto questões de natureza moral. No presente trabalho, observou-se, na mídia os argumentos de uma gama de envolvidos.

Dos deputados, senadores e industriais estadunidenses cuja opinião é de que o PK não será eficaz contra as mudanças climáticas, com justificativas contrárias ao enquadramento de Governança Ambiental; da indústria estadunidense carvoeira e a de automóveis que se mostram preocupadas com o reflexo nos negócios; dos ambientalistas que se mostram otimistas em relação ao impacto da reformulação do parque energético industrial; da indústria de fontes alternativas de energia que vê florescer sua seara (enquadramento da sustentabilidade); dos presidentes dos EUA: Clinton era favorável ao acordo mas não forte o suficiente para enfrentar o lobby parlamentar, Bush que não acrescentou nada, e Obama, em que “parece” que a boa vontade para negociar reapareceu.

Metodologicamente, o estabelecimento dos enquadramentos mostrou ser uma ferramenta útil na medida em que identificar nas matérias aquela ou aquelas ideias centrais. Os enquadramentos encontrados estabelecem conexões entre si, que são, na maioria das vezes, de ordem econômica. Por exemplo, no caso do enquadramento de Governança Ambiental, em que não se reconhece o parecer científico ou se assume a incerteza científica em relação ao tempo como algo negativo, em que não vale a pena “desperdiçar” dinheiro com uma situação hipotética. No exemplo vemos que há um entrecruzamento com o enquadramento de sustentabilidade, mas como se falou em ciência, esta seria a “deixa” para que fosse enquadrado como Governança ambiental. O estabelecimento de palavras-chave junto às ideias centrais de cada enquadramento também auxiliou na análise, por isso foi usado o grifo em algumas delas na Tabela 3. Para posterior pesquisa de um doutorado podemos explorar melhor a questão dos enquadramentos versus interesses econômicos. Estariam os enquadramentos, nas mais variadas questões para análise, na sociedade capitalista, todos voltados, direta ou indiretamente, ao problema de obtenção de vantagens econômico-financeiras?

Para identificar um dos princípios norteadores da ética do discurso, no conjunto de matérias, que consiste em detectar os atores que participam do debate, quais interlocutores são

identificados como “autorizados”; bem como verificar o que dizem os cientistas e o público “leigo”, foi realizada a tabela 4 – Mapa das fontes jornalísticas. Uma análise da tabela revela que o jornal brasileiro entrevistou majoritariamente presidentes e vices, com 14,46% de ocorrência, seguido por ministros, com 12,04% e cientistas, com 12,05%.

A análise das fontes que participaram nas matérias do jornal estadunidense mostra que 13,89% dos entrevistados eram negociadores ou membros de delegações, seguido de cientistas, com 12,5%, e em terceiro lugar ministros, com 6,94%. Na análise geral, dos dois jornais juntos, têm-se a maior ocorrência de depoimentos de cientistas e negociadores ou delegados, ambas as categorias com 12,26% cada, seguidos de presidentes ou vices e ministros, empatados também com 9,68% cada. Algumas peculiaridades de cada jornal.

O jornal brasileiro, nas 48 matérias analisadas, deu voz majoritariamente a presidentes, ministros, cientistas, negociadores. Houve também o artigo de um expoente industrial. Não houve opinião de público “leigo”. O periódico americano apresentou, nas 24 matérias analisadas, uma gama mais ampla de vozes, bem como diversos enfoques do problema, muitas vezes contrariando o posicionamento de seu país.

Com relação à estrutura dialógica e responsividade (Tabela 5), verificamos que o jornal brasileiro trouxe artigos em oposição, enquanto o estadunidense trouxe maior responsividade e estrutura dialógica nos quatro enquadramentos analisados.

Após a apresentação de quem foi representado e dos discursos que ganharam repercussão nos vários enquadramentos, fica claro que nem todos os interessados estão adequada e proporcionalmente representados nos debates que se articulam sob os enquadramentos. Não se pode afirmar que tenha havido igual oportunidade para tópicos e ideias contrariando um dos critérios habermasianos da ética do discurso.

Dentro do mundo capitalista os princípios de Habermas soam utópicos. Mediar debates com presenças de todos envolvidos é uma tarefa árdua. Neste panorama há interesses dos gestores das mídias e de seus investidores que aparecem nas páginas de anúncios. O jornalismo tem seus princípios e habilidades assim como também restrições e constrangimentos.

Por um viés há a teoria normativa e procedimental de extrema exigência dificultando a percepção dos agentes sociais de que esferas públicas podem ser constituídas em espaços e condições assimétricas e com desenvoltura obter maiores “territórios” na disputa por informações diminuindo os efeitos das desigualdades de fala, posicionamentos e *status*.

No outro lado está a prática jornalística operando com códigos e ferramentas próprias seguindo uma ética jornalística não calcada pela de da discussão de Habermas, verdadeiramente atuando de forma contrária, marcada pelos constrangimentos e tensões da prática, pelos modos de

construção de enquadramentos e seleção de fontes, ou seja, pelas regras ditadas pelo príncipe acadêmico.

Porém, se for entendido apenas as assimetrias e disputas da imprensa seremos tentados a acreditar que não há deliberação na mídia impressa. Entretanto, o trabalho revela que a troca de argumentos e contra-argumentos, a formação de um público envolvido com uma preocupação moral comum e a atividade de negociação e justificação de linhas de pensamento se apresentam no jogo intertextual globalizado.

A metodologia se mostra adequada enquanto sistematização visando análise. Uma das consequências da análise de todas as matérias por cada enquadramento foi verificar como se dava o fluxo dialógico nos dois jornais. E neste ponto, apesar de termos analisado metade do número de artigos em comparação com o jornal brasileiro, o New York Times conseguiu, nos quatro enquadramentos, estabelecer um diálogo melhor, com suas matérias com estrutura dialógica mais rica e temas melhor explorados. Também pudemos notar os variados aspectos da questão ambiental enfocados e a profundidade das matérias. Para um projeto de doutorado poder-se-á ampliar a base de dados e incluir a Internet.

Portanto o trabalho demonstra a possibilidade de uma esfera internacional de debate mediado apesar desta não atender todos os requisitos da ética do discurso. A atividade jornalística é fundamental para difundir os pontos de vista, organizar os termos do debate e viabilizar traduções das principais questões abordadas para que todos possam ter acesso inteligível para o que os pontos definidos como preocupações comuns.

O que nos parece é que o século XX acabou por consagrar uma forma de desenvolvimento que dia-a-dia tem se mostrado insustentável. Contudo pode-se também reconhecer que novas formas de solidariedade e responsabilidade se apresentam, estimulando a diversidade, desabrochando vias sustentáveis rumo ao futuro. Porém admitindo que a incerteza e a compreensão são essenciais para que tal se manifeste, e que a boa prática jornalística é fundamental neste processo.

REFERÊNCIAS

Matérias do jornal Folha de S. Paulo

ANGELO, Claudio. Ambientalismo sofre de esclerose, diz americano. In: **Brasil, Folha de S. Paulo**, 14 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1402200523.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Negociação do clima enfrentam atraso. In: **Ciência, Folha de S. Paulo**, 6 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0612201002.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. ONU busca plano B que amplie pacto do clima. In: **Ciência, Folha de S. Paulo**, 1 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0112201001.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

ANGELO, Claudio; LEITE, Marcelo. Países criam fundo bilionário do clima. In: **Ciência, Folha de São Paulo**, 12 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1212201005>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Conferência do clima derrapa no final. In: **Ciência, Folha de São Paulo**, 11 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1112201002.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Falta coragem em Cancún, diz diplomata. In: **Ciência, Folha de São Paulo**, 09 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0912201002.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

ARANTES, Silvana. “Estamos mostrando” aos EUA que Kyoto está vivo, diz pai do acordo. In: **Ciência, Folha de S. Paulo**, 12 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1602200503.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

BONALUME NETO, Ricardo. Venda de ‘poluição’ impede acordo em Kyoto. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 11 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft111204.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Kyoto chega ao final hoje sem propostas concretas. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 10 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft101207.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. EUA exigem compromisso do 3º Mundo. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 9 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/09/mundo/6.html>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Reunião tem nova fase. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 8 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/08/mundo/2.html>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Deputados divergem sobre acordo. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 7 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/07/mundo/21.html>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Cada país puxa a brasa para sua sardinha. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 7 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/07/mundo/19.html>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Ecologistas satirizam as negociações. In: **Mundo, Folha de S. Paulo**, 6 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/06/mundo/8.html>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Isolados, EUA admitem rever proposta. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 3 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft031208.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Isolados, EUA admitem rever proposta. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 3 Dez 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft031208.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

Das agências internacionais. Reunião fecha acordo sobre poluentes. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 12 Dez, 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe121201.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Acordo recebe críticas e elogios. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 12 Dez, 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe121202.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Saiba como emissões de poluentes podem cair. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 12 Dez, 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft121208.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

DA SUCURSAL DO RIO. Petrobras investe para exportar álcool. In: **Dinheiro, Folha de S.Paulo**, 19 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1902200524.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. Governo debate plano para florestas. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 17 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1702200503.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

DA SUCURSAL DO RIO. Brasil começa a mover mercado de carbono. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 16 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1602200502.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

ENVIADOS A CANCÚN. Menos vulnerável, Brasil não deve receber dinheiro “verde”. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 12 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1212201008.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Ilhas propõe novo protocolo na COP-16. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 2 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0212201003.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

GLEISER, Marcelo. Protocolo de Kyoto entra em ação. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 20 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2002200504.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

MEIRA FILHO, Luiz Gylvan. A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto conseguirá impedir o aquecimento global? Não: Um passo entre muitos. In: **Opinião, Folha de S.Paulo**, 19 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1902200509.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. A s origens e o futuro. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 16 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1602200504.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

MORAES, Antônio Ermírio. Ignorância ou má-fé. In: **Opinião, Folha de S.Paulo**, 20 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2002200506.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

MOUTINHO, Paulo. **A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto conseguirá impedir o aquecimento global? Sim: Barreiras rompidas.** In: **Opinião, Folha de S.Paulo**, 19 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1902200510.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

NOGUEIRA, Salvador; LOPES, Reinaldo José. Protocolo começa a vigorar hoje. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 16 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1602200501.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

Redação. O Clima não muda. In: **Opinião, Folha de S.Paulo**, 13 dez, 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz131203.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. O Caminho de Kyoto. In: **Opinião, Folha de S.Paulo**, 17 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200502.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. O debate em Kyoto. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 11 Dez, 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/11/mundo/6.html>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Clima: USP quer propor regime para Brasil no pós-Kyoto. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 24 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2402200504.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Bush dirá à Europa que se importa com o clima. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 18 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1802200507.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Brasil à frente. In: **Painel, Folha de S.Paulo**, 18 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1802200501.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Europa tenta superar rixa sobre Iraque. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 22 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2202200502.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Bush vai à Europa selar reaproximação. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 21 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1902200505.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Bush quer discurso unificado contra Irã. In: **Mundo, Folha de S.Paulo**, 19 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2102200512.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Petróleo sobe mais de US\$ 1 com susto no Irã In: **Dinheiro, Folha de S.Paulo**, 19 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1702200532.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Economia fez Bush rejeitar acordo climático. In: **Brasil, Folha de São Paulo**, 14 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1402200525.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. “A economia sustentável começa pela abolição do PIB”. In: **Mercado, Folha de São Paulo**, 18 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1812201003.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____. Perguntas e Respostas. In: **Ciência, Folha de S.Paulo**, 07 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0712201002.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

ROSSI, Clóvis. Está esquentando, sim. In: **Opinião, Folha de S.Paulo**, 19 Fev, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1902200504.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

SÁ, Nelson de. Toda Mídia. In: **Poder, Folha de S.Paulo**, 9 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0912201012.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Toda Mídia. In: **Poder, Folha de S.Paulo**, 8 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0812201019.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Toda Mídia. Além de Kyoto. In: **Poder, Folha de S.Paulo**, 6 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0612201019.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. China e Brasil em Cancún. In: **Poder, Folha de S.Paulo**, 1 Dez, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0112201014.htm>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

Matérias do jornal The New York Times

BENNET, James. December 7-13; Global-Warming Deal? Wait: Things Are Just Heating Up. In: **The New York Times**, Dec 14, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/14/weekinreview/december-7-13-global-warming-deal-wait-things-are-just-heating-up.html?scp=4&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Warm Globe, Hot Politics. In: **World, The New York Times**, Dec 10, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/11/world/warm-globe-hot-politics.html?scp=8&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

BRADSHER, Keith. 2 Big Appetites Take Seats at the Oil Table. In: **Business, The New York Times**, Feb 18, 2005. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/02/18/business/worldbusiness/18energy.html?scp=3&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

Broder, John M; Rudolf, John Collins. Negotiators at Global Climate Talks Continue Past the Deadline for an Agreement. In: **The New York Times**, Dec 11, 2010. Disponível em <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9500E6D9103BF932A25751C1A9669D8B63&scp=3&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

Broder, John M. Senator Inhofe: 'I Was Right and They Were Wrong'. In: **Green Blogs, The New York Times**, Dec 3, 2010. Disponível em <<http://green.blogs.nytimes.com/2010/12/03/senator-inhofe-i-was-right-and-they-were-wrong/?scp=10&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. U.S. and China Narrow Differences at Climate Talks in Cancún. In: **Science, The New York Times**, Dec 7, 2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/12/08/science/earth/08climate.html?scp=5&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Climate Talks End With Modest Deal on Emissions. In: **Science, The New York Times**, Dec 11, 2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/12/12/science/earth/12climate.html?scp=11&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

BUMILLER, Elisabeth. Bush in Europe: Meeting in Germany; Bush May Weigh Using Incentives to Dissuade Iran. In: **The New York Times**, Feb 24, 2005. Disponível em <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9801EED6163DF937A15751C0A9639C8B63&scp=4&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

CUSHMAN Jr, John H.. The Climate Accord: The Impact. In: **World, The New York Times**, Dec 12, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/12/world/climate-accord-impact-whether-it-creates-jobs-joblessness-agreement-will-affect.html?scp=7&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

DUENWALD, Mary. Progress Seen in Transplants for Diabetes. In: **Health, The New York Times**, Feb 16, 2005. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/02/16/health/16diabetes.html?scp=8&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

GILLIS, Justin. A Scientist, His Work and a Climate Reckoning. In: **Science, The New York Times**, Dec 21, 2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/12/22/science/earth/22carbon.html?scp=6&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

KRAUSS, Clifford. Abundant Energy Fuels Alberta's Rconomic Development and Growth in Influence. In: **International, The New York Times**, Feb 6, 2005. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/02/06/international/americas/06canada.html?scp=6&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

LANDLER, Mark. Mixed Feelings as Treaty on Greenhouse Gases Takes Effect. In: **Business, The New York Times**, Feb 16, 2005. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/02/16/business/worldbusiness/16kyoto.html?scp=2&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

LEIFMAN, Michael. Emissions Trading Will Lead to Less Pollution; Sacrifice Isn't Required. In: **Opinion, The New York Times**, Dec 17, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/17/opinion/l-emissions-trading-will-lead-to-less-pollution-sacrifice-isn-t-required-654060.html?scp=9&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

STAVINS, Robert. Emissionas Trading Will Lead to Less Pollution; What's Immoral? In: **Opinion, The New York Times**, Dec 17, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/17/opinion/l-emissions-trading-will-lead-to-less-pollution-what-s-immoral-654078.html?scp=5&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

STEVENS, Willian k. The Climate Accord: The outlook. In: **World, The New York Times**, Dec 12, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/12/world/the-climate-accord-the-outlook-despite-pact-gases-will-keep-rising.html?scp=3&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

_____, _____. Meeting Reaches Accord To Reduce Greenhouse Gases In: **World, The New York Times**, Dec 11, 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/11/world/meeting-reaches-accord-to-reduce-greenhouse-gases.html?scp=6&sq=kyoto+protocol&st=nyt&pagewanted=2>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

REVKIN, Andrew C. Deciding How Much Global Warming Is Too Much. In: **Science, The New York Times**, Feb 1, 2005. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2005/02/01/science/earth/01warm.html?scp=5&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

_____, _____. The Ghost of Kyoto Visits Cancún. In: **Blog Dot Earth, The New York Times**, Dec 1, 2010. Disponível em <<http://dotearth.blogs.nytimes.com/2010/12/01/the-ghost-of-kyoto-visits-cancun/?scp=2&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

_____, _____. (Non) Rumors Over 'Non-Papers' at Climate Talks. In: **Blog Dot Earth, The New York Times**, Dec 3, 2010. Disponível em <<http://dotearth.blogs.nytimes.com/2010/12/03/nonrumors-over-non-papers-at-climate-talks/?scp=4&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

_____, _____. On Climate Treaties and Christmas Trees. In: **Blog Dot Earth, The New York Times**, Dec 7, 2010. Disponível em <<http://dotearth.blogs.nytimes.com/2010/12/07/on-climate-treaties-and-christmas-trees/?scp=8&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

_____, _____. China, Coal, Congress, Cancún, Climate. In: **Blog Dot Earth, The New York Times**, Dec 8, 2010. Disponível em <<http://dotearth.blogs.nytimes.com/2010/12/08/china-coal-congress-cancun-climate/?scp=9&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 11 Dez, 2011.

RUDOLF, John Collins. In Cancún, a Roar of Indignation From Bolivia. In: **Green Blogs, The New York Times**, Dec 10, 2010. Disponível em <<http://green.blogs.nytimes.com/2010/12/10/in-cancun-a-roar-of-indignation-from-bolivia/?scp=12&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

WYNN, Gerard; REUTERS. Climate Talks Migh Need a Profit Motive. In: **Business, Green Column, The New York Times**, Dec 12, 2010. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/12/13/business/energy-environment/13green.html?scp=7&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Dez, 2011.

Livros

ANDRADE, J.C. **Mudança Climática, Protocolo de Kyoto e Mercado de Créditos de Carbono: desafios à governança ambiental global**. In: Organizações & Sociedade. Vol. 15, N° 45:2008. Disponível em <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=372>>. Acessado em 14 ago 2010.

AVRITZER, Leonardo. In: Marques, Angela Salgueiro. **A Deliberação Pública e suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicativas [textos fundamentais]**.(organização e tradução) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Mudanças Climáticas e Biodiversidade**. Bahia Viva, Salvador, ano II, n.4, out. 2005.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa, Potugal: Relógio d'Água, 1991.

BECK, Ulrich. **World Risk Society** - Polity First published in 1999 by Polity Press in assiciation with blackwele publishers Ltd. Cambridge p. 19 - 72; 133 – 152. (tradução minha)

BOHMAN, James. **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e administrativas**. In A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: *textos fundamentais*. Marques, Ângela C.S. (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAMBERS, S. (2003). Deliberative democratic theory. *Annual Review of Political Science*, 6, 307–326.

COSTA, Caio Túlio. **Moral Provisória. Ética e jornalismo**: da gênese à nova mídia. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CUSHMAN Jr, John H. **The Climate Accord: The Impact; Whether It Creates Jobs or Joblessness, the Agreement Will Affect Everyone.** In: The New York Times, publicado em 12 Dez 1997. Disponível em <<http://www.nytimes.com/1997/12/12/world/climate-accord-impact-whether-it-creates-jobs-joblessness-agreement-will-affect.html?scp=7&sq=kyoto+protocol&st=nyt>>. Acessado em 10 Ago 2011.

DRYZEK, John S. *The Politics of the Earth: Environmental Discourses.* New York: Oxford University Press, 1997. Reviewed by TULER, Seth. In: **Human Ecology Review.** V.5, n.1. 1998 (tradução minha)

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: Levy, M.; Gurevitch, M. (Org.). **Defining media studies.** New York: Oxford University Press, 1994.

EST, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. **Governança Ambiental Global: Opções e Oportunidades.** São Paulo: SENAC, 2005

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis.** Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson; Maia, Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas.** São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. A ética do discurso e a comunicação mediada e editada pelos mass media. In: HERRERO, F. e NIQUET, M. (Eds.). **Ética do discurso: novos desenvolvimentos e aplicações.** São Paulo, 2002, p.339-359.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Why Deliberative Democracy?** New Jersey: Princeton University Press, 2004, pp. 3-7. Traduzido e adaptado por Vítor João Oliveira. Disponível em <http://aartedepensar.com/leit_deliberativa.html>. Acessado em 10 Ago, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **O papel da sociedade civil e da esfera pública política.** In *Direito e Democracia*, 1997.

_____, _____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

_____, _____. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. In: **Líbero.** Ano XI, vol. 21. Jun 2008.

_____, _____. **Direito e Democracia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Veja, 1993.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. In: **Revista FAMECOS.** Porto Alegre, nº7, novembro de 1997.

_____, _____. Espiral do Silêncio. In: **Revista FAMECOS.** Porto Alegre, nº8, julho de 1998.

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico.** Trabalho apresentado no XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em Caxambú, de 27 a 31 de outubro de 1998. Disponível em <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/cconst/cont/4/art/art1.htm>>. Acessado em 15 de outubro de 2011.

- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choices, values and frames. In: **American Psychologist**. V. 39, nº 4, p. 341-350, 1984.
- KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo e futuro: ética e profissão. In: _____. **A Ética Jornalística e o Interesse Público**. São Paulo: Summus, 2004.
- LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Nova York: MacMillan, 1922.
- MAIA, Rousiley C.M. **Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo**. In: Gomes, Wilson. Comunicação e democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Ética do discurso e deliberação mediada sobre a questão das cotas raciais. In: **Revista Líbero**. São Paulo. V.13, n.26, p. 75-90, dez. de 2010.
- _____, _____. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. In: **Líbero**. Ano XI, vol. 21. Jun 2008.
- _____, _____. **A Deliberação Pública e suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicativas [textos fundamentais]**. (organização e tradução) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____, _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PETERS, B., SIFFT, S., WIMMEL, A., BRÜGGEMANN, M., & KLEINEN-VONKÖNIGSLÖW, K. (2005). National and transnational public spheres: The case of the EU. In S. Leibfried & M. Zürn (Eds.), *Transformations of the state?* (pp. 139–160). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- PORTO, Mauro P. Enquadramento da Mídia e Política. In: **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Albino, Antonio; Rubim Canelas (org.). São Paulo: UNESP, 2004.
- SANTOS, Robinson dos. **Ética da Responsabilidade do Discurso: as propostas de Hans Jonas e Karl-Otto Apel**.
- Risk, Environment & Modernity: Towards a New Ecology**. Editado por Scott Lash, Bronislaw Szerszynski & Brian Wynne. Londre: SAGE Publications, 1996. Resenha disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231998000200016&script=sci_arttext>. Acessado em 25 jan 2011 (tradução minha).
- SIQUEIRA, José Eduardo. **Hans Jonas e a ética da responsabilidade**.
- STEFANI, Jaqueline. Considerações sobre a ética do discurso. In: **Revista Controvérsia**, nº2, jul-dez 2005. Disponível em <<http://www.controversia.unisinos.br/index.php?a=45&e=2&s=9>>. Acessado em 15 jan 2011.
- TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Society**. East Lansing: Michigan State University Press, 1957.
- TUCHMAN, Gaye. **Making News**. New York: The Free press, 1978.
- WESSLER, Hartmut (2008) Investigating Deliberativeness Comparatively in Political communication, 25:1, 1 — 22 (tradução livre)

ANEXOS

